

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENÁRIO URBANO RIO-GRANDINO: UM
ESTUDO DE CASO DO PAPEL SOCIAL DAS PRAÇAS NA CIDADE DO
RIO GRANDE**

- THAÍZE FERREIRA DA LUZ -

**RIO GRANDE
2011**

THAÍZE FERREIRA DA LUZ

**ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENÁRIO URBANO RIO-GRANDINO: UM ESTUDO DE
CASO DO PAPEL SOCIAL DAS PRAÇAS NA CIDADE DO RIO GRANDE**

Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação de Mestrado em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Rio Grande
2011

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES (ORIENTADOR)

PROF. DR. SOLISMAR FRAGA MARTINS

PROF. DR. FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Dedico este trabalho ao querido amigo e ex-Presidente da Biblioteca Rio-Grande, o professor Leon Coutelle Filho (in memoriam), por todos os agradáveis momentos proporcionados durante os vários anos que pesquisei os documentos da Biblioteca Rio-Grandese.

AGRADECIMENTOS

Na execução de um trabalho, a caminhada é difícil e longa. Não se faz pesquisa da noite para o dia e inúmeros fatores e pessoas são responsáveis por sua conclusão, independentemente da contribuição dada. Fazer agradecimentos não é uma tarefa simples, pois muitas vezes podemos incorrer no erro de esquecer alguém importante. Mas mesmo assim, é necessário agradecer algumas pessoas que desempenharam papel significativo nessa trajetória.

Agradeço minha família pelo apoio dado, desde um primeiro momento, quando pensei em me inscrever para a seleção do mestrado, até os momentos finais de tensão para que este trabalho fosse concretizado.

Ao meu orientador, professor Paulo Roberto Rodrigues Soares, que sempre se mostrou pronto para me ajudar no que fosse necessário, não impondo limites para isto, mesmo morando em outra cidade e pacientemente disposto a me encontrar aqui em Rio Grande para trocarmos idéias.

A todos os professores do mestrado que tive contato, pois todos contribuíram para a construção de minhas idéias e também aos professores do curso de História, responsáveis por minha formação acadêmica.

Por fim, mas não menos importante, as pessoas responsáveis pelos locais consultados durante minhas pesquisas: funcionários e direção da Biblioteca Rio-Grandense; funcionários da Prefeitura Municipal do Rio Grande, nas várias secretarias

que percorri atrás de dados para este trabalho, os funcionários da limpeza e conservação das praças e os guardas municipais, as pessoas que deram seus depoimentos e não quiseram se identificar, mas que contribuíram ativamente para o desenvolvimento de minha pesquisa, ao amigo Ricardo Pinto, por ter me disponibilizado várias fotografias de Rio Grande em décadas passadas, e aos funcionários do Centro Municipal de Cultura.

A todos vocês, meu muito obrigada!!!

“Ora, a praça não deve ser conservada porque é uma paisagem notável. Mas simplesmente – e basta – porque é uma praça.” (Paulo Affonso Leme Machado)

RESUMO

Este trabalho aborda a questão da função social dos espaços públicos na cidade do Rio Grande. Trabalhamos com as praças Tamandaré, Xavier Ferreira e Sete de Setembro. Os espaços abordados correspondem a praças de características distintas, espaços remanescentes de transformações urbanas, assim como espaços lineares potencialmente ricos na capacidade de acolher os cidadãos em seus percursos pela cidade. Através de procedimentos de observação direta, de forma aleatória e de registros fotográficos realizados nas áreas, foram levantados dados diversos que permitem tecer considerações a respeito da necessidade de se garantir aos cidadãos um espaço público de qualidade. Nesse sentido, o trabalho propõe uma reflexão sobre a função social dos espaços públicos rio-grandinos.

Palavras-chave: *Função Social dos espaços públicos. Praças Tamandaré; Xavier Ferreira e Sete de Setembro. Transformação urbana; Rio Grande.*

ABSTRACT

This work focuses on the issue of social function in the public spaces in the city of Rio Grande. We've worked with Tamandaré, Xavier Ferreira and Sete de Setembro squares. The approached spaces correspond to squares of distinct characteristics, spaces remained of urban transformation, as well as linear spaces potentially rich in the capacity of receiving the citizens in their journeys through the city. Through direct observation procedures, aleatory displacements, and photographic records accomplished in those areas, diverse data was raised which enables to make considerations about the need of assuring a good quality public space to the citizens. Accordingly, the work proposes a reflection on the social function in public at Rio Grande.

Keywords: *Social function in public spaces. Tamandaré; Xavier Ferreira and Sete de Setembro squares. Urban transformation. Rio Grande.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: A Vila do Rio Grande	23
FIGURA 2: Casarões na rua Marechal Floriano Peixoto, século XIX	28
FIGURA 3: Representação da Ágora da Grécia Antiga	39
FIGURA 4: Representação do Fórum Romano	41
FIGURA 5: Praça del Campo, Siena, Itália	43
FIGURA 6: Praça da Signória – Florença, Itália	44
FIGURA 7: Execução em praça pública em Lisboa, Portugal	45
FIGURA 8: Praça Ideal no período do Renascimento	48
FIGURA 9: Praça ideal no período do Renascimento	48
FIGURA 10: Boulevard Monmartre in Paris	50
FIGURA 11: Arco do Triunfo, Paris, França	51
FIGURA 12: Praças Tamandaré- norte alterado; Xavier Ferreira e Sete de Setembro e seus respectivos entornos	62
FIGURA 13: Imagem da Praça Xavier Ferreira e seu entorno	69
FIGURA 14 Praça Xavier Ferreira na década de 1940	73
FIGURA 15 Praça Xavier Ferreira, década de 1940	74
FIGURA 16 Praça Xavier Ferreira na década de 1940,	74
FIGURA 17 Praça Xavier Ferreira na década de 1940	75
FIGURA 18 Praça Xavier Ferreira na década de 1940	75
FIGURA 19 Lago da Praça Xavier Ferreira	76
FIGURA 20 Lago da Praça Xavier Ferreira	77
FIGURA 21 Lago da Praça Xavier Ferreira	77
FIGURA 22 Monumento às Mães	78
FIGURA 23 Monumento em Homenagem à Duque de Caxias	78
FIGURA 24 Homenagem ao Presidente Getúlio Vargas	79
FIGURA 25 Homenagem a Alfredo Ferreira Rodrigues	80
FIGURA 26 Monumento Estátua Da Liberdade	81
FIGURA 27 Monumento a Silva Paes	82
FIGURA 28 Jornal Agora, 06/10/1989, Ano XV, N. 4132, Capa.	87
FIGURA 29 Jornal Agora, 14/02/1992, Ano XVII, n. 4755, p.05.	88
FIGURA 30 Imagem da Praça Tamandaré e entorno	91
FIGURA 31 Planta da Cidade em 1829	92
FIGURA 32 Construção da Praça Tamandaré, com a Santa Cruz ao fundo	93
FIGURA 33 Chafariz em meados do século XX	94
FIGURA 34 Lago da Praça Tamandaré século XX	95
FIGURA 35 Lago da Praça Tamandaré, 1908	96
FIGURA 36 Lago da Praça Tamandaré, século XX	98
FIGURA 37 Praça Tamandaré, século XX	98
FIGURA 38 Monumento de Bento Gonçalves, início do século XX	99
FIGURA 39 Lago da Praça Tamandaré, século XX	99



FIGURA 40 Vênus no Banho	102
FIGURA 41 Estátua de Napoleão Bonaparte	103
FIGURA 42 Busto do Conde Guglielmo Marconi	103
FIGURA 43Busto de Luiz França Pinto	104
FIGURA 44 Jesus Cristo	105
FIGURA 45 Irmão Isício	106
FIGURA 46 Almirante Tamandaré	107
FIGURA 47 Monumento as Leis de Deus	108
FIGURA 48 Homenagem a Imprensa	108
FIGURA 49 Monumento de Bento Gonçalves visto de frente	109
FIGURA 50 Monumento de Bento Gonçalves visto de trás	110
FIGURA 51 Coreto	111
FIGURA 52 Lago esquina das ruas General Neto e General Vitorino	111
FIGURA 53 Torre de Microondas	112
FIGURA 54 Viveiros do mini-zoológico	113
FIGURA 55 Parque Infantil	113
FIGURA 56 Antiga “Zorra” usada para puxar os bondes	114
FIGURA 57 Casa do Artesanato	115
FIGURA 58 Construção da Abrigolândia final da década de 1930	116
FIGURA 59 Abrigolândia concluída, década de 1940	116
FIGURA 60 Jornal Agora, n.º 3694 de 21/02/1988, p.3.	119
FIGURA 61 Jornal Agora, n.º 3769 de 21/05/1988, p.3	119
FIGURA 62 Camelôs, meados da década de 1990	121
FIGURA 63 Banca de ervas de chá, localizada na esquina das ruas Luis Loréa e General Neto.	122
FIGURA 64“Seu Adão” - O Engraxate e seus fiéis amigos	123
FIGURA 65 Imagem da Praça Sete de Setembro e entorno	127
FIGURA 66 Monumento Barão do Rio Branco, início do século XX	130
FIGURA 67 Construção da praça Sete de Setembro (jornal Agora, edição comemorativa aos 250 anos da cidade, 19/02/1987, p. 18).	132
FIGURA 68 Construção da praça Sete de Setembro (Jornal Agora, edição comemorativa dos 250 anos da cidade, 19/02/1987, p. 18).	132
FIGURA 69 Parque Infantil	133
FIGURA 70 Parque infantil	133
FIGURA 71 Parque infantil	134
FIGURA 72 Quadra de Futebol	134
FIGURA 73 Praça Sete de Setembro, junção das ruas Andrade Neves e República do Líbano	135
FIGURA 74 Cruz em homenagem aos 500 anos de evangelização do Brasil	135
FIGURA 75 Busto em homenagem ao ex-deputado Carlos Santos	136
FIGURA 76 Pedra de fundação da cidade	137
FIGURA 77 Monumento do Barão do Rio Branco	137
FIGURA 78 Jornal Rio Grande, 04/03/1989, Ano LXXVI, N.º 062, P. 6.	139
FIGURA 79 Jornal Rio Grande, 26/04/1988, ano LXXV, n.º 094, p.1.	140
FIGURA 80 Jornal Agora 05-06/10/1991, ano XVII n.º 4687, p. 1	141
FIGURA 81 Escavações arqueológicas na Praça Sete de Setembro	143
FIGURA 82 Escavações arqueológicas na Praça Sete de Setembro	143



LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Estado do Rio Grande do Sul	20
MAPA 2: Mapa Turístico da cidade do Rio Grande	31
MAPA 3: Mapa do Fórum Romano	41
MAPA 4: Planta da Cidade do Rio Grande, 1829	56
MAPA 5: Zoneamento da Cidade no novo Plano Diretor do Rio Grande (Anexo do Novo Plano Diretor de Rio Grande, 2006).	66
MAPA 6: Mapa Explicativo da Praça Xavier Ferreira mostrando o Circuito de Praças da Cidade	90
MAPA 7: Planta da Praça Tamandaré, 1996	101

SUMÁRIO

Introdução	14
1. Cidade do Rio Grande uma breve contextualização	22
2. A comunidade e seus espaços públicos	35
2.1. A praça e a cidade na história, uma breve revisão	41
2.2. A praça na cidade brasileira	56
3. O papel social dos espaços públicos rio-grandinos	64
3.1. O espaço da centralidade: a Praça Xavier Ferreira	70
3.1.1. Origens	71
3.1.2. Atrativos da Praça Xavier Ferreira	77
3.3.3. Qual é o papel social da Praça Xavier Ferreira em Rio Grande?	85
3.2. De periferia à centralidade: a Praça Tamandaré	92
3.2.1. Origens	94
3.2.2. Atrativos da Praça Tamandaré	102
3.2.3. Qual é o papel social da Praça Tamandaré em Rio Grande?	117
3.3. Da historicidade à marginalidade: a Praça Sete de Setembro	129
3.3.1. Origens	130
3.3.2. Atrativos da Praça Sete de Setembro	134
3.3.3. Qual é o papel social da Praça Sete de Setembro em Rio Grande?	140
3.4. Espaços Públicos em Perspectiva	146
Conclusão	151
Referências Bibliográficas	154

INTRODUÇÃO

A motivação inicial deste trabalho surgiu da necessidade em conhecer um pouco mais da história e produção espacial na cidade do Rio Grande, em especial as três praças que compõem o estudo deste trabalho. Como historiadora de formação, procurei em trabalhar com objetos de estudo que fizeram parte dos períodos de minha infância e adolescência, pois em cada um deles, eu pude desenvolver atividades culturais, de lazer e esporte.

Aliado a este interesse, acreditei que era necessário fazer com que as pessoas valorizassem mais esses belos locais, com muita arborização e possibilidade de serem aproveitados de várias maneiras, agregando diferentes grupos sociais em um único espaço, principalmente em um momento que muito se fala em qualidade de vida e sustentabilidade e que a cidade do Rio Grande vive novamente um próspero momento econômico, com muitas pessoas de outras cidades vindo trabalhar e morar por aqui.

A cidade do Rio Grande constitui o mais antigo núcleo urbano edificado no Rio Grande do Sul de colonização portuguesa. Nesse sentido, cada um de seus recantos, como no caso daqueles localizados no que se poderia denominar de “centro histórico”, são carregados de significados, tradições e heranças de natureza social. Cada lugar nesse cenário urbano apresenta um determinado papel social.



O presente trabalho tem por meta o estudo geográfico de três dos mais importantes espaços públicos rio-grandinos: as Praças Xavier Ferreira, Tamandaré e Sete de Setembro. De forma que elaboramos um estudo de cunho geográfico de uma das importantes facetas urbanas de Rio Grande, vinculada à questão dos espaços públicos. Sobre os espaços públicos, Hannah Arendt afirma que:

A vita activa, ou seja, a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente. As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, este ambiente, o mundo ao qual viemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas; que ele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou que o estabeleceu através da organização, como no caso do corpo político¹.

Assim, ao pretendermos estabelecer um estudo da urbanização sob o prisma geográfico, tomamos como princípio o fato de que o urbano constitui resultado direto da ação humana e da interação social, já que as relações estabelecidas com o lugar são fruto das atividades rotineiras daqueles que o habitam. Dessa forma,

o reconhecimento da cidade enquanto ator social, além de suscitar uma boa discussão teórica, traz também a vantagem de se dirigir um olhar arguto sobre fatos tratados normalmente com indiferença, que estão contribuindo para o rebaixamento da urbanidade das cidades²

Sendo o papel social das praças públicas um excelente microcosmo representativo de tal possibilidade de estudo.

¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Universitária LTDA, 1993. p. 31.

² OLIVA, Jaime Tadeu. A cidade como ator social – a força da urbanidade. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 78

Analisando seus diversos significados, sejam eles, funcionais ou morfológicos, facilmente percebemos as praças como um espaço de representação da vida urbana. Com fortes marcos visuais, dando referência às cidades e como um elemento urbano. São naturalmente lugares de encontro e confluência social, ainda que passem por profundas transformações.

Assim, ao fazer um estudo geográfico das praças rio-grandinas, este trabalho utilizou uma abordagem multidisciplinar, levando em conta os fundamentos históricos, socioeconômicos e político-administrativos que influenciaram na urbanização rio-grandina. Desse modo, além da interação social, o urbano foi abordado pelo seu viés cultural, uma vez que “a principal função da cidade é converter o poder em forma, a energia em cultura, a matéria inanimada em símbolos vivos de arte, a reprodução biológica em criatividade social³”.

A partir desta premissa estruturamos nosso estudo em um conjunto de capítulos que abordam diferentes aspectos do problema. No primeiro capítulo, fizemos uma breve contextualização da cidade do Rio Grande/RS, de maneira que apresentamos a forma como a cidade teve seu surgimento e as principais transformações sociais e econômicas que sofreu ao longo dos anos.

No capítulo dois, discorreremos sobre os aspectos conceituais dos espaços públicos, em especial as praças, fazendo uma breve explanação dos diferentes usos e significados que estes espaços urbanos adquiriram ao longo da história, desde os primórdios da civilização urbana, e as transformações sofridas pelos mesmos até a época atual, que é o marco temporal de nosso trabalho. Sendo abordadas algumas questões fundamentais como qual é o lugar da praça modernista e como é vista a questão de espaço público atualmente, bem como, a questão do desaparecimento de alguns aspectos mais tradicionais da estrutura da praça em relação aos processos de sociabilidade.

³ MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.p. 616.



A passagem da sociedade - a ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais – do sombrio do lar para a luz da esfera pública não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, ao ponto de torná-lo quase irreconhecíveis. Hoje, não apenas na privacidade do que é próprio ao indivíduo (*idion*), à parte do mundo comum, é “idiota” por definição, mas tampouco concordaríamos com os romanos, para os quais a privacidade oferecia um refúgio apenas temporário contra os negócios da *res publica*. O que hoje chamados de privado é um círculo de intimidade cujos primórdios podemos encontrar nos últimos períodos da civilização romana, embora, dificilmente em qualquer período da antiguidade grega, mas cujas peculiares multiformidade e variedade eram certamente desconhecida de qualquer período anterior à era moderna⁴.

Por fim, no capítulo três, fizemos uma análise de cada um dos espaços públicos da cidade, que são o mote deste trabalho, desde suas origens, até os dias atuais, verificando como as transformações sociais modificaram ou não estes espaços. Existe uma tendência de “privatização” destes locais, com a finalidade de atrair novos grupos de frequentadores e oferecer novos serviços para seus usuários.

Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutraliza o “outro” em um espaço que é acessível a todos. Os usuários do espaço contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa. Na cidade contemporânea, toda cultura da exposição pública é também uma cultura do desengajamento, pois o espaço “neutraliza-

⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Universitária LTDA, 1993. p. 47-48.



se” do interior, através da percepção simultânea e constante das diferenças⁵.

Esta pesquisa partiu da idéia de que, em termos de ciência geográfica, “uma nova preocupação se fixa”, ou seja, “a geografia precisa pensar a sociedade, entendê-la e produzir uma teoria capaz de explicitá-la”, de modo que novas formas de pensar, fazer e ensinar a geografia colocam-se como fundamentais: a geografia não é mais o estudo do lugar; o homem não se coloca mais como elemento da paisagem; e o espaço passa a ser humano porque o homem produz.

E como se trata de um trabalho com abordagem multidisciplinar, também pude desenvolver meus conhecimentos enquanto historiadora, buscando as raízes históricas sobre a formação desses espaços públicos rio-grandinos, e também podendo observar a manutenção de velhos hábitos criados pelas pessoas que freqüentam essas três praças e a convivência em um mesmo local de novas gerações que por sua vez, introduziram novas formas de aproveitamento desses espaços.

O espaço urbano e sua compreensão é complexo e exige a investigação de diversas fontes. Nesse sentido, nosso trabalho foi orientado a partir dos textos existentes nas fontes documentais oficiais, inter-relacionados, comparados e até contraditos a partir de outros tipos de fontes como a iconográfica e a jornalística, além de depoimentos pessoais de alguns “personagens símbolos” das praças estudadas.

Quanto ao recorte espacial, já mencionamos que circunscreve-se aos espaços públicos da cidade do Rio Grande, a partir do estudo de três estudos de caso, envolvendo as praças Tamandaré, Xavier Ferreira e Sete de Setembro. Já no que tange ao recorte cronológico, foi realizada uma análise multidisciplinar dos fundamentos geográficos, históricos e sócio-culturais que definiram ao longo do tempo o papel social daquelas praças públicas, estudando-as desde a sua origem,

⁵ SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 36.



mas com um foco especial sobre as últimas décadas, no período compreendido entre os anos 1986 – 2006.

Está ênfase se deu porque em nosso trabalho tem como proposta analisar desde o período da chamada “redemocratização” nacional até o ano em que a cidade elaborou o seu segundo Plano Diretor. Fizemos este recorte temporal por entender que as praças enquanto espaço de manifestação social, também tiveram importante papel na retomada da democracia, como por exemplo, na campanha pelas eleições diretas, no diz respeito a lugar de manifestações políticas. Além disso, este recorte temporal também analisou o processo de degradação urbana, fruto do período de estagnação econômica da cidade, e os possíveis caminhos de revitalização.

Na busca por esses dados, utilizamos as bibliotecas universitárias da região, e as principais instituições nas quais foram pesquisados os acervos na construção desse trabalho, sendo eles a Biblioteca Rio-Grandense, o Museu da Cidade e o Centro Municipal de Cultura.

Utilizamos a bibliografia de apoio e de fundamentação teórico-metodológica, juntamente com outras fontes essenciais de pesquisa, os documentos oficiais originados da esfera pública, as informações expressas nos jornais e os registros iconográficos existentes sobre os objetos de estudos. Nos jornais locais *Rio Grande* e *Agora*, pesquisamos o período compreendido entre os anos de 1986 a 2006.

Escolhemos esta fonte de informações, por acreditar que trata-se de uma base com um número considerável de dados acerca dos espaços públicos trabalhados, e também por sua importância enquanto fonte de pesquisa visto que:

Superando certos preconceitos iniciais que descartavam a imprensa como fonte histórica, tendo em vista sua natureza “tendenciosa”, nas últimas décadas, uma quantidade cada

vez mais crescente de trabalhos históricos vem utilizando-se das informações e/ou opiniões expressas nos periódicos para promover reconstruções históricas acerca dos mais variados setores da vida brasileira. Estes preconceitos contra os possíveis engajamentos dos jornais foram sobrepujados graças ao aprofundamento do conhecimento a respeito do processo histórico, da época e da região sobre os quais se está investigando, bem como da utilização de critérios teórico-metodológicos que, através de uma seleção judiciosa, podem permitir excelentes resultados ao historiador que entabula suas análises a partir da imprensa⁶.

Também devemos considerar que

Na medida em que valorizamos as mediações entre sociedade e Estado e entendermos que os conceitos, como formas de consciência, compõem a vida política, apreçaremos também a imprensa. Nesse contexto, a imprensa, sobretudo a periódica, é um importante meio de construção de culturas políticas específicas, ou seja, empiricamente verificáveis⁷.

Além disto, devemos considerar as criações humanas como produções de sentido, sendo primordial buscar através dos diferentes meios de linguagem possíveis de articular as construções teóricas sua relação com a subjetividade humana e suas representações das atividades e contextos em que os indivíduos se inserem. Desta forma:

O novo cenário citadino do início do século XX abrigava uma infinidade de publicações periódicas: almanaques, folhetos publicitários de casas comerciais e indústrias; jornais de associações recreativas, de bairros e das destinadas a etnias específicas; folhas editadas por mutuais, ligas e sindicatos operários, até grandes matutinos e as revistas ditas de variedades, principal produto da indústria cultural que então desponta. A publicação de catálogos relativos a acervos institucionais abarca o itinerário da imprensa em diferentes espaços e, além de se constituírem em

⁶ ALVES, Francisco das Neves. O Discurso Político- Partidário Sul-Rio-Grandense sob o prisma da imprensa Rio - Grandina (1868 – 1895). Rio Grande: FURG, 2002.p. 14-15.

⁷ SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842) IN: FERREIRA, Tânia M. B; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia M. B. P. (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora e FAPERJ, 2006.p. 37



importantes instrumentos de pesquisa, permitem apreender o rápido incremento e a diversidade desses materiais⁸.

Como fonte auxiliar utilizamos fotografias, localizadas no acervo do Centro Municipal de Cultura Inah Emil Martensen; Museu da Cidade do Rio Grande; Biblioteca Rio-Grandense; fotos cedidas por particulares e de autoria própria, que conforme bem ressalta Kossoy:

A análise iconográfica tem o intuito de decupar, inventariar e classificar o conteúdo da imagem em seus elementos icônicos formativos; o aspecto literal e descritivo prevalece, o assunto registrado é perfeitamente situado no espaço e no tempo, além de corretamente identificado⁹.

Desta maneira, a metodologia utilizada para a análise dos estudos de caso foi, primeiramente, seu reconhecimento histórico. Isto é, estudar a história da praça e sua formação.

Em segundo momento, para poder fazer a análise de sua atual ocupação, as praças foram observadas durante um ano, em dias e horários aleatórios que escolhemos para verificar quem são seus atuais usuários/observadores, sendo que alguns relataram sua experiência no espaço em horários diferenciados.

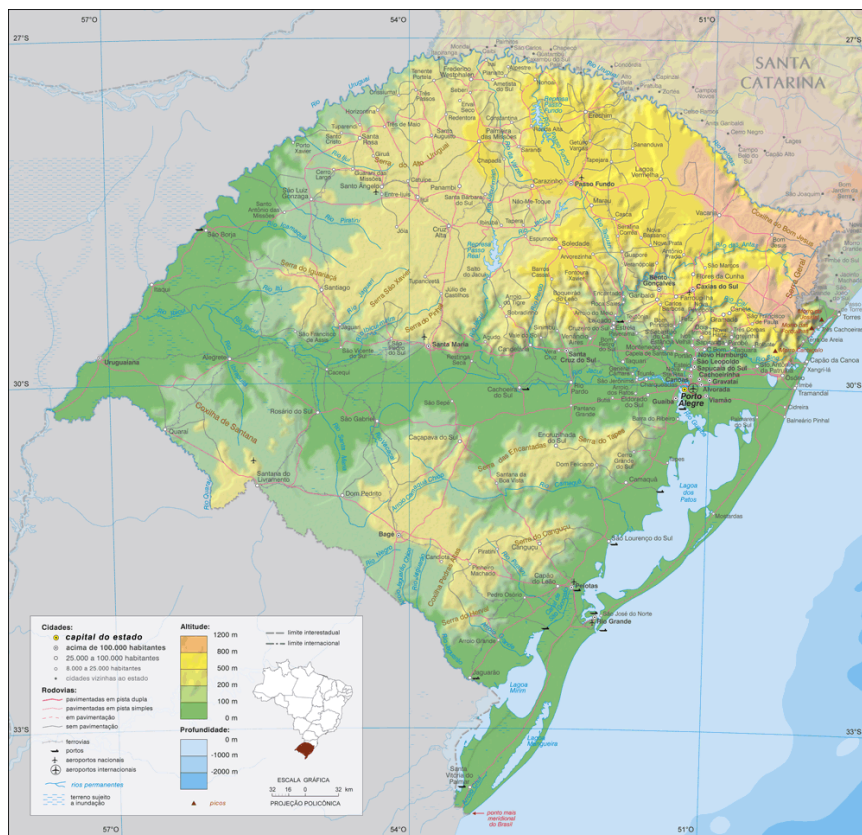
A seguir, faremos um breve histórico da cidade do Rio Grande, mostrando um pouco de sua história, condições que desencadearam sua ocupação e a forma como se deu seu processo de urbanização.

⁸ LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY. Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 121.

⁹ KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.p. 65.

1. CIDADE DO RIO GRANDE UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO;

Em virtude das ricas e diversas regiões geográficas e dos diferentes tipos de processos históricos e de povoamento, o Estado de Rio Grande do Sul apresenta uma diversidade cultural muito grande. O reflexo dessa diversidade manifesta-se em sua arquitetura e nos variados sistemas construtivos, como no caso da cidade Histórica do Rio Grande, local onde se encontram os espaços públicos que são objeto deste trabalho.



Mapa 1: Estado do Rio Grande do Sul (site do IBGE)

Andar pelas ruas da cidade do Rio Grande é um convite a uma viagem de volta ao passado. A cidade mais antiga do Estado, berço a civilização sul-riograndense, guarda em suas ruas de caminhos tortuosos, belos prédios e monumentos. Essas características são traços da arquitetura portuguesa, onde as ruas se moldam à topografia segundo a importância dos diversos prédios que foram sendo construídos e também para atender as necessidades de higiene e organização espacial. Esses traços ainda estão presentes, chamando a atenção e encantando moradores e visitantes.

Rio Grande tem seu surgimento, em 19 de fevereiro de 1737, com a chegada do Brigadeiro José da Silva Paes no local, visando à prática de atividades bélicas, que teriam como função principal à ocupação e manutenção da posse territorial deste trecho do país. “As mais antigas gravuras de Rio Grande mostram que as primeiras construções não obedeciam a qualquer ordenação urbanística. Elas iam sendo edificadas ao longo da praia, acompanhando as curvas do canal”.¹⁰

No Rio Grande do Sul (RS), podemos afirmar que a ocupação territorial foi relativamente tardia, se compararmos ao restante do país. Este fato pode ser explicado basicamente pela considerada falta de atrativos em termos econômicos, pelo ponto de vista da política mercantilista de nossos colonizadores. A partir do século XVII, o interesse no RS é despertado por Jesuítas e bandeirantes, no que podemos definir como uma fase de instalação. Nesse momento, esta região passa a chamar a atenção também pelo ponto de vista econômico, em razão do comércio marítimo¹¹.

Nos registros históricos, Simão Pereira de Sá, é o primeiro a relatar sobre a fundação do Rio Grande. Ele realizou a transcrição de uma carta de Gomes Freire

¹⁰ WEIMER, Günter. *Arquitetura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 56.

¹¹ BARROSO, Vera Lúcia Maciel, Povoamento e urbanização do rio Grande do Sul IN: WEIMER, Günter (org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1992.p. 35-37.

de Andrade com as instruções para o erguimento de um presídio militar em lugar que hoje seria o centro da cidade, escrita em 1736. A anexação do território desempenhava a função de defesa, em termos arquitetônicos a formação da cidade se dá pela construção desse presídio “no sentido de presidir a conquista territorial, portanto, um forte e não uma prisão”¹².

Conforme carta transcrita do Governado Gomes Freire de Andrade, com as instruções para a construção do presídio militar em Rio Grande:

S.Mag. e, no caso de estar socorrida a Praça da nova Colônia, e atenuadas as forças dos Espanhóis no R. da Prata(em cujo tudo se acha) prefere o ataque da Praça do Montevidéu a qualquer outra operação que possamos intentar contra a, Coroa de Castella: A junta foi uniforme, no mesmo parecer, persuadida que os seiscentos cavalos que ao presente embarcação a Campanha da nova Colônia, acudirão logo a parte, em que nossas Tropas executarem o desembarque, e ficará com esta diversão em líber. de, aquela Praça o Brigadeiro José da Silva Paes apresentou uma lista de tudo que era preciso, tanto para efeito de se atacar aquela Fortaleza, como para a depois fortificada, e posta em estado de defesa, se seguir o estabelecimento da nova Colônia que sua Majestade manda construir com Fortaleza na parte Sul do Rio de São Pedro; todo o preciso se tem aprontado estes dias com ativas diligências, de que V. S. é testemunha (...) Estou certo terei a glória de ver V.S. cheio de honras adquiridas pelos grandes acertos, com que a executará tudo o que S. Majestade e é servido mandarmos. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1736. Gomes Freire de Andrade.¹³

Foi construído da maneira tradicional em pedra, paliçadas de madeira calçadas por plataformas de terra e cercadas por um fosso de água. Porém, como ele não era militar, cometeu um erro estratégico, erguendo a construção no lado sul do canal, o que facilitava os ataques por parte dos espanhóis. Atualmente não existe mais na cidade, mas em recentes escavações próximas à área provável de sua construção, foram encontrados vestígios do fosso de abastecimento de água.

¹² WEIMER, Günter. *Arquitetura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 30.

¹³ SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata, repartida entres livros e que se contem as tres vezes que se pou-o, e exidio, e as heróicas acçoens, que ali obrarão os Americanos Portugueses Escrita por Ordem do Ilmo. Eexmo. Governador e Capitão General do Rio de Jnro. Gomes Freire de Andrade Conde de Bobadella pello Doutor Simão Pereira de Sá no anno de 1737*. Porto Alegre: Arcano, 17, 1993.p. 108-109.

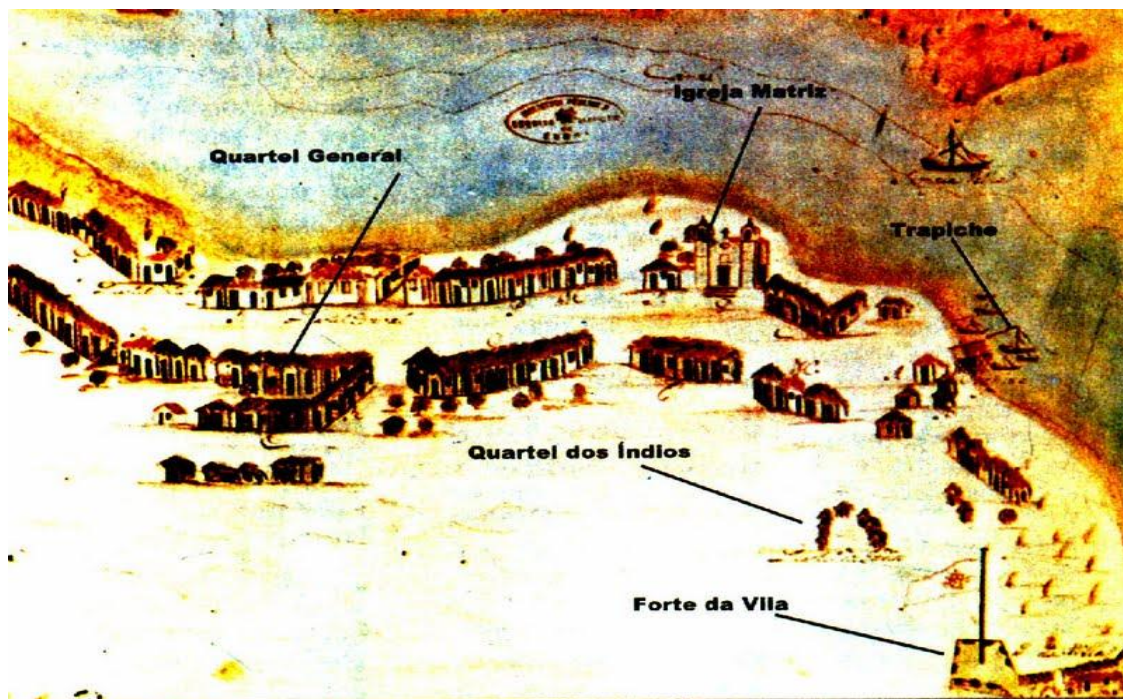


Figura 1: A Vila do Rio Grande. (Acervo da Biblioteca Rio-Grandense).

A construção desse presídio é marco de um projeto de expansão colonial lusitano em direção ao Prata, ligada aos interesses militares de forma que a ocupação do canal seria uma possibilidade de contenção dos espanhóis que desejavam deslocar-se para Santa Catarina e São Paulo. De modo que nossa cidade surge, estrategicamente, para permitir a melhor defesa da Colônia do Sacramento significando o primeiro ponto oficial de ocupação portuguesa em nosso Estado.

O ambiente da cidade era muito hostil, pois contava com condições precárias de vida, com muitas dunas de areia e fortes ventos. Os primeiros moradores eram militares que vieram com a promessa de promoções, mas encontraram uma realidade bem diferente, com um grande atraso no envio de suprimentos para sua manutenção na cidade.

A sobrevivência dos primeiros habitantes do Rio Grande, juntamente com a dos próprios soldados, foi extremamente penosa. As maiores dificuldades estavam ligadas à necessidade de abastecimento externo da nova possessão, às constantes

intempéries, ao acesso dificultoso e, muitas vezes, ao abandono por parte da Coroa”.¹⁴

Segundo os relatos de Sebastião Francisco Bettamio, responsável por introduzir novos métodos de contabilidade fiscal, podemos ter uma idéia de como era a vida em Rio Grande nesta época. Pare ele, se fazia justa a manutenção da Vila de São Pedro, mesmo com os altos custos para mantê-la, chegando a recomendar ao Governador da Capitania, várias providências visando o crescimento do local, onde citaremos a seguir as que mais se destacaram, permitindo perceber o cotidiano vivido pelos habitantes da cidade na época:

Uma ordem para que a capital do continente seja na Vila de S. Pedro, da qual se não possa mudar por pretexto algum, fazer-se a este respeito representação. Em quanto se não assentar fixamente nesta resolução, e que não fique a arbítrio dos governadores poderem mudar a sua residência, sempre aqueles moradores se conservarão na esperança de melhorar, ou trocar de sítio, e nunca farão estabelecimentos permanentes, nem casas a que se possa dar este nome, mas em choupanas para viver algum tempo; Que logo vá residir na Vila o Governador do continente, fazendo mudar para ela a provedoria, a Câmara e todos os mais juizes, e pessoas que constituem o Corpo Civil. Depois de feita esta mudança, todos os mais moradores, cujos empregos, ou negócios obriga a viver na capital, virão insensivelmente habitar nela, e a aumentarão; (...) Que o governo do continente mande logo traçar, ou alinhar as ruas que se devem fazer, para cada um poder eleger o sítio em que pretende fazer casas, e que estas as possam fazer térreas ou de sobrado mais debaixo de um preceito de prospecto que todos devam seguir, evitando-se as despesas supérfluas para que não atemorize o custo das propriedades aqueles que tem menos cabedal; (...) Que a Vila se deve encher de casas quanto possível for, principiando do pântano da Vila, ou do forte para a parte da igreja, e não ir entrando pântano para dentro, que serão custosos os aterros e sempre ficam aquelas propriedades sujeitas às enchentes do rio, tendo da igreja para a parte do campo muito bons sítios onde possam edificar, especialmente no largo chamado do Pelourinho, onde se pode fazer uma boa praça, evitando-se a entrada de cavalhadas e boiadas que revolvem as areias, as quais, estando sossegadas, criam um capim ou erva, que as defende de voarem com a impetuosidade dos ventos; (...) Em qualquer parte da Vila onde se pretenda fazer poços ou cacimbas, como lá lhe chamam, se acha água em pequena altura, e em

¹⁴ ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *A Cidade do Rio Grande estudos históricos*. FURG/SMEC: Rio Grande, 1995. p. 35

muitas partes capaz de beber; suposto que nem todos usam dela, por que a mandam buscar à dos Marinheiros em que já se falou, onde há um rio corrente de excelente água, mas não deixa de ser incomodo o ir-se buscar esta água tão longe, sendo necessário embarcações, etc, o que se poderia evitar conservando em benefício do povo uma ou mais cacimbas limpas, fazendo-lhe sua fonte para conservar a água com aceio, pois de o não haver procede a repugnância que há de se servirem das cacimbas; (...) Ocupar os terrenos devolutos próximos a Vila e suas adjacências buscando unir os moradores, e povoar a Vila, e seus subúrbios, para a fazer abundante de gente trabalhadora, e por conseqüência, farta e rica; que não haja dentro destes sítios para habitação, criações de gado ou estâncias, que ocupam um considerável terreno de seis e mais léguas, que podia ser aproveitado em lavoura, e se pode considerar perdido.¹⁵

Embora tenha sido elevada à Vila em 1747, o povoado foi reconhecido como tal apenas em 1751, após o tratado de Madri. Pouco tempo depois — de 1763 a 1776 — ficou sob domínio de espanhóis até que, em 2 de abril de 1776, foi reconquistado definitivamente pelos portugueses.

Esse período nas mãos dos espanhóis fez com que a cidade perdesse a condição administrativa que ocupava anteriormente, mas conseguiu manter-se como sede de Município de forma que em 1811, a Câmara Municipal já estava estabelecida em Rio Grande.

Quando foi elevada à cidade, em 1835, Rio Grande vivenciou um momento bem distinto da história do Rio Grande do Sul, pois com a guerra civil o governo de Porto Alegre estabeleceu parte da sede administrativa na cidade, ficando a província com praticamente duas capitais¹⁶.

Passado o momento de turbulência política e a paz reinando novamente, Rio Grande começa então, a desenvolver-se, tornando-se um importante ponto comercial de forma que tem início a sua evolução urbana.

¹⁵ BETTAMIO. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 141-199.

¹⁶ ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *A Cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-histórica*. Rio Grande: FURG, 1997. p. 36.

No século XIX, Rio Grande começa a sentir as vantagens oriundas da atividade da pecuária, culminando com o crescimento da cidade, de modo que as atividades das charqueadas, transformaram a localidade no principal centro de comércio da Capitania, com conseqüente evolução urbana e populacional. Ainda que sua função de origem, qual seja, a manutenção de posição estratégico-militar, não tenha sido esquecida, pouco a pouco, passa a dar lugar para outra mais lucrativa, passando à importante ponto de escoamento da produção rio-grandense.

Podemos dizer que o Porto da cidade e a localização aqui de um posto de Alfândega, foram responsáveis por este avanço comercial e, conseqüentemente urbano, pois além da cidade tornar-se um ponto para escoar a produção das charqueadas, era possível ter contato com produtos vindos de várias partes do mundo, através das embarcações que aqui atracavam.

Nas últimas décadas do século XIX, a cidade ganha fortes ares de urbanidade e seus interesses se voltam para outros pontos, como a necessidade de melhorar a prestação de serviços na urbe. Mas para isto, era necessário lutar contra as condições naturais do sítio urbano, como muito acúmulo de areia e pontos alagadiços.

Desta forma, vários pontos do sítio urbano foram aterrados, ocasionando o surgimento de novas áreas para uso, mas que por terem sido construídas feitas de forma desordenada, ocasionavam problemas de inundações quando das fortes chuvas, problema este vivido pela cidade até os dias atuais.

Vários manifestos foram feitos para que as ruas fossem calçadas, e segundo relatórios da Câmara Municipal¹⁷, de forma que o calçamento contribuiria não só com a contenção dos alagamentos, mas também com o embelezamento

¹⁷ Relatórios Municipais da Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande, anos 1874, 1876-8, 1880 e 1902.

da cidade. Após o calçamento das ruas centrais, o próximo passo foi fazer com que as ruas mais afastadas da zona central também recebessem o mesmo tratamento.

Outro ponto que carecia de melhorias era o transporte. Por ser um ponto comercial e de escoamento de mercadorias, era necessário contar com um sistema eficiente de transporte e ligação com as outras cidades e regiões. Desta forma, estradas e pontes foram construídas com a intenção de resolver este problema. E com o crescimento urbano, outros serviços prestados à população também careciam de melhorias. A municipalidade passou a investir em iluminação por lâmpões e na higiene.

Nesse novo cenário econômico, a cidade do Rio Grande, de características portuárias, merecia já nesta época destaque entre as demais cidades gaúchas, pois já contava com uma infra-estrutura básica (iluminação a gás, abastecimento de água e transporte interno por bondes e externo por trem), além de contar com a presença de importantes instituições, como uma Biblioteca, Alfândega e Associação Comercial e também por ter o primeiro balneário marítimo do Estado – o Balneário Cassino¹⁸.

O processo de urbanização do RS, instaurado no século XIX, contou com influências espanholas e portuguesas, onde a preocupação com a manutenção da posse da terra conquistada era constante.

No Rio Grande do Sul, as primeiras cidades nas quais a urbanidade desenvolveu maior número de instituições, desempenharam a tarefa de *marcos civilizatórios* da sociedade urbana num território impregnado pela ruralidade, que caracterizava o estado na segunda metade do século XIX, tanto na porção meridional pastoril da Campanha, quanto na setentrional agrícola originada da imigração

¹⁸ Os dados sobre a origem da cidade do Rio Grande foram elaborados a partir dos livros: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *A cidade do Rio Grande: Uma abordagem histórico-histórica*. Rio Grande: FURG, 1997; e ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs). *A Cidade do Rio Grande – estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 1995.

européia. Nesse sentido, as primeiras cidades gaúchas foram lugares de assentamento das elites agropastoris, nas quais se produziram os primeiros lampejos de modernidade da civilização urbana, constituindo ilhas num mar de ruralidade¹⁹.

Neste início da urbanidade gaúcha, as cidades de mais destaque eram Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Fulcro de nosso trabalho, a cidade de Rio Grande possui características portuárias, por sua localização, é um dos mais antigos centros urbanos do Estado. Merecia destaque entre as cidades gaúchas, por já contar com infra-estrutura básica.

Assim como nos demais lugares do país, a acumulação de capital, fruto da atividade comercial, atraiu vários imigrantes para a cidade, inclusive futuros industriais, ocasionando a multiplicação de casarões ecléticos que ocupavam as áreas próximas ao Porto Velho da cidade²⁰. Esta era a forma de moradia preferida das elites do final do século XIX, pela qual representavam publicamente sua riqueza e poder.



Figura 2: casarões na rua Marechal Floriano Peixoto, século XIX (cedida por particular).

¹⁹ SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Rio Grande do Sul – do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1830 – 85). In: GERTZ, R.; BOEIRA, N.; GOLIN, T.. (Org.). *Historia Geral do Rio Grande do Sul - República*. 1 ed. Passo Fundo: Meritos, 2007, v. 4, p. 292.

²⁰ MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 – 1990)*. Rio Grande: FURG, 2006.

Do ponto de vista cultural, podemos descrever a população da época formada por uma elite fortemente ligada às atividades comerciais, agropecuárias e ainda por militares do alto escalão. Por outro lado, a base da sociedade era formada por mão de obra escrava, e uma classe intermediária voltada para serviços primários. Já no início do século XX começou a formar-se uma classe operária na cidade, em virtude dos investimentos fabris que começavam a instar-se por aqui²¹.

Como resultado desse pioneirismo, temos uma rica herança do ponto de vista cultural, que foi deixada na cidade, fruto da colonização portuguesa, onde temos a presença ainda nos dias de hoje, de prédios antigos.

A cidade do Rio Grande constitui o mais antigo núcleo urbano edificado no Rio Grande do Sul de colonização portuguesa. Nesse sentido, cada um de seus recantos, como no caso daqueles localizados no que se poderia denominar de “centro histórico”, são carregados de significados, tradições e heranças de natureza social. Assim, cada lugar nesse cenário urbano apresenta um determinado papel social e o presente trabalho tem por meta o estudo geográfico de três dos mais importantes espaços públicos rio-grandinos, as Praças Xavier Ferreira, Tamandaré e Sete de Setembro. Com este tema, pretendemos elaborar um estudo de cunho geográfico de uma das importantes facetas urbanas rio-grandinas, vinculada à questão dos espaços públicos.

A evolução urbana da cidade do Rio Grande, desde a sua criação até a consolidação cidadina, enfrentou uma série de entraves, como as difíceis condições do meio, os obstáculos ao abastecimento e as guerras. De forma que passando por uma nova fase de recuperação urbana para afirmar-se, a partir das primeiras décadas do século XIX, como principal entreposto comercial do Rio

²¹ ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *A Cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-histórica*. Rio Grande: FURG, 1997.p.50.

Grande do Sul, sendo elevada à cidade em 1835 e, mais tarde, desde as décadas finais desse século até as primeiras do século seguinte, se consolidaria como localidade comercial e industrial, avanço que sofreria fortes mudanças principalmente a partir da metade do século XX, trazendo etapas seguidas e crescentes de crise e estagnação da urbe²². Esse devir geográfico caracterizou a formação rio-grandina em suas diversas fases evolutivas, concernentes aos pressupostos estabelecidos por Henry Lefebvre, ao referir-se à constituição da cidade política, comercial, industrial e chegando a um verdadeiro ponto crítico²³, onde os espaços públicos representados pelas praças rio-grandinas bem representam cada uma dessas etapas.

Ao pretender o estabelecimento de um estudo da urbanização sob o prisma geográfico, este trabalho parte do princípio de que o urbano constitui resultado direto da ação humana e da interação social, ou seja, “as relações com o lugar são determinadas no cotidiano, para além do convencional”, de forma que “o espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro, a cidade ganha teatralidade e não existe dissociação da gente que lhe dá conteúdo e determina sua natureza²⁴”. Dessa forma, “o reconhecimento da cidade enquanto ator social, além de suscitar uma boa discussão teórica, traz também a vantagem de se dirigir um olhar arguto sobre fatos tratados normalmente com indiferença, que estão contribuindo para o rebaixamento da urbanidade das cidades²⁵” e o papel social das praças públicas constitui um excelente microcosmo representativo de tal possibilidade de estudo.

²² COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.122, p. 43-68, 1982.p 43-68; MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)*. Rio Grande: FURG, 2006.p. 99-190; SALVATORI, Elena et all. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 51. n. 1, , 1989. p. 27-71.

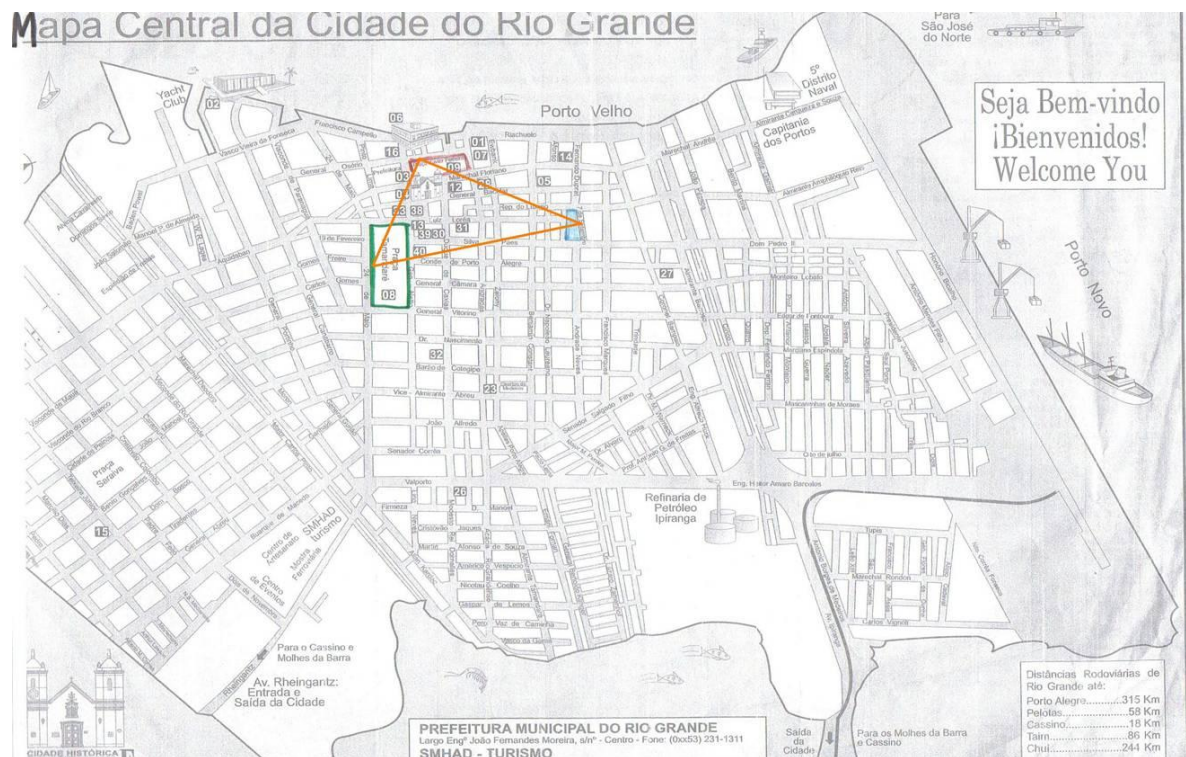
²³ LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.p. 27; LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.p. 72.

²⁴ Carlos, 1992. p. 73

²⁵ OLIVA, Jaime Tadeu. A cidade como ator social – a força da urbanidade. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.p. 78.

A partir deste cenário urbano, é que pretendemos realizar este estudo sobre três espaços públicos de nossa cidade, sendo eles as Praças Tamandaré, Xavier Ferreira e Sete de Setembro.

Localizadas na área central da cidade, conforme podemos observar no mapa abaixo, em cada um destes locais é possível ver como se deu o processo de urbanização da cidade e como a população escolheu conviver estes espaços.



Mapa 2: Mapa Turístico da cidade do Rio Grande localizando as praças estudadas. (distribuído pela Prefeitura Municipal do Rio Grande).

Ao promover o estudo dos espaços públicos rio-grandinos, este trabalho considera as inter-relações sociais e culturais condicionantes para a construção de um “comportamento urbano²⁶” que vem constituindo a evolução citadina do Rio Grande, já que “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”, num quadro em que “as condições, que simultaneamente permitem e

²⁶ CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.p. 126.

limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas”²⁷. Dessa forma, o crescimento, por vezes desmesurado, das cidades leva a uma constante transformação do papel de seus lugares sociais, de maneira, na possibilidade de ocorrência de “um processo de duplo movimento: explosão-implosão e condensação-dispersão (estouro), e “ao redor desse ponto crítico que se situa a problemática atual da cidade e da realidade urbana”

Logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo aos adros das nossas igrejas. Se tradicionalmente essa dívida é válida, mais recentemente a praça tem sido confundida com jardim. A praça como tal, para reunião d gente e para exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. (Gilberto de Melo Freyre – sobrados e macumbos). Realçava-lhes os edifícios, acolhia os seus freqüentadores”²⁸.

Entre os principais espaços públicos das cidades estão as praças e os parques. No próximo capítulo, faremos uma abordagem acerca da definição das praças ao longo da história, bem como, sua importância no processo urbano das cidades e a relação da população com estes espaços.

²⁷ LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 47 e 72.

²⁸ MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.p. 49-50.

2. A COMUNIDADE E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS

Ao se falar em espaço público torna-se quase impossível não fazer a relação de que este é, num conceito mais amplo, administrado pelo Estado. A esfera pública remete à idéia daquilo que é de uso comum, do que está ao alcance de todos. Segundo Arendt, espaço público pode assumir duas conotações: “em primeiro lugar, que tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos nós e tem a maior divulgação possível; em segundo lugar, o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele²⁹”.

Como observa Arendt, “a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem³⁰”.

Já para Milton Santos, espaço é entendido “como a acumulação desigual de tempos”. De forma que ele adquire uma função de “testemunha” das ações dos homens, pois o espaço possui uma função de domínio sobre os homens, estando presente no seu cotidiano³¹.

O que constrói o espaço público é a obediência à lei e a seus limites. Do ponto de vista simbólico, poderíamos dizer que esse espaço é composto pelo espetáculo da tensão entre a

²⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.p. 59-62.

³⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.p. 62.

³¹ SANTOS, Milton. *Por uma nova geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1996.p. 137.

diferença e a possibilidade de coabitação. Ele é, assim, a condição fundamental de expressão da individualidade dentro de um universo forçosamente plural. Ele depende diretamente, pois, da afirmação permanente do contrato social que o funda³².

Do ponto de vista da Geografia, ao se trabalhar com espaço enquanto produto histórico é possível verificar uma gama de relações sociais, onde a atividade social é fruto das trocas entre indivíduos e espaço. Desta forma, pode-se dizer que:

“A vida no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade, e nesta direção, o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar Assim o lugar se liga de modo inexorável a realização da vida enquanto condição e produto de relações reais. Mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada”.³³.

O espaço só tem sentido a partir do momento em que é habitado, sendo transformado pelo homem e é fruto das relações da sociedade com a natureza. Devemos relacionar cotidiano e lugar, de forma que, “o cotidiano como conjunto de atividades e relações, efetua-se num espaço e num tempo sociais: o lugar e suas temporalidades”³⁴.

O uso do termo “espaço público” é recente e, nos meios urbanísticos, parece derivar do conceito de “espaço urbano”, freqüentemente associado a uma função: espaço urbano da praça, do mercado, do teatro, da estação, etc. Essa abordagem exprime uma maior complexidade, uma vez que não se refere apenas ao espaço geográfico, mas a todo espaço de manifestação pública.

O homem é um ser social e está em sua individualidade ser político. E para que pudesse exercer sua capacidade de expressão foi necessário diferenciar os

³² GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 166.

³³ CARLOS, Ana Fani. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.p.47.

³⁴ CARLOS, Ana Fani. (Org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.p. 168.

espaços que ocupa em público e privado. É no espaço público que o homem deve mostrar sua capacidade de convencimento, através de suas ações e discursos. Já no espaço privado, é onde encontra a sua privacidade, mantendo preservada a sua intimidade.

Do ponto de vista do urbanismo, o espaço público tem como ponto fundamental a separação entre os espaços privados, como a questão do acesso restrito a determinados grupos e o espaço público é visto como aquele que está ao alcance de todos³⁵.

O público nasceu em função do privado, pois não era possível resolver questões de interesse comum no espaço privado. Por outro lado, a tendência seria que o público invadisse o privado. No entanto isso aconteceu não foi devido ao respeito à propriedade privada, mas sim à natureza do homem. As diferenças entre público e privado ficaram mais evidentes em torno de 1200 e 1300. O ser humano não é capaz de participar de soluções do público se não tiver sua privacidade, um espaço próprio, ou seja, seu espaço privado. É importante para a formação do homem a existência desses dois espaços: o público garante a vida comum, em sociedade e o privado garante a sua intimidade. O homem não sabe viver sozinho, precisa da sociedade, de viver nela, de participar dela. Mas também sente a necessidade de estar fora dela, quando não há conforto e segurança no espaço comum, e portanto, de ter sua privacidade preservada. Sem esse espaço, o homem era considerado como não sendo ser humano, e assim não poderia ir ao espaço público (é o caso dos escravos)³⁶.

O ponto máximo da conquista do espaço público pela sociedade deu-se com o surgimento de um desenvolvimento vinculado à sociedade industrial, à sociedade de massas, quando vários grupos foram absorvidos por uma organização social única (isso aconteceu após grande transformação da sociedade a partir do século XIX).

³⁵ LEITE, Aline Gouvêa. *História, sociedade, planejamento urbano e suas configurações e vivências na espacialidade pública de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. (Dissertação de Mestrado). P. 18.

³⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Universitária LTDA, 1993.p. 43

O processo de urbanização teve seu início efetivamente com a Revolução Industrial. Mas até meados do século XX, apresentou-se como um fenômeno relativamente lento e inserido nos países que primeiro se industrializaram. Após a Segunda Guerra Mundial, esse fenômeno foi concluído e iniciado de maneira avassaladora em muitos países subdesenvolvidos, notadamente na maioria dos de origem latino-americana e em muitos países asiáticos. Já no continente africano tivemos um processo de urbanização mais lento até os anos 1980, mas que nos últimos vinte anos se configura como acelerado.

Com a sociedade industrial as relações sociais passaram a ter mais força, de forma que não havia mais excluídos dos espaços públicos. Mesmo as sociedades sendo constituídas por diferentes grupos, a sociedade de “massa” criada pelo capitalismo, tornou esses grupos em um só, no qual todos são absorvidos na sociedade em que vivem. De forma que suas diferenças passaram a existir apenas na esfera privada, onde podem preservar sua intimidade e individualidade.

Com a evolução das relações sociais, a cidade passa por uma transformação de forma onde o público passa a ser de todos e não somente de quem tem poder.

Com base nessa mudança histórica, é possível perceber que para chegarmos nas cidades de hoje se faz necessário perceber que elas são o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, onde a interação do homem com o meio fez uma série de mudanças e transformações ao longo dos tempos. Pois como bem destaca Murilo Marx:

[...]a cidade, como tal é obra de todos e, por isso, muito grande e complexa; empenho continuado de gerações. O resultado de seu fazer e de evidentes e sutis transformações se mostra revelador. O seu passado, como outros fatores no meio físico e social, condiciona a cena e o drama citadinos.

Conhecer, portanto, a história de cada aglomeração e a de todas as demais se impõe³⁷.

É importante conhecer a identidade da cidade e para isto, é necessário preservar suas origens. Voltar à data de sua fundação, de forma que se conhecendo o seu passado, seja possível fundamentar o seu presente e dos nexos das ações feitas no mundo público.

Neste sentido, muitos monumentos são preservados com a finalidade de deixar a vista de todos a memória dos acontecimentos mais importantes do espaço que habitam. Conforme Henry Lefebvre, “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas³⁸.”

O espaço público que estamos trabalhando é o espaço urbano e nele estão englobadas as praças, ruas e avenidas. Em nosso trabalho, interessa-nos apenas perceber as praças enquanto espaço público e a função social desempenhada por elas na cidade contemporânea.

Logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo aos adros das nossas igrejas. Se tradicionalmente essa dívida é válida, mais recentemente a praça tem sido confundida com jardim. A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. (Gilberto de Melo Freyre – *Sobrados e mocumbos*). Realçava-lhes os edifícios, acolhia os seus frequentadores³⁹.

Entender o “lugar do espaço praça”, diante de suas transformações, a partir da noção de espaço de uso coletivo, constitui o objetivo central desta pesquisa. O

³⁷ MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.p. 7.

³⁸ LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.p. 47.

³⁹ MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.p. 5.

percurso estabelecido fundamenta-se na busca pela trajetória histórica desse espaço, destacando seus conceitos.

O conceito de espaço livre desenvolve-se notadamente como ordenamento espacial, produzindo a dissolução do desenho da praça tradicional. Grandes superfícies passam a constituir o espaço da cidade; a praça transforma-se no vazio e no espaço isolado, caracterizado por dimensões monumentais.

Conforme definição do Dicionário Aurélio Buarque de Holanda “praça: do grego platéia, rua larga, lugar público cercado de edifícios; largo; mercado; feira⁴⁰”. Como elemento urbano, as praças representam espaços de sociabilidade propícios ao encontro e ao convívio. Na cultura ocidental, esses espaços têm desenvolvido um papel essencial, já que toda cidade possui uma praça, a qual é palco de eventos históricos, espaço agregador ou simplesmente um lugar de confluência.

De acordo com o Dicionário de Urbanismo,

Praça: *logradouro público* urbano, geralmente de forma retangular ou quadrada, delimitado por vias ou, algumas vezes, por edificações. É de caráter institucional. Tradicionalmente, a praça é um local de reunião importante nas cidades, e o planejador deve saber tirar partido dessa função comunitarizante. Trata-se de um *bem público* de domínio público, portanto inalienável⁴¹.

O conceito de espaço livre desenvolve-se notadamente como ordenamento espacial, produzindo a dissolução do desenho da praça tradicional. Grandes superfícies passam a constituir o espaço da cidade; a praça transforma-se no vazio e no espaço isolado, caracterizado por dimensões monumentais. De modo que a praça faz parte do desenho e da elaboração teórica da nova cidade, mas desempenha um papel, sobretudo de lugar de passagem, voltado para o embelezamento e o ordenamento urbano.

⁴⁰ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Ed. Positivo Livros, 2010.

⁴¹ FERRARI, Celson. *Dicionário de Urbanismo*. São Paulo: Disal Editora, 2004, p. 293.

2.1 A praça e a cidade na história, uma breve revisão

Faremos aqui uma breve descrição das praças ao longo da história, a título de contextualização desses espaços no tempo e as formas como foram utilizados.

Na Antigüidade greco-romana, a praça era o espaço público de maior importância da cidade e funcionava como seu centro vital. Materializada na figura da *Ágora* ou do *Fórum*, a praça, com seu conjunto arquitetônico, desempenhava um papel crucial: era o *locus publicci* da vida cidadina.

Na Grécia antiga, era na *Ágora* que os cidadãos se reuniam. No seu entorno ficavam os prédios públicos e administrativos e seus limites eram definidos exatamente pela localização dos edifícios. Nela também estavam presentes o *bouleuterium*, uma espécie de sala de conselho da cidade, e o *prytaneum*, a câmara privada dos chefes oficiais do magistrado. Um dos lados era ocupado por uma construção em pórticos, a *Stoa*, onde funcionava o mercado. Conforme podemos verificar na figura a seguir.

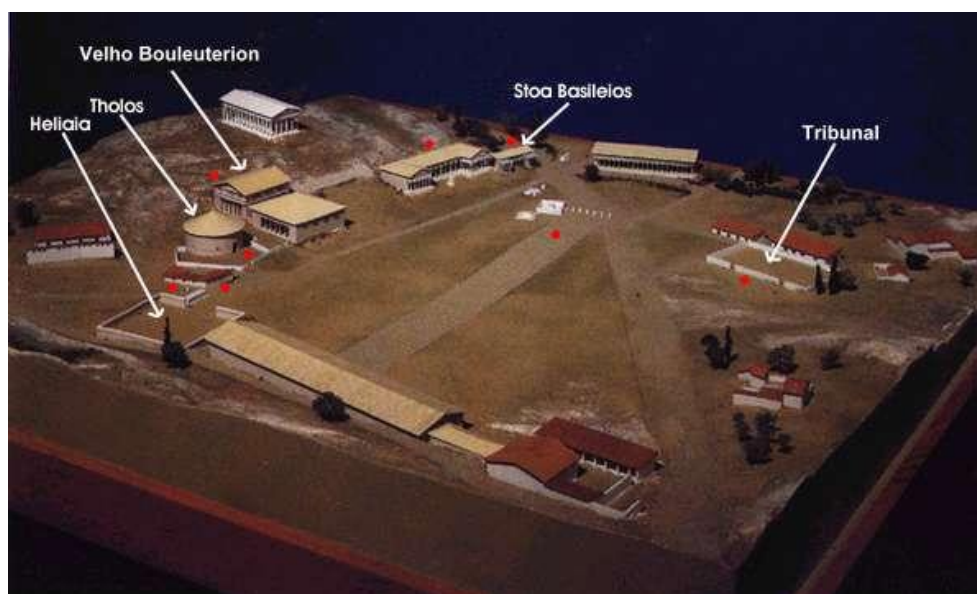


Figura 3: representação da *Ágora* da Grécia Antiga
(disponível em: <http://mkatz.web.wesleyan.edu/grk201/GRK201.Agora.400.html>)

Todo este complexo formava o grande centro social e político da cidade. Ele estava estrategicamente localizado, de forma que podia ser observado por toda a comunidade, pois era um grande espaço vazio cercado de prédios. Sua percepção “não representava apenas a oposição ao espaço privado. Sua concepção legitimava uma função estética a uma prática cidadina primordial. Essa praça representava o *lugar* do domínio político⁴²”.

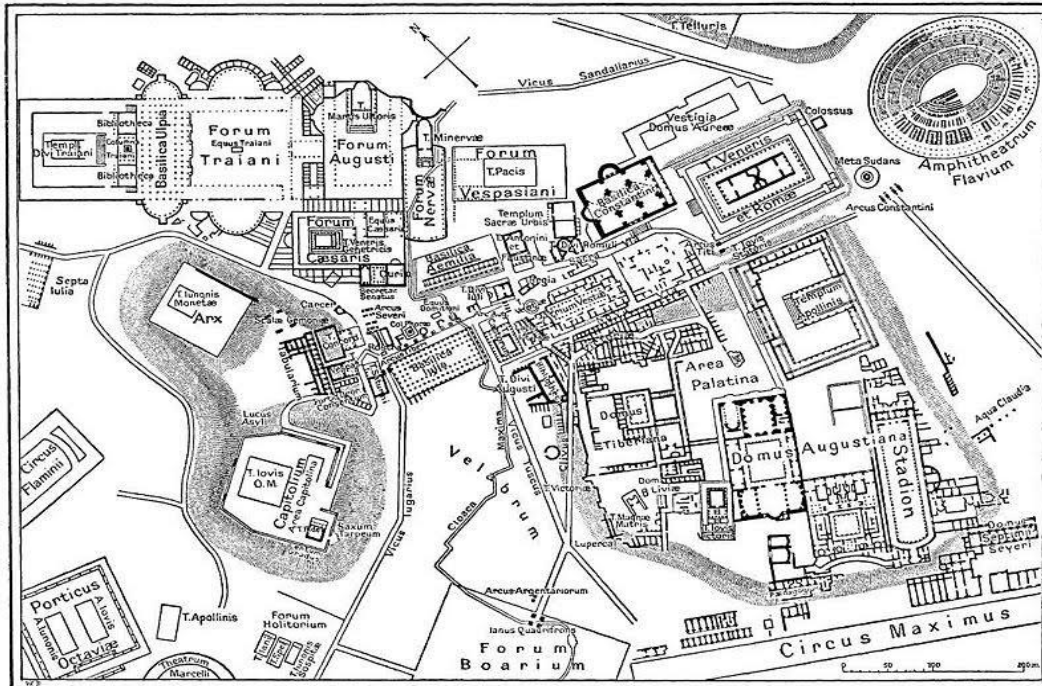
Neste local, os cidadãos gregos podiam exercer as atividades políticas através de ações e discursos. De forma que a palavra era compartilhada entre todos e as decisões eram tomadas conjuntamente. Garantindo a expressão máxima da vida pública.

Na Roma antiga, a *Ágora* tem sua figura substituída pelo Fórum, que também desempenhava um papel de destaque na vida urbana. Igualmente, era um espaço delimitado por edifícios representando as instituições religiosas e comerciais. A importância comercial destes locais está ligada à formação do Império Romano, de maneira que Roma centralizava ali suas relações com todo o Império, possibilitando a realização de várias atividades em um local central.

A praça do Fórum alcançou um importante destaque nas cidades de origem militar – o *castrum*. Nessa estrutura, o Fórum localizava-se no cruzamento dos principais eixos ordenadores da cidade – o *cardo* e o *decumanus* –, representando o centro vital da malha urbana. Nesse cruzamento formava-se o coração da cidade, com seu aparato político administrativo. Timgad e Pompéia constituem exemplos desta ordenação urbana⁴³.

⁴² CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. Campinas: 2007. (Tese de Doutorado).p. 25

⁴³ CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. Campinas: 2007. (Tese de Doutorado).p. 26



Mapa 3: Fórum Romano (disponível em <http://4.bp.blogspot.com>)



Figura 4: representação do Fórum Romano (disponível em: <http://txptag.net/>)

Podemos dizer que a *Ágora* e o *Fórum* eram espaços que representaram o lugar da “*vida cívica*” e o lugar de encontro dos cidadãos. Estabeleceram o centro vital das cidades, de modo que puderam manter-se presentes na estrutura das cidades ocidentais, firmando-se como verdadeiros centros da vida social.

Na Idade Média, as praças eram os locais onde se desenrolaram os acontecimentos mais importantes da vida coletiva. Pois a praça representava um espaço de integração social, estando articulada com o contexto urbano, servia para contrastar com aquele vazio da paisagem.

Neste período, o mais próximo de espaços urbanos que podemos considerar eram os *burgos*, concentração de pequenos comerciantes artesanais; e as cidades episcopais, onde os religiosos realizavam suas funções clericais. Mas ambas não tinham o peso de cidades urbanas propriamente ditas, tamanha sua inexpressividade por falta de representação política.

Mesmo assim, esses pequenos aglomerados medievais, tiveram grande importância para o retorno da organização urbana, passando para uma fase de exploração mercantil, resultando no surgimento de grandes cidades e conseqüentemente, a evolução do capitalismo.

Havia várias praças, com funções sociais distintas: a praça do mercado; a praça da Igreja; a praça central ou mesmo um conjunto de praças, e conforme a análise feita por HABERMAS⁴⁴, a *res pública*, ou o “domínio comunal”, que manifestava-se nos espaços públicos, representados pelo espaço da rua e da praça: o “poço, a praça do mercado”, era “para uso comum, publicamente acessíveis, *loci communes, loci publici*”.

Na Idade Média [...], essas praças ricamente adornadas eram o orgulho e a alegria de toda cidade independente; aqui, concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizavam-se as exposições, empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes. De acordo com o tamanho de cada comunidade ou o tipo de sua administração, serviam a essas necessidades práticas duas ou três das praças principais, raramente uma só, pois as praças também eram manifestação da diferença entre

⁴⁴ HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.p. 18.

autoridade secular e eclesiástica, distinção que a Antigüidade não fazia da mesma maneira⁴⁵.

Podemos observar nas figuras a seguir, os exemplos das cidades de Florença e Siena, onde o contraste espacial somado ao papel desenvolvido pela praça era responsável pela noção de marco visual adquirida por esse espaço. Nestas cidades, é possível perceber claramente a relação de marco urbano característico das cidades medievais.



Figura 5: Praça del Campo, Siena, Itália (disponível em: <http://luiz-eleno.blogspot.com/2010/10/os-intocaveis-de-siena.html>)

⁴⁵ SITTE, Camillo. *A Construção de Cidades Segundo Princípios Artísticos*. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992. p. 24.



Figura 6: Praça da Signória – Florença, Itália (disponível em: <http://www.dicaseturismo.com.br/piazza-della-signoria/>)

O espaço das praças era ocupado não só pelas feiras, festas, procissões e representações teatrais, mas também era palco de todos os julgamentos e execuções públicas. Assim, além de ser um local para a sociabilidade, a praça era o lugar onde se demonstrava o poder das leis⁴⁶.

⁴⁶ A descrição da forma como eram feitos os julgamentos e execuções públicas em praças pode ser vista em: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977.



Figura 7: execução em praça pública em Lisboa, Portugal (extraído de BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.)

Podemos dizer que a praça pública no fim da Idade Média e no Renascimento formava um mundo onde era possível reunir todas as atividades, estando todos os que compartilhavam aquele espaço, imbuídos de um sentimento de liberdade, era o local onde não havia um caráter oficial nas ações de seus frequentadores, de forma que o público gozava de um direito de “exterritorialidade” no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra.

Com o período Renascentista, ocorre um crescimento urbano fruto do mercantilismo e das pequenas indústrias, responsáveis por uma reestruturação da sociedade com o surgimento da burguesia, ocasionando em novas atitudes com relação ao espaço das cidades.

Esse processo, embora lento, possibilita ao mesmo tempo em ocorrem estas transformações nos níveis econômico e social, a modernização das ideias no campo ideológico. De forma que as mudanças comportamentais começam a

desenhar o cenário que marcará a Idade Moderna. Nas cidades, onde mais facilmente se desenvolvem as idéias capitalistas, novas ordens são implantadas. Desse modo, novas leis dão legitimidade e apoio à ação capitalista.

O capitalismo, enquanto modo de produção, encontra terreno firme para sua formação em nível político, através da aliança estabelecida entre o capital comercial e a realeza, e no nível do ideológico, através das doutrinas mercantilistas. Com a formação dos Estados Nacionais Absolutistas, houve um acúmulo de capital e a possibilidade da expansão mercantilista, dando surgimento às cidades coloniais, que tinham um caráter político-administrativo. Consequentemente houve a transferência do modelo de cidade européia, que deu base para o desenvolvimento do modelo capitalista.

É neste momento que temos o urbano como objeto de estudo, conforme ZUCKER⁴⁷, “design arquitetônico, teoria estética e princípios de urbanização voltam-se para idéias idênticas”: a busca pela ordem e disciplina, em contraste com a espontaneidade do espaço medieval. Passando as praças, ruas e avenidas a serem os principais elementos de reformas e intervenções urbanas. São incorporados às praças, elementos definidores como fontes, obeliscos e pórticos.

Temos o surgimento de vários *Tratados de Arquitetura e Urbanismo* e consequentemente a busca pelo desenvolvimento de um projeto de cidade ideal, tomando-se por base a valorização da estética urbana, que esteve presente na civilização clássica. Nessa busca, a cidade passa a representar um símbolo de ordem social e governamental.

Dentre os vários Tratados, podemos destacar alguns que versaram especificamente sobre o espaço da praça como: Antônio Filarete em seu *Trattato d'Architettura*, escrito no período 1457-1464, que foi o primeiro a apresentar uma

⁴⁷ ZUCKER, Paul. *Town and Square: from the Agora to the Village Green*. New York: Columbia, 1959. p. 99.

cidade ideal planejada. Francesco di Giorgio Martini destacou, na sua obra *Trattato d'Architettura* (1495), a importância da praça central inscrita na cidade poligonal fortificada. Pietro Cataneo (*Quattro Libri del L'Architettura*, 1554), Bounaiuto Lorini (*Delle Fortificatione Libri Cinque*, 1592) e Vasari (*Città Ideale*) idealizaram praças situadas no encontro das principais ruas da malha urbana⁴⁸.

Eram características dessas cidades organização e ordenação precisa de seu plano urbano, com uma forte geometrização e regularidade de ruas e avenidas. E neste novo contexto, a praça adquire a função de elemento estruturante no desenho urbano, definido por uma rígida geometria.

Também devemos observar o contexto da palavra “público” neste período histórico, significando:

[...] uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente. E o centro dessa vida pública era a capital”. Essa mesma noção está presente nos Gregos⁴⁹.

Neste novo cenário urbano, as praças surgem como elementos de composição, para ordenarem a paisagem urbana. As antigas ruas estreitas e abafadas do período medieval vão, pouco a pouco, dando lugar as avenidas largas e arejadas, e as praças passam a ter uma forma regular e geométrica.

Nas imagens a seguir, podemos observar o que foi considerado modelo de praça ideal para a época, onde identificamos claramente este novo desenho urbano, construído com o uso da geometria e a noção de perspectiva, dando sustentação para as bases do ordenamento do espaço. Neste novo conceito, todos os elementos são previamente planejados, de forma que um edifício além

⁴⁸ ZUCKER, Paul. *Town and Square: from the Agora to the Village Green*. New York: Columbia, 1959. p.104-105.

⁴⁹ SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as Tiránias da Intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 31

de representar um monumento em si, destaca todo o conjunto urbano onde cada figura encaixa-se no cenário que compõe.



Figura 8: Praça Ideal no período do Renascimento (disponível em:<http://notasurbanas.blog.com/page/16/>)



Figura 9: Praça ideal no período do Renascimento (GASPARINI, Graziano. *Classicismo e Modernismo da Cidade Colonial Hispano-Americana*. Disponível em: http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/barroco_amhis_gasparini.html)

Em meados do século XVIII, temos uma alteração no equilíbrio dos campos público e privado. Com o desenvolvimento da burguesia mercantil, e com o desenvolvimento intelectual e cultural, conseqüentemente temos uma readaptação na vida pública, cujos espaços públicos como praças e ruas, perdem força enquanto espaços de convívio social.

Novos locais de sociabilidade são incorporados às relações pessoais, onde teatros, bares e cafés ganham terreno, firmando-se como locais de uso pela burguesia. Gradativamente, também ocorre uma migração do comércio e atividades que eram características dos espaços públicos ao ar livre, para espaços fechados e restritos.

De acordo com o crescimento observado nas cidades, também aumentavam os locais de encontro para seus habitantes. Neste momento muitos grandes parques urbanos foram erigidos, na busca por ter ruas capazes de garantir os passeios de pedestres, enquanto prática de lazer. Temos o surgimento de jardins públicos, ocupando o espaço das praças.

[...] época em que o teatro e a ópera se abriram para um grande público graças à venda aberta de entradas, no lugar do antigo costume pelo qual patrocinadores aristocráticos distribuíam lugares. A difusão das comodidades urbanas ultrapassou o pequeno círculo da elite e alcançou um espectro muito mais abrangente da sociedade, de modo que até mesmo as classes laboriosas começaram a adotar alguns hábitos de sociabilidade, como passeios em parques, antes terreno exclusivo da elite, caminhando por seus jardins privados ou promovendo uma noite no teatro⁵⁰.

Já no século XIX, ocorre uma mudança radical na escala de crescimento das cidades, havendo uma exigência muito maior nas intervenções urbanas, para que possam atender a totalidade dos habitantes da cidade e não pontos isolados, surgindo então as estratégias globais de modificação urbana. Refletia-se desta forma no espaço urbano, todo o avanço tecnológico fruto da industrialização.

Com a revolução industrial, podemos dizer que temos o surgimento da sociedade contemporânea, tendo em sua principal atividade econômica a apropriação da natureza e conseqüente transformação da mesma, marcando o processo de urbanização propriamente dito. Dessa forma, houve uma diminuição

⁵⁰ SEGAWA, Hugo. *Ao amor do Público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996, p. 48.

na população rural em detrimento da urbana, reflexo do aumento da industrialização. Mas devemos ter cuidado ao usar a expressão da urbanização via industrialização, pois ela não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, “mas, sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades⁵¹”.



Figura 10: Boulevard Monmartre in Paris (Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pissarro,_Camille_-_Boulevard_Monmartre_in_Paris.jpg)

⁵¹ SPOSITO. Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1989.p. 50



Figura 11: Arco do Triunfo, Paris, França (Disponível em: <http://ocatarrodaformiga.blogspot.com/2010/05/larc-du-triomphe.html>)

Dentro do contexto da expansão capitalista e o processo de urbanização, podemos dizer que para Karl Marx “a dissolução do modo de produção feudal e a transição para o capitalismo se imputa e se vincula a um sujeito: a cidade”⁵².

Marx e Engels aludiram, com frequência, ao significado da urbanização na história e na transformação dos diferentes modos de reprodução. A urbanização foi o fundamento da divisão do trabalho e das distinções e das distinções de classe. Buscaram compreender o significado econômico e político dos movimentos sociais urbanos de base comunitária e sua relação com os movimentos de base operária – foco tradicional de seu interesse. As relações entre a produção e a reprodução social tornaram-se objeto de uma análise cada vez mais intensa à medida que a cidade passou a ser estudada de diferentes ângulos, como o lócus da produção, da realização da produção (demanda efetiva através do consumo, por vezes conspícuo) e da reprodução da força de trabalho (na qual a família e as instituições comunitárias, apoiadas em infra-estruturas físicas e sociais relacionadas com habitação, assistência à saúde, educação e vida cultural, passaram a ter um papel chave, patrocinadas pelo poder público local). A cidade foi também estudada como meio ambiente construído para facilitar a produção, a troca e

⁵² LEFEBVRE, Henry. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 77

o consumo, como forma de organização social do espaço (para a produção e a reprodução) e como manifestação específica da divisão do trabalho e de funções no capitalismo (capital financeiro versus produção, etc). A concepção geral que emerge de tais estudos situa a urbanização como a unidade contraditória de todos esses aspectos do capitalismo⁵³.

Primeiramente, devemos pensar que a teoria de Marx foi beneficiada diretamente pela experiência cultural que a precedeu, para a qual Marx deu continuidade e empreendeu diversificadas renovações. Em segundo lugar, Marx procurou concatenar o patrimônio cultural existente com a intervenção política feita pelo proletariado.

A obra de Marx parte do princípio de uma revolução social contra a burguesia, fruto da classe operária. Tal expectativa de revolução demonstra o caráter crítico da teoria marxista, dando-lhe sustentação, garantindo a vinculação de um conhecimento com bases na transformação estrutural da sociedade.

Nessa perspectiva, são quase incomensuráveis as discussões que podem ser abordadas em torno da teoria marxista, não é para menos que constituiu um dos temas mais discutidos pelas mais variadas áreas do saber, com ênfase às Ciências Humanas, num sentido que podemos falar praticamente de “marxismos”, tamanha a quantidade de interpretações acerca de tais teorias. Neste trabalho, nossa preocupação fica centrada numa abordagem do marxismo a respeito do processo de urbanização.

A cidade recebeu diretamente as conseqüências do rápido crescimento populacional imprimido pela Revolução Industrial, e sofreu, em nível de estruturação de seu espaço interno, muitas transformações. O rápido crescimento populacional gerava uma procura por espaço, e por outro lado o crescimento territorial das cidades no século XVIII e a primeira metade do século XIX estava restrito a um determinado nível, além do que ficava impossível percorrer a

⁵³ BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.p. 396.

pé as distâncias entre os locais de moradia e trabalho. Ou seja, o crescimento populacional não podia ser acompanhado em seu ritmo pelo crescimento territorial. Paralelamente, o desenvolvimento do modo de produção capitalista já tornara a terra também uma mercadoria, o que significava que o acesso a uma parcela do espaço destas cidades estava mediado, pela compra ou aluguel de terrenos, com construções ou não⁵⁴.

Neste sentido, o filósofo Henri Lefebvre abrangeu várias áreas de estudo e tem sido destacado como intérprete do pensamento de Marx, estudioso da vivência das cidades e da sociologia rural. Ressaltou a importância do caráter histórico das idéias de Marx acerca da influência do *fator econômico* na história. As suas teses no âmbito da sociologia urbana salientam a *ação* das forças produtivas sobre o espaço físico. Introduziu os conceitos de espaço "percebido" (*perçu*), "concebido" (*conçu*) e "vivido" (*vécu*). O primeiro corresponde à "prática espacial", que assegura a continuidade numa relativa coesão. A prática espacial é diferente conforme os conjuntos espaciais próprios de cada formação social. O segundo diz respeito às "representações do espaço" pois o espaço é concebido de acordo com representações sociais que exercem na sociedade a sua influência. Finalmente, o espaço vivido refere-se aos "espaços de representação". É o espaço dos habitantes, dos utentes, que tentam apropriar o espaço pelas imagens e símbolos que o acompanham.

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas⁵⁵.

Todas essas intervenções na vida social modificaram a configuração urbana das cidades, sendo o modelo tradicional substituído por um novo, visando a circulação de fluxo contínuo no interior da cidade. Dentro deste contexto, ocorre um esvaziamento dos espaços públicos e a perda de seus traços tradicionais.

⁵⁴ SPOSITO, Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1989. p.55).

⁵⁵ LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.p.47.

Processo este, consolidado no século XX, principalmente após a criação de sistemas viários complexos para a circulação urbana, baseados em grandes estruturas, eixos rodoviários e passarelas. De forma que a rua e a praça assumem papéis fixos. Tornando-se as ruas um espaço apenas de circulação e as praças amplos espaços vazios.

2.2 A praça na cidade brasileira

Para entendermos a formação das praças no Brasil, devemos olhar para o próprio urbanismo português que foi adotado para nossa colonização. Existem alguns padrões gerais que aparecem na maioria das cidades do país, definindo um tipo semelhante de arquitetura. Normalmente as cidades brasileiras apresentam uma “transposição direta de modelos urbanos”, como se fossem adaptados para as novas condições de vida que foram aparecendo. Conforme bem ressalta TEIXEIRA:

Entender a tradição urbana portuguesa, bem como o processo de estruturação dos seus espaços simbólicos, é resgatar a gênese da praça brasileira. A praça, como elemento urbano estrutural, está notadamente vinculada à formação do núcleo urbano. Sua estrutura tem origem na composição formal de elementos morfológicos como vias, ruas principais, traçado, casario, edificações institucionais, muralhas, entre outros, mas está sujeita também aos aspectos sociais que envolvem a hierarquia, o uso e a forma de apropriação pela sociedade em cada época⁵⁶.

Para a composição de nossas praças, podemos dizer que foram utilizados dois princípios básicos em sua estrutura: a praça com origens em uma composição orgânica e a praça formal⁵⁷.

⁵⁶ TEIXEIRA, Manuel (cord.). *A praça na cidade Portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.p. 55

⁵⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. “Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil”, in *Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo*, São Paulo: FAU-USP, n. 3, nov-dez, 1994. p. 11.

A praça de formato orgânico aparece, sobretudo, na primeira fase de formação das cidades. Era uma praça posicionada ao longo de cruzamentos e caminhos vindos dos principais acessos ao núcleo urbano, normalmente como alargamento da via principal de ligação ao centro urbano, ou como vazio, adro ou terreiro, da igreja matriz, do convento ou do mosteiro.

Já as praças formais, tiveram origem com as cidades planejadas no período do Marquês de Pombal, essas praças obedeciam alguns padrões pré-determinados, com regras bem definidas para a urbanização das cidades, cuja implantação de praças era uma delas e as ruas deveriam obedecer ao formato de quadras e desenho de lotas e fachadas de edifícios⁵⁸.

O modelo de praça desenvolvido nessas intervenções baseou-se não apenas na valorização dos aspectos estéticos mas também nos aspectos simbólicos e funcionais. Esses projetos de reestruturação urbana visavam à constituição de um cenário marcante, destacado pelos edifícios e pelas funções que desempenhavam no conjunto urbano. Essas praças cumpriam o papel de marco urbano, de ponto de referência na estrutura da paisagem e, em função dessas características, ainda permanecem como espaços simbólicos na atualidade⁵⁹.

Ao identificarmos esses modelos espaciais e seus contextos urbanos, podemos perceber como se deu a trajetória da praça brasileira, observando a permanência de alguns elementos urbanísticos, bem como, a ausência de outros, que deixaram de existir com o passar dos anos, fruto das próprias mudanças ocorridas em nossa sociedade.

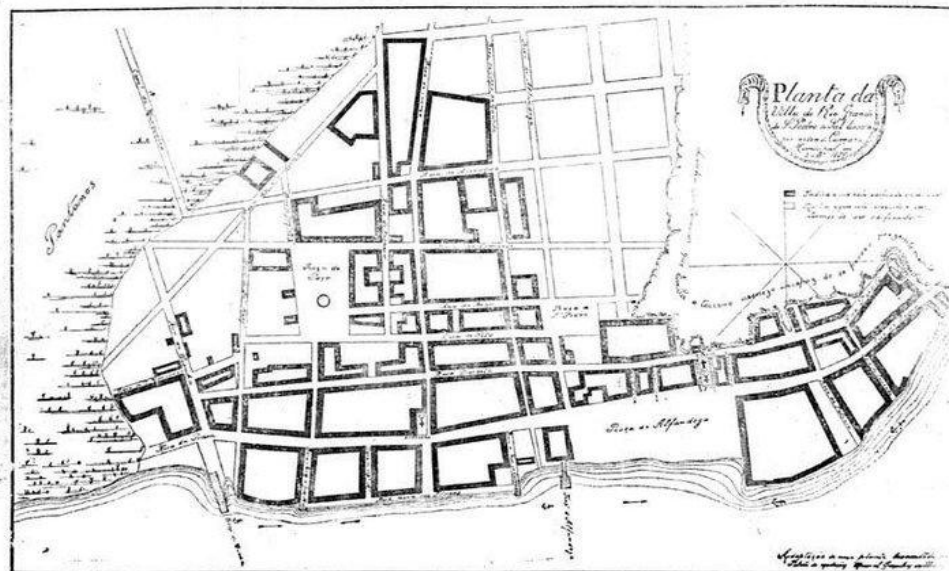
Tivemos momentos distintos em relação à função social das praças. Na primeira fase da formação das cidades, ainda na época colonial, havia uma hegemonia do modelo da praça religiosa, de maneira que as praças eram o centro

⁵⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. "Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil", in Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo, São Paulo: FAU-USP, n. 3, nov-dez, 1994. p. 11

⁵⁹ TEIXEIRA, Manuel (cord.). *A praça na cidade Portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.p. 77.

das cidades, em frente às igrejas que atraíam os fiéis, reunindo toda a movimentação em seu entorno.

1829: Crescia a vila que - 6 anos depois - tornar-se-ia cidade



Mapa 4: Planta da Cidade do Rio Grande, 1829 (cedido por particular).

Após esse momento, as praças nas vilas e cidades que se formaram ao longo do século XVIII, foram assumindo uma forma mais racional e geométrica. No decorrer do século XIX este formato de praça regular e formal ficou mais sólido, baseado nos projetos de embelezamento que incidiram sobre o espaço urbano. A característica de se estruturar diversos espaços para funções distintas permaneceu com o crescimento e desenvolvimento urbano, porém a praça adquiriu uma nova composição em função da introdução e valorização do verde na paisagem. Esse novo modelo de praça ajardinada priorizava funções como o lazer e a contemplação.

Como podemos observar, desde a Antigüidade Clássica, passando pelo período colonial (no caso brasileiro), à era contemporânea, as praças representam elementos-síntese da organização urbana por constituírem lugares de manifestação e de culto, propícios à interação social.

Tal importância pode ser constatada nas políticas contemporâneas de intervenção urbana, nas quais a praça aparece como elemento fundamental. Busca-se resgatar valores históricos, evidenciando certa nostalgia de significados perdidos tanto na escala arquitetônica quanto na escala urbana, isso é verificado através dos debates atuais relacionados aos direitos de acessibilidade nas cidades e das práticas políticas visando à preservação e restauração do patrimônio.

A partir dos anos 1960 a cidade moderna deveria refletir o avanço tecnológico propiciado pelo desenvolvimento industrial. Essa nova escala da metrópole moderna brasileira anuncia um novo fenômeno para os espaços públicos: o esvaziamento e a perda de características tradicionais. Esse processo consolida-se na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da implantação de planos viários e complexos sistemas de circulação urbana, produto dos planos diretores de desenvolvimento urbano dos anos 1970.

Dentro deste novo contexto urbano, o papel da praça parecia estar condenado à escala monumental, desempenhando somente a função de grande vazio. Contudo, a partir da década de 1990, uma mudança nas políticas de intervenção urbana recolocou em foco a questão da retomada do espaço público. Nesse contexto, o espaço da praça ressurgiu como o protagonista dos espaços coletivos, principalmente nas ações de resgate de qualidade urbana concretizadas em intervenções de áreas centrais, de locais históricos, e mesmo de espaços reabilitados de pequenas praças⁶⁰.

A política urbana empreendida com essas intervenções marcou o caráter da administração do governo vigente, tanto federal como municipal, com o Estado assumindo a autoria dos programas de melhoramentos. Essa política seria

⁶⁰ LANNA, A. L. D. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. In *IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro, 27-29 nov. 1996.

implantada em quase todo o território brasileiro, destacando o papel autoritário e centralizador do Estado⁶¹.

Atualmente, a criação do Ministério das Cidades, trouxe alguns pressupostos que estão sendo difundidos através dos chamados “Planos Diretores Participativos”, tais como:

“Os Planos Diretores, para garantir o pleno desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana, devem induzir a mudança da prática atual de expansão horizontal de nossas cidades, substituindo-a pela prática da reabilitação urbana, contribuindo para recuperar o estoque residencial degradado, conservar o patrimônio cultural e melhorar as condições de vida da população. [...] a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente à chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa”. Assim, quando se pensa em termos de patrimônio ambiental urbano, já não se pensa apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado; torna-se necessário, antes de tudo, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si. Trata-se agora de ver o meio ambiente urbano como fruto dessas relações”. Nesse momento introduz-se o modelo que definimos como o terceiro modelo de intervenção sobre o patrimônio – o da reabilitação urbana. Partindo da compensação da realidade sobre a qual se quer atuar, as políticas de patrimônio não se limitam mais a formular estratégias de controle para as áreas a serem conservadas, mas passam a traçar estratégias amplas para o desenvolvimento dessas áreas, que partem exatamente de seu caráter de áreas conservadas”. [...] No que se refere ao conhecimento a ser construído sobre a cidade, os levantamentos de dados e informações não se devem ater – como tantas vezes acontece – apenas às características físico-funcionais; devem abranger os parâmetros culturais no seu sentido amplo – ambiências, paisagens, maneiras de viver, dentre outros”. [...] Não se trata mais aqui simplesmente de gerir passivamente – ou pelo poder de controle negativo – as inevitáveis mudanças que sofrem os conjuntos urbanos, mas de induzir estrategicamente o desenvolvimento desses conjuntos, considerando o seu patrimônio cultural como um bem e como importante base para que se construa um projeto de desenvolvimento local. [...] Essa política prioriza o repovoamento sustentável das áreas urbanas centrais e busca reverter o quadro nacional de déficit habitacional, de

⁶¹ REZENDE, V. “Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965” in LEME, M. C. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP; FUPAM, 1999.

paulatino esvaziamento dessas áreas nos grandes centros urbanos, utilizando-se do Estatuto da Cidade como marco jurídico e institucional para promover as ações de reabilitação”⁶²

Assim, o olhar sobre a função social desses espaços públicos também é fruto das diversas formas de interação sociocultural e das variações de visões de mundo dos atores sociais que agiram no cenário urbano brasileiro e rio-grandino.

Na cidade do Rio Grande, nos primeiros anos do século XIX, havia um caráter essencialmente pragmático na existência das praças, fortemente vinculado à questão do abastecimento de água. No decorrer desse século e em parte da centúria seguinte, o papel social dos espaços públicos passaria por significativa transformação, vinculando-se à perspectiva de apresentar-se a cidade como importante entreposto mercantil (e mais tarde industrial) e, portanto, como uma urbe atingida pelos ares da civilização, bem de acordo com os padrões europeus da época. Nesse tempo, os Relatórios Municipais insistiam em apresentar a importância das praças para o “aformoseamento” citadino, através de constantes tentativas de promover arborizações, calçamentos e, enfim, de ampliar os espaços para os passeios públicos⁶³.

O crescimento da urbe seria acompanhando, assim, por uma importante valorização de suas praças, de modo que, além das próprias reformas e “embelezamentos” de que eram alvo, elas passaram a ser palco da edificação de monumentos, os quais não retratavam apenas a homenagem a ser prestada a um personagem/episódio pretéritos, mas também a pujança que se buscava demarcar para a cidade. Passados os resultados do avanço comercial/industrial e com o desencadear de uma séria crise e estagnação econômico-financeira, com profundas consequências sociais, os espaços públicos também sofreriam significativos revezes.

⁶² ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie Macedo, (Coordenação Geral e revisão de conteúdo). *Plano Diretor Participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. Ministério das Cidades. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). Brasília: Tipografia The Sans, 2004.p. 53-57.

⁶³ Relatórios Municipais da Cidade do Rio Grande, 1861-1910

Nesse sentido, o Plano Diretor estabelecido nos anos 1980, limitava-se a enquadrar as praças no rol dos espaços abertos cuja permanência seria importante como áreas lúdicas e visuais urbanos⁶⁴.

Além dessa ordem de dificuldades, progressivamente, o papel social desses espaços públicos iria perdendo sentido e esvaziando-se, tendo em vista as amplas transformações pelas quais passaria a humanidade na virada do milênio, de modo que, muitas vezes, as praças passariam a ser encaradas como parte de um cenário urbano que se tornava apenas ponto de passagem, pelos quais as pessoas passam sem nem ao menos notar o significado de seu entorno e mesmo sem que se estabeleça algum tipo de interação social.

A chegada da modernidade marcou uma revisão do conceito de espaço urbano, essa transformação acarretou uma mudança estrutural na escala da cidade, afetando diretamente o espaço da praça.

O novo conceito de cidade que se desenvolveu com a modernidade afetaria não somente a praça, mas também a relação entre espaço urbano e arquitetura. Ocorre uma valorização da função de circulação, e o sistema viário, com sua função de deslocamento, torna-se o elemento vital e essencial da configuração urbana, de forma que a praça assume o papel de lugar de passagem. Sendo sua função tradicional de ponto de encontro, centro da vida urbana, substituída por alternativas que incentivam a produção de espaços vazios.

Diante dessas transformações, a estrutura formal da cidade modifica-se e, com ela, os espaços simbólicos e tradicionais perdem significado. É o caso da praça pública que, diante do crescimento territorial da cidade moderna e do surgimento de edificações, que passam a abrigar e acolher diversas atividades praticadas nos espaços tradicionais, depara-se com um movimento de declínio na

⁶⁴ Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, Rio Grande, 1986.

condição de local de sociabilidade. Em relação ao uso do espaço, pode-se afirmar que a praça moderna perde algumas funções vitais, adquirindo novos papéis.

Assim, diante da verdadeira degradação urbana que acompanhou as grandes dificuldades financeiro-econômicas da cidade do Rio Grande nas últimas décadas, seus espaços públicos também passariam por idêntico processo, encontrando-se também em grande parte degradados.

Nesse sentido, a problemática central desse trabalho está vinculada ao estudo da transformação do papel social daquelas praças públicas, alterando-se fortemente suas funções originais, relevando-se os fatores que levaram a uma desintegração desses papéis, bem como as possibilidades de revitalização e revalorização social desses espaços públicos.

Os espaços públicos que analisamos neste trabalho limitaram-se as praças na cidade do Rio Grande/RS, mais especificamente as praças Tamandaré; Xavier Ferreira e Sete de Setembro. Todas localizadas no centro histórico da cidade, mas cada uma com as suas particularidades e funções.

No próximo capítulo, trataremos especificamente sobre elas, levantando as principais características de cada uma, seus usos ao longo da história de nossa cidade, como são vistas atualmente bem como, o que a cidade reserva para estes espaços futuramente.

3. O PAPEL SOCIAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS RIO-GRANDINOS

Neste capítulo trataremos dos espaços públicos que são objeto de nosso trabalho, sendo eles as praças Tamandaré; Xavier Ferreira e Sete de Setembro. Estas praças estão na zona central da cidade, no perímetro urbano, no que se convencionou chamar de “Centro Histórico”. Conforme Figura 3 apresentada no Capítulo 1, de forma que se ligarmos as três praças, formaremos a figura de um triângulo e em seu interior, teremos abarcado praticamente todo o Centro Histórico da cidade.

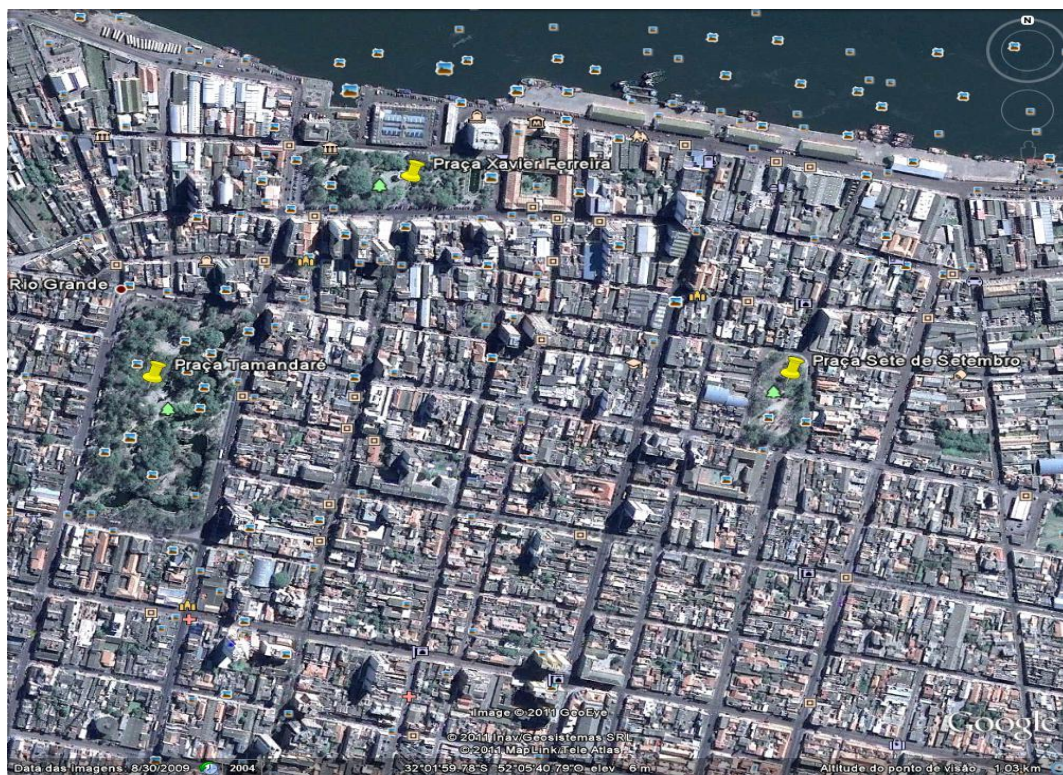


Figura 12: Praças Tamandaré- norte alterado; Xavier Ferreira e Sete de Setembro e seus respectivos entornos (Fonte: Google Earth®)

Ao entorno de cada uma das praças, podemos perceber como se deu o processo de urbanização da cidade do Rio Grande, e observamos as mudanças que ocorreram com o tempo, bem como a perpetuação de alguns hábitos e costumes. Desta forma, o critério levado em conta para a escolha destes espaços foi a importância social e histórica dos mesmos.

Em 1986, a cidade teve elaborado Plano Diretor e o estudo destes, é importante para verificarmos como a sociedade local entende que os espaços públicos devem ser utilizados. Conforme bem destaca Raquel Rolnik:

“Os Planos Diretores, para garantir o pleno desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana, devem induzir a mudança da prática atual de expansão horizontal de nossas cidades, substituindo-a pela prática da reabilitação urbana, contribuindo para recuperar o estoque residencial degradado, conservar o patrimônio cultural e melhorar as condições de vida da população⁶⁵”.

Apesar de surgir com a idéia de que a paisagem urbana e a cidade deveriam manter suas características históricas e paisagísticas preservadas, o primeiro Plano Diretor da cidade do Rio Grande importava-se mais com as questões presentes no código de posturas da cidade, dando linhas gerais de como a população deveria proceder no espaço público.

Na sua Subseção III, estavam definidas as questões ligadas às áreas de interesse paisagísticos e culturais, elencadas nos artigos 51-58, onde basicamente temos a definição de quais espaços foram essas áreas, sendo eles: “as áreas e locais de lazer, recreação e turismo, instituídas na forma da Lei, com base na Legislação Federal pertinente”; onde o município deve adotar políticas e ações que visem sua preservação, possibilidade de recreação e turismo, conforme previsão legal de seu art. 57:

⁶⁵ ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie Macedo, (Coordenação Geral e revisão de conteúdo). *Plano Diretor Participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. Ministério das Cidades. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). Brasília: Tipografia The Sans, 2004.p. 53.

Art. 57 - Locais de Lazer, Recreação e Turismo são trechos do território municipal, situados ou não, em Área de Lazer, Recreação e Turismo, destinados por sua adequação, ao desenvolvimento de atividades de lazer e a realização de projetos específicos, que compreendam os bens não sujeitos a regime especial de proteção e os respectivos entornos de proteção e ambientação.

§ 1º - Entorno de proteção é o espaço físico necessário ao acesso de público, a conservação, manutenção e valorização do local de Lazer, Recreação e Turismo.

§ 2º - Entorno de ambientação é o espaço físico, tratado com fim de harmonizar o local de Lazer, Recreação e Turismo, com a paisagem em que se situar.

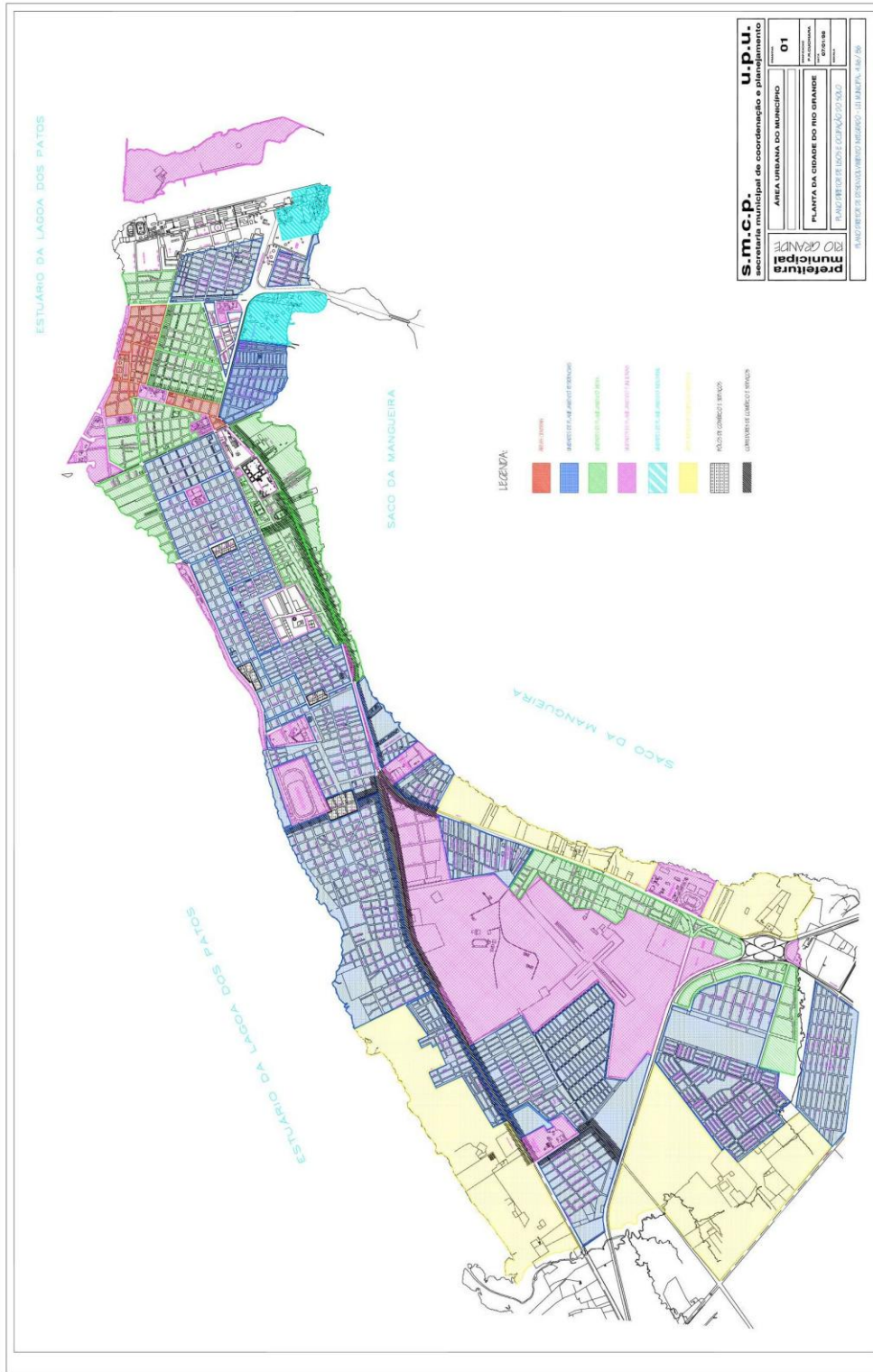
Ainda no Plano Diretor de 1986, temos a definição descrita no Capítulo III, dos equipamentos comunitários e de serviço público, onde a seção I trata dos equipamentos destinados ao lazer e à cultura, de forma que os espaços públicos aí se incluem, mas não há neste plano diretor uma previsão legal, de como o governo municipal procederia para realizar ações que visassem a preservação e manutenção desses espaços.

Observando a cidade, podemos ver que muito de seu passado histórico e paisagístico foi perdido ou encontra-se em estado deplorável de preservação. Deste modo, vimos que os mecanismos criados neste instrumento não cumpriram a função proposta.

Em notícia vinculada no Jornal Rio Grande, em 28/06/1990, é destacada a reavaliação do Plano Diretor Municipal vigente à época, pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, em atendimento à nova Lei Orgânica do Município, de forma que o novo Plano Diretor da cidade deveria atender à questões como ordenamento, promoção e controle do município, visando seu desenvolvimento urbanístico e uma melhor qualidade de vida para a população, preservando o patrimônio ambiental através da proteção ecológica, paisagística e cultural.

Somente em 2006, é que a cidade finalmente apresentou seu projeto de lei, encaminhando o Novo Plano Diretor da cidade. Podemos perceber que se passaram longos 16 anos até que o poder municipal tomasse uma atitude com relação ao plano diretor, e sabemos que sua motivação foi uma exigência da Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, dando o ano de 2006 como prazo final para que os municípios brasileiros apresentassem seus novos planos diretores. E finalmente, no ano de 2008, é que este projeto de lei foi é aprovado pela Câmara e passou a vigorar como Novo Plano Diretor da cidade.

Neste novo plano, podemos perceber muitas mudanças com relação à promoção do lazer e cultura dentro do município. A cidade foi dividida em várias zonas, conforme o mapa abaixo, onde o uso e parcelamento do solo passou a ser definido de acordo com o tipo de atividade que será realizada nele.



Mapa 5: Zoneamento da Cidade no novo Plano Diretor do Rio Grande (Anexo do Novo Plano Diretor de Rio Grande, 2006).

A área em vermelho no mapa é a destinada ao centro da cidade, local onde temos os prédios históricos e os espaços públicos, objetos de estudo de nossa pesquisa. Este Novo Plano Diretor fez basicamente uma reprodução dos artigos presentes na Lei do Estatuto das Cidades, para adequar-se a uma exigência federal, ao novo modo de ver os espaços urbanos, conforme art. 6.º:

Art. 6º. A função social da cidade, no Município do Rio Grande, corresponde ao direito à cidade, nele compreendidos os direitos à terra urbanizada, à moradia, à qualidade ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer.

Em seu art. 44, temos a definição do patrimônio cultural da cidade, de forma que as praças e monumentos estão presentes neste patrimônio e devem ser preservadas. Na Seção II – Dos Espaços Urbanos, são identificados vários elementos urbanos, inclusive os espaços abertos, conforme previsão do art. 62, III: “espaços Abertos - são os espaços formados pelas praças, largos e parques cuja permanência é importante como áreas lúdicas e visuais urbanos”, de forma que há uma proposta do governo municipal em promover a comunicação visual com a comunidade rio-grandina e turistas, identificando esses espaços e adotando medidas que facilitem seu acesso e visualização.

Desta forma, passaremos a analisar os três espaços públicos que são objeto deste trabalho, sendo eles as praças Tamandaré, Xavier Ferreira e Sete de Setembro. Observaremos como se deu sua criação na cidade, seus usos e as transformações ocorridas ao longo do tempo. Também verificaremos a forma como foi recepcionado ou não o Novo Plano Diretor da cidade, através da observação feita nesses espaços públicos, levando em conta o estado físico que se encontram e o público usuário de cada um desses espaços.

3.1. O espaço da centralidade: a Praça Xavier Ferreira

Esta praça foi demarcada ainda na primeira década do século XIX, localizada bem no centro comercial e político-administrativo citadino sendo uma das que se tornou maior alvo das constantes tentativas de “aformoseamento”, segundo as concepções da época, com a constante colocação de passeios, bancos, mas também de fontes de água, importantes para o abastecimento da urbe. A Praça Xavier Ferreira foi a mais aquinhoadada em termos de arte estatuária no contexto citadino, sendo erguidas, entre outras, a Estátua da Liberdade, o Monumento ao fundador Silva Paes, além de uma série de bustos de homens públicos. Auguste Saint-Hilaire em 1820 assim a descreveu:

A metade da rua da Praia deixou-se uma área, de cerca de 600 passos, sem construção na linha de casas mais próximas do lago, formando desse modo uma praça alongada, onde vegeta uma grama fina, e que poderia ser bonita se aí fossem plantadas algumas árvores. Dessa praça avistam-se, as ilhas dos Cavalos e dos Marinheiros, e de nordeste vê-se o Norte distante e as embarcações ancoradas em frente aldeias⁶⁶.

⁶⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1974. P. 64



Figura 13: Imagem da Praça Xavier Ferreira e seu entorno. Fonte: Google Earth®

A praça Xavier Ferreira está localizada no “coração” do centro histórico da cidade. No seu entorno, podemos encontrar os prédios que prestam serviços essenciais à comunidade, como a Prefeitura Municipal na rua General Neto que hoje ocupa o antigo casarão da Família Rasgado (em obras devido ao incêndio de 2006) e o prédio do antigo Quartel General; a Biblioteca Rio-Grandense; Mercado Público e Câmara do Comércio na rua General Osório; a antiga Alfândega de Rio Grande, hoje prédio ocupado pela Receita Federal na rua Andradas e na rua Marechal Floriano Peixoto, a Capela de São Francisco, fundo da Catedral de São Pedro.

3.1.1 Origens:

A Praça Xavier Ferreira⁶⁷ já foi denominada de Praça “da Constituição”, “do Mercado”, “da Alfândega”, “Municipal”, “Dona Isabel” e “General Telles”, passou a

⁶⁷ Francisco Xavier Ferreira nasceu na Colônia do Sacramento em 4 de dezembro de 1771, era farmacêutico e possuía uma tipografia onde imprimiu o “Noticiador”, primeiro jornal que aqui se publicou, em 1832. Era português, mas foi naturalizado e tornou-se importante figura política na cidade. Iniciou como vereador da Câmara e exerceu outros cargos. Deputado Provincial e Geral foi

receber sua denominação definitiva em 1935, por ocasião do centenário da elevação do Rio Grande à categoria de cidade, definida pelo Decreto Municipal n. 122 de 26 de junho de 1935⁶⁸.

Vários outros nomes teve, alguns dados pelo povo, como: Praça da Constituição de Lisboa, em 14 de abril de 1821, e da do Império, em 25 de abril de 1824; “Praça do Mercado”, depois da construção deste, em 1842; “Praça da Alfândega”, em 1829; “Praça Municipal”, nome que vigorou por muitos anos; “Praça Dona Isabel”, em 1.º de março de 1885, homenagem à Princesa Isabel, quando em companhia do esposo, o Conde D’Eu e seus filhos, visitaram esta cidade; “Praça General Teles”, pelo Decreto n. 11, de 7 de fevereiro de 1894, homenagem ao General João da Silva Teles, que veio de Bagé, em 1893, comandando as tropas que combateram as forças revolucionárias “federalistas”, que sitiavam a cidade.

Durante muitos anos os moradores reivindicavam a construção de um espaço onde pudessem realizar seus passeios públicos na cidade. Essas reivindicações podiam ser conferidas nos relatórios anuais da Câmara de Vereadores do Rio Grande:

RUAS E PRAÇAS “As praças precisam de embelezamento. A câmara tem tratado de plantá-las de arvoredo, e neste sentido já alguma coisa tem conseguido. Não sendo o arvoredo uma beleza somente, mas sendo ao mesmo tempo higiênico, por dobrada razão a sua conservação é reclamada. Ela, porem, depende de trato e por conseguinte de uma despesa anual que incluindo o engajamento do arborista, calcula-se em 400\$00 réis, vai mencionado no orçamento da câmara”.**(RELATÓRIOS MUNICIPAIS – PRAÇAS DE RIO GRANDE, DATA: 27/09/1861).**

Secretário da Junta Governativa de 1822. Aderiu ao movimento Farroupilha, sendo recolhido à Cadeia do Aljube, no Rio de Janeiro, onde faleceu aos 66 anos em 23 de abril de 1837. Fonte: NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*, 2.º tomo. Rio Grande, 1987.

⁶⁸ As informações acerca da criação da Praça Xavier Ferreira, seus nomes e reivindicações, foram retiradas de: MONTEIRO, Antenor de Oliveira. *Ruas da Cidade do Rio Grande de acordo com a planta da mesma do ano de 1974*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1947 (datilografado). P. 72-76, demais informações coletadas de outros documentos, terão sua citação.

RECREIO PÚBLICO “A praça Municipal está melhorada, precisa porém a continuação do auxílio de 6:000\$000rs como se vê do orçamento”.**(RELATÓRIOS MUNICIPAIS, DATA 27/02/1873).**

PRAÇAS PÚBLICAS, GENERAL JOÃO TELLES “Foi substituída completamente por piso de cimento cilindrado a parte central da praça General João Telles, em volta do chafariz e que era calçada a pedra quebrada, e bem assim por tijoletas o caminho que vai daquele centro ao portão principal do mercado. Foram renovadas a escadaria e a pintura do referido chafariz. Foi ordenado o funcionamento dos quatro combustores a gás ali existentes. Também foi feito passeio de cimento em torno da coluna da liberdade existente na parte leste da mesma praça e a qual foi pintada a óleo”.**(RELATÓRIOS MUNICIPAIS, DATA 1904 PRAÇAS PÚBLICAS).**

Antes da construção da praça e de seu melhoramento, a realidade dos moradores e visitantes da cidade era passear no antigo cemitério, em frente à Igreja do Bom Fim. E mesmo assim, nos dias de chuva, ficava impossível andar por lá. Um longo processo se deu, até que tivéssemos a praça nas condições ideais para o lazer e passeio dos habitantes da cidade.

No ano de 1828, a Câmara, recebeu um ofício do Brigadeiro Comandante da Vila, participando que o General em Chefe tinha a intenção de mandar tropas para esta Vila a fim de serem empregadas, uma parte do tempo, em aterrarem, por trabalhos de faxina, “a Praça que fica a esquerda da Alfândega, do Trapiche até o Joaquim Rasgado”, (hoje General Neto). Mas em contrapartida, a Câmara deveria arcar com as despesas do estaqueamento necessário à beira da água. Sem verbas para arcar tal obra, a Câmara responde dizendo não ter recursos, pedindo ao Capitão Mor da Vila – o senhor Antonio José Afonso Guimarães – para que arcasse com tais despesas, pois para obter tal posto na cidade, o mesmo prometera repassar verbas à Câmara.

Na década de 40 do século XIX, é autorizado o plantio de figueiras silvestres na praça. De forma que deveriam obedecer a distância de 40 palmos umas das outras. E dois anos após, são plantadas também figueiras de folhas

miúdas e mudas de salso chorão. A arborização da praça garantiria mais conforto nos dias quentes de verão, produzindo sombra para seus usuários. No final desta década, temos a construção do primeiro passeio de lagedo, estendendo-se desde o portão do Mercado até a frente da rua da Praia.

No ano de 1869, o Relatório da Câmara dizia que “a Praça Municipal é o lugar onde se tem constituído o recreio público, mas só uma parte da praça, a metade, oferece comodidade, porque a outra metade não pode ser utilizada por falta de aterro”.

Aos poucos, a praça ia dando mais conforto para os que passavam por lá. Mas infelizmente, algumas lacunas necessitavam ser preenchidas. Dentre as quais sobressaía a ausência de uma companhia hidráulica, que satisfizesse plenamente as exigências da saúde pública. Assim, no ano de 1873, a Companhia Hidráulica coloca, onde ainda hoje está, o chafariz que mandara vir da Inglaterra. Com a finalidade de ser mais um ponto de coleta de água na cidade. A Praça era densamente arborizada e do lado leste ficavam as flores.

Entre os anos de 1873 e 1875 a praça ganhou bancos e já contava com várias árvores e flores que davam um bonito aspecto ao local. A estátua da Liberdade foi erguida por meio de subscrição popular, para comemorar a Lei de 13 de maio de 1888, que liberou os escravos. Foi inaugurada em 1889, sendo obra do escultor Ravagnelli. Em 1934, a Praça foi remodelada ficando com o aspecto que ainda hoje conserva. O imponente monumento a Silva Paes, obra do escultor paulista Humberto Carpinelli, foi inaugurado a 2 de março de 1939.

Assim, Rio Grande recebeu sua primeira praça. Onde as pessoas saíam para praticar o *footing* nos dias santos e domingos:

Construída no centro histórico, na zona comercial e residencial nobre, a Praça Xavier Ferreira, com uma de suas faces na rua Marechal Floriano Peixoto, teve seu

delineamento em 1809 através da “Planta da Praça da Vila do Rio Grande de São Pedro” apresentada por João Vieira à Câmara. Circundada por um gradil, iluminada, arborizada, com belos jardins em estilo francês, lago em espelho, monumentos e chafariz metálico importado da Inglaterra, esse tradicional espaço público de sociabilidade foi modernizado) isto é, retificado e limpo da presença popular, adquirindo um “tom aristocrático” e constituindo-se no ponto de encontro das famílias elegantes aos domingos, no passeio matinal das crianças e dos bebês, e no local predileto dos namorados que se embalavam com os sons das retretas ao entardecer. Passeio Público, onde os rio-grandinos viam e eram vistos. À época do Carnaval a praça era tomada por vários quiosques que vendiam lança-perfume, confetes, serpentinas e óculos para a proteção dos olhos⁶⁹.

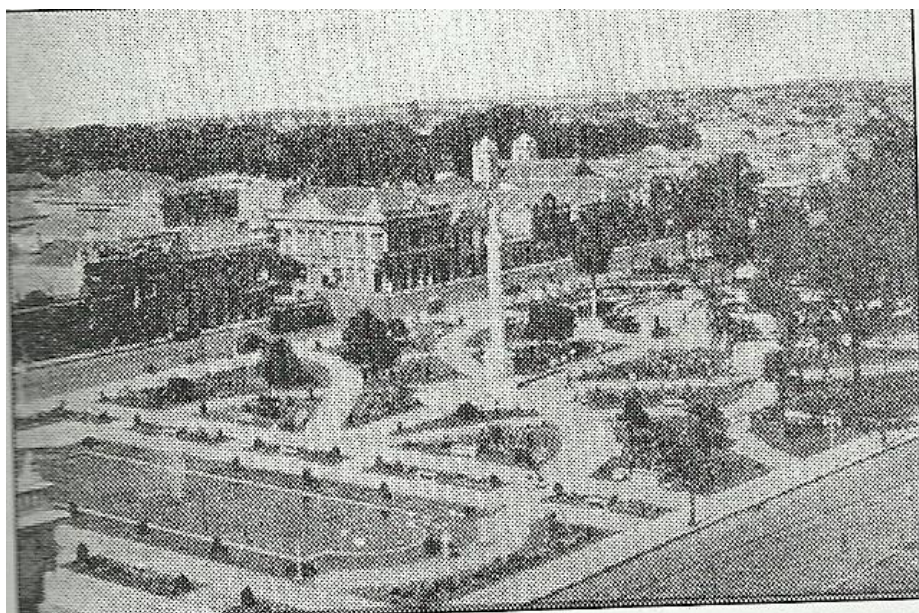
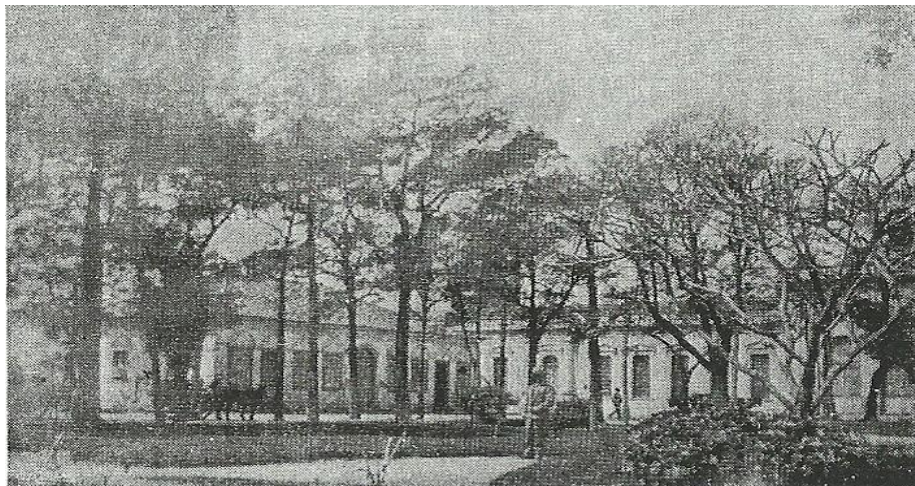


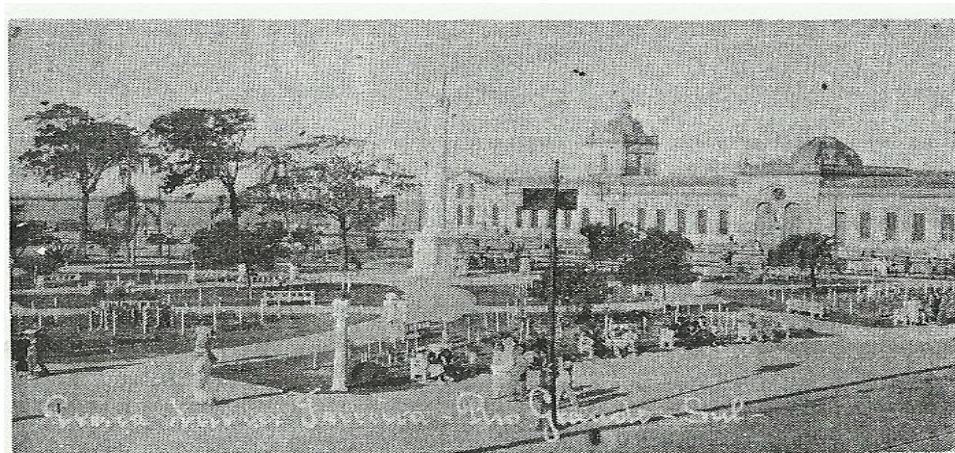
Figura 14: Praça Xavier Ferreira na década de 1940, Extraído de BITTENCOURT, Ezio. *Da rua ao teatro os prazeres de uma cidade, sociabilidades & cultura no Brasil Meridional (Panorama da história de Rio Grande)*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 81

⁶⁹ BITTENCOURT, Ezio. *Da rua ao teatro os prazeres de uma cidade, sociabilidades & cultura no Brasil Meridional (Panorama da história de Rio Grande)*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 81.



*Praça Telles, vendo-se a Associação Comercial
e a Alfândega ao fundo*

Figura 15: Praça Xavier Ferreira, década de 1940, extraído de jornal agora edição comemorativa dos 250 anos de rio grande (19/02/1987) p. 18



*Praça Xavier antes da
construção do Edifício da Câmara do Comércio*

Figura 16: Praça Xavier Ferreira na década de 1940, extraído de jornal agora edição comemorativa dos 250 anos de rio grande (19/02/1987) p. 18

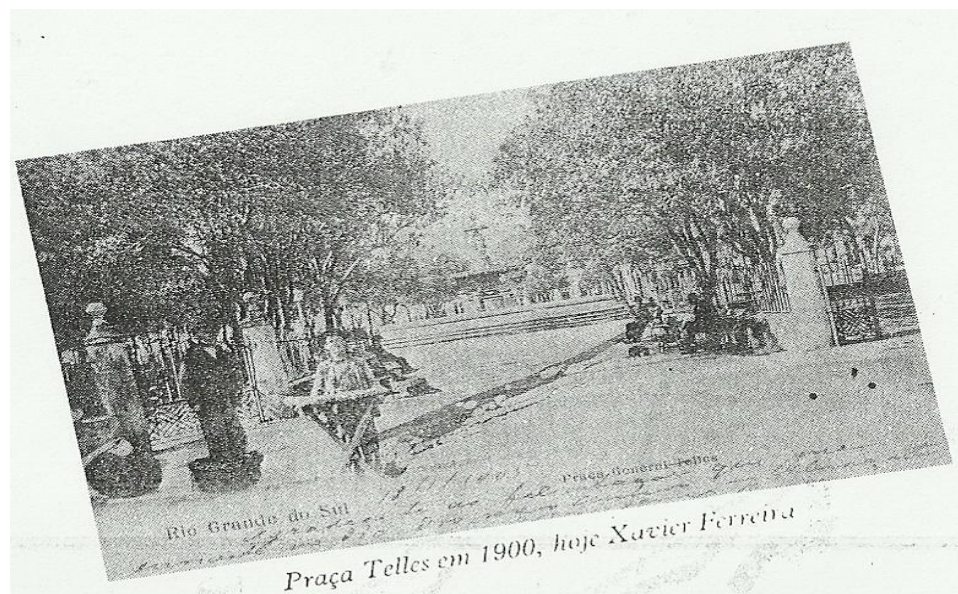


Figura 17: Praça Xavier Ferreira na década de 1940, extraído de Jornal Agora Edição Comemorativa dos 250 Anos de Rio Grande (19/02/1987) p. 18

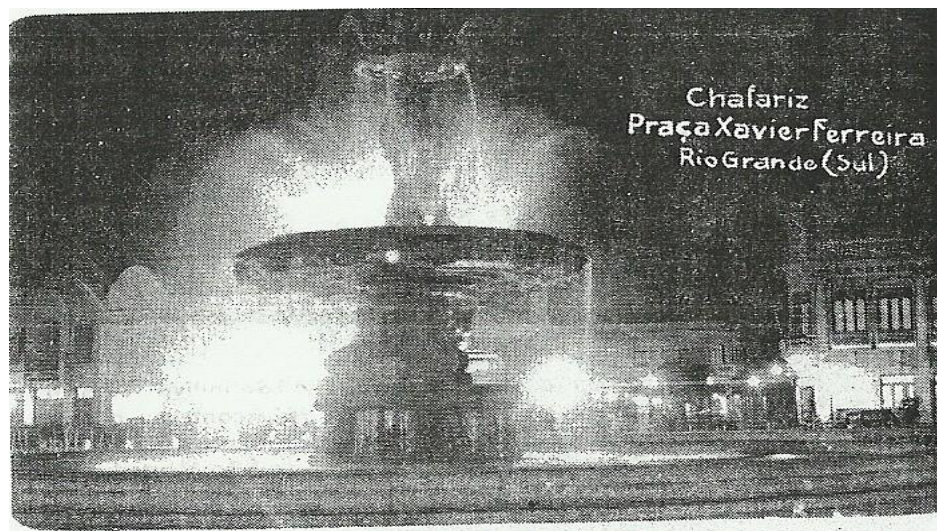


Figura 18: Praça Xavier Ferreira na década de 1940, extraído de Jornal Agora edição comemorativa dos 250 anos de Rio Grande (19/02/1987) p. 18.

3.1.2. Atrativos da praça Xavier Ferreira

A praça conta com vários monumentos, lago, chafariz, terminal de informações turísticas, canteiros floridos e muitas árvores frutíferas como: amoreira; mangueira; abacateira; pitangueira; goiabeira; oliveira; jabuticabeira e

árvores de jambolão e canela. Além de outras árvores exóticas como as figueiras, que não dão frutos.

Através de fotografias, demonstraremos seus principais atrativos, com breve texto explicativo, quando for necessário.



Figura 19: Lago da Praça Xavier Ferreira (Autoria própria em julho de 2010).

O lago da praça originalmente não era cercado. Com o passar dos anos abrigou alguns cisnes e frequentemente os animais fugiam e às vezes eram atropelados. Em razão disso foi necessário o seu cercamento e em virtude de maus tratos feitos aos animais, no final da década de 1980, eles foram transferidos dali para o zoológico da praça Tamandaré.

No centro do lago, temos as esculturas dos Guris de Matteo Tonietti desde 1939. Estavam expostos na Praça Dr. Pio e mais tarde foram trazidos para a Praça Xavier Ferreira. Quando colocados na praça, estavam nas margens do lago, mas em função das constantes depredações sofridas, passaram a ocupar as ilhotas do interior do lago.



Figura 20: Lago da Praça Xavier Ferreira (Autoria própria em julho de 2010).



Figura 21: Lago da Praça Xavier Ferreira (autoria própria em julho de 2010).

Próximos, temos o monumento às Mães de Érico Gobbi e Mateo Tonietti, colocado na praça em 1950 e o monumento em homenagem a Duque de Caxias, que está na praça desde 1965.



Figura 22: Monumento às Mães (autoria própria em julho de 2010).



Figura 23: Monumento em Homenagem à Duque de Caxias (autoria própria em julho de 2010).

Também podemos encontrar na praça um monumento em homenagem ao ex Presidente da República Getúlio Vargas, com data de 1955, e o local que guardava uma réplica da Carta Testamento, monumento comum em várias praças do país, mas que aqui em Rio Grande deixou apenas um vazio, pois foi vítima de vândalos que a roubaram. Trataremos sobre este assunto mais adiante, quando falaremos do uso feito pelas pessoas da praça.



Figura 24: Homenagem ao Presidente Getúlio Vargas (autoria própria em julho de 2010).

Podemos verificar ainda na praça um monumento a Alfredo Ferreira Rodrigues, historiador, poeta e escritor rio-grandino em 1965.



Figura 25: Homenagem a Alfredo Ferreira Rodrigues (autoria própria em julho de 2010).

Além desses monumentos, temos a Estátua da Liberdade, já mencionada no item anterior e que hoje passa quase despercebida por aqueles que frequentam a praça, com o crescimento das árvores, de forma que muitos não sabem nem o nome do monumento ou duvidam que este seja realmente seu nome, por associar a estátua da cidade de Nova Iorque, que é bem diferente do monumento da praça Xavier Ferreira.



Figura 26: Monumento Estátua Da Liberdade
(autoria própria em julho de 2010).

Por último, mas não menos importante, temo o imponente monumento em homenagem a Silva Paes, fundador da cidade do Rio Grande, que fica em frente ao prédio da Prefeitura Municipal. Construído em granito e bronze inaugurado por ocasião das comemorações do bicentenário de elevação do rio Grande a cidade, esculpido pelo escultor paulista Humberto Carpinelli.



Figura 27: Monumento a Silva Paes (autoria própria em julho de 2010)

Além do estatuário presente na praça, hoje ela conta com um quiosque de informações turísticas na face da Rua Marechal Floriano Peixoto. Neste local é possível obter informações não só sobre a praça, mas sobre os demais pontos turísticos da cidade. Temos também o chafariz central, assim como os esguichos do lago da praça. Ao entorno do chafariz muitas pessoas aproveitam o sol que bate por ali e algumas dão comida às pombas.

Apesar da praça contar com inúmeros monumentos, atualmente a grande maioria de seus frequentadores não dá nenhum valor ideológico para eles e alguns parecem até fora de contexto, como é o caso do monumento à Duque de Caxias, visto que este militar prejudicou o Rio Grande do Sul, mas como Rio

Grande não apoiou as tropas dos farrapos, por esta razão foi colocada aqui uma homenagem a ele.

3.1.3. Qual é o papel social da Praça Xavier Ferreira em Rio Grande?

A partir das décadas finais do século XX, num processo cujas consequências ainda se fazem sentir nos dias atuais, o papel social desse espaço público passaria por progressiva transformação. Deixaria de ser o lugar de convívio social, onde se promoviam atividades variadas de interação comunitária para ser um lugar de passagem ou até evitado pelos riscos impostos pela crescente violência urbana. Nesse sentido, cada recanto desse espaço social iria passar por transformações profundas, alternando drasticamente a percepção dos habitantes para com os mesmos.

A Praça Xavier Ferreira manteve muitas de suas características históricas, sendo alvo de constantes tentativas de revitalização, ainda mais por estar inserida bem no seio do centro político-administrativo municipal, mas, ainda assim, na atualidade ela perdeu em muito seu antigo papel social, perdido parte de seu “charme” original, emparedada por prédios modernos mais altos e constituindo também um ponto de passagem de apressados transeuntes.

Durante as pesquisas realizadas em periódicos locais, podemos perceber que na década de oitenta, houve uma grande tentativa de devolver todos os espaços públicos aos habitantes, de forma que a Prefeitura Municipal começou um grande trabalho de revitalização das praças e particularmente na Praça Xavier Ferreira, realizou várias ações sociais com a finalidade de levar as pessoas para a praça.

Pela sua origem, a Praça Xavier Ferreira sempre foi palco de representações cívicas, pois além de sua localização próxima à administração da

cidade, seu próprio nome é em homenagem a um político rio-grandino. Desta forma, todas as manifestações que se referem a homenagens de rio-grandinos ilustres e ao aniversário da cidade, sempre são realizadas na Xavier Ferreira, em frente ao monumento de Silva Paes.

Durante as duas últimas décadas do século XX, a coluna “Corujando” do Jornal Rio Grande, dedicou várias de suas edições reivindicando melhorias e manutenção do espaço público da Xavier Ferreira e demais praças da cidade. Algumas vezes essas reivindicações eram atendidas, outras não. Observando o discurso do jornal, podemos perceber um verdadeiro jogo de gato-e-rato entre o jornalista e administração municipal da época.

As críticas eram maiores por ser a sede de nossa prefeitura em frente à praça e as ações ou falta delas, se darem bem diante dos olhos dos administradores municipais. Os pedidos iam desde a reposição das lajotas das calçadas, denúncia de maus tratos sofridos pelos cisnes do lago e peixes do chafariz, as raízes de árvores que quebravam as calçadas e tornavam-se perigosas para as pessoas que passavam por ali, já que muitas pessoas de idade utilizavam a praça para passear e também, havia uma grande reclamação com relação aos próprios usuários da praça, na maioria das vezes crianças e adolescentes que causavam danos as flores e monumentos.

A guarda municipal ficava na praça apenas durante a semana e de dia, à noite a praça ficava à mercê de vândalos que tinham como diversão, depredar o patrimônio público. Também com a finalidade de realizar assaltos, quebravam as lâmpadas do interior da praça, para deixa o local escuro facilitando suas ações criminosas.

Desde o final do ano de 1986, eram publicadas notas pedindo pelo conserto das esculturas da praça e em notícia do dia 17/02/1987, o Jornal Rio Grande

destacava a atuação da Prefeitura, que finalmente havia restaurado as esculturas de Tonietti:

As estátuas dos “guris” de Tonietti voltaram restauradas para as ilhotas do lago da praça Xavier Ferreira, onde podem estar a salvo dos depredadores, embora com a falta de policiamento eles, se quiserem, venham a atravessar a água e desandar a sua sanha sobre aqueles quarentões que não cresceram e que o escultor quase italiano aqui radicado durante quase toda a sua vida, deixou para a posteridade. **(JORNAL RIO GRANDE, 17/02/1987, N.º 050, ANO LXXIV, P. 3).**

Nota-se que pela data em que foi feito o reparo, é possível perceber que o embelezamento da praça e os reparos feitos visavam prepará-la para mais uma festividade cívica, pela passagem da data de fundação da cidade.

No mês anterior, a reclamação era com relação ao lago da praça, que estava com sua beleza ameaçada pela péssima iniciativa de terem colocado aguapés em seu interior, que além de darem um aspecto de sujo, dificultavam a vida dos animais que habitavam aquele espaço. Problema este também resolvido no mês de fevereiro.

Visando atrair o público para a Xavier Ferreira, a RBS TV em parceria com o CDL (Clube de Dirigentes Lojistas), promoveu o “Brique na Praça com Mateada”. O evento foi realizado no domingo 8 de maio de 1988 e os expositores ficaram até o final do dia com as tendas de selos e moedas; bonecas de porcelana; trabalhos em lã; leques e flores; livros e discos usados; móveis; instrumentos musicais e armas antigas. O evento contou com grande público, mas durante a década de 90, não tivemos grandes eventos como este na praça, salvo festividades isoladas, como largada de rústicas de rua ou alguma outra programação promovida sempre por iniciativa do poder privado. Podemos ver uma tentativa do poder privado em fazer com que a sociedade usasse mais aquele espaço público, sem falar que a sede da mesma fica localizada nas proximidades da Praça Xavier Ferreira, certamente utilizando este tipo de evento para colocar em sua pauta de notícias, e

por se tratar de uma parceria com o CDL, visava promover o comércio local, com a finalidade de atrair novos anunciantes na RBS TV local.

Outra tentativa de manter a praça em ordem ocorreu em 1989, quando foi devolvida à comunidade a carta-testamento de Getúlio Vargas, pela passagem dos 35 anos de sua morte. Mas infelizmente ela não resistiu à ação dos vândalos que voltaram a furtá-la. Ainda nos dias de hoje, o pedestal que deveria abrigar a carta, encontra-se vazio. Parece que a administração municipal desistiu deste monumento!

No final da década de 80, mais uma vez por iniciativa da RBS TV, a praça volta a ser palco de uma atividade desta vez, com o foco nas crianças para as comemorações do dia 12 de outubro. Foram feitas atividades ao ar livre, em que as crianças puderam colorir e plantar flores na praça. O problema se deu em razão de muitas crianças terem pintado não só os espaços permitidos, como também alguns monumentos. E para agravar a situação, alguns deles completaram um ano sujo, como é o caso do Monumento à Liberdade, conforme noticiado pelo jornal:

Em outubro fez um ano do festival de sujeira promovido pela RBS TV para comemorar o Dia da Criança de 1988 com uma verdadeira aula de liberalidade, em que lhes foi ensinado a desrespeitar o patrimônio público e a rejeitar o asseio que o Governo Federal anos atrás, tanto incutiu como necessidade de povos outros. [...] esta na hora da Prefeitura dar um fim àquelas marcas. **(JORNAL RIO GRANDE, 17/3/1990, ANO LXXVII N.º 050, P.3)**

Já no final da década de 80 e início dos anos 90, a prefeitura fez uma série de ações que visaram a revitalização da praça. Todo o lago e o chafariz receberam pintura, e tiveram sua água limpa, os esguichos desentupidos que voltaram a funcionar depois de algum tempo parados. Uma onda de revitalização tomou conta da cidade, também visando os preparativos para o retorno da Festa do Mar, que ocorre junto ao cais do Porto Velho e a cidade recebe muitos turistas, que acabam visitando outros pontos da cidade que não apenas a feira. Ocorre que

em 1989, quando foi feita essa pintura do chafariz, parece que a Prefeitura esqueceu de tomar precauções com o tipo de produto utilizado, ocasionando a morte de peixes, conforme a manchete abaixo do Jornal Agora, em 06/10/1989, percebe-se a falta de preparo e orientação das pessoas que faziam a manutenção das praças na cidade.

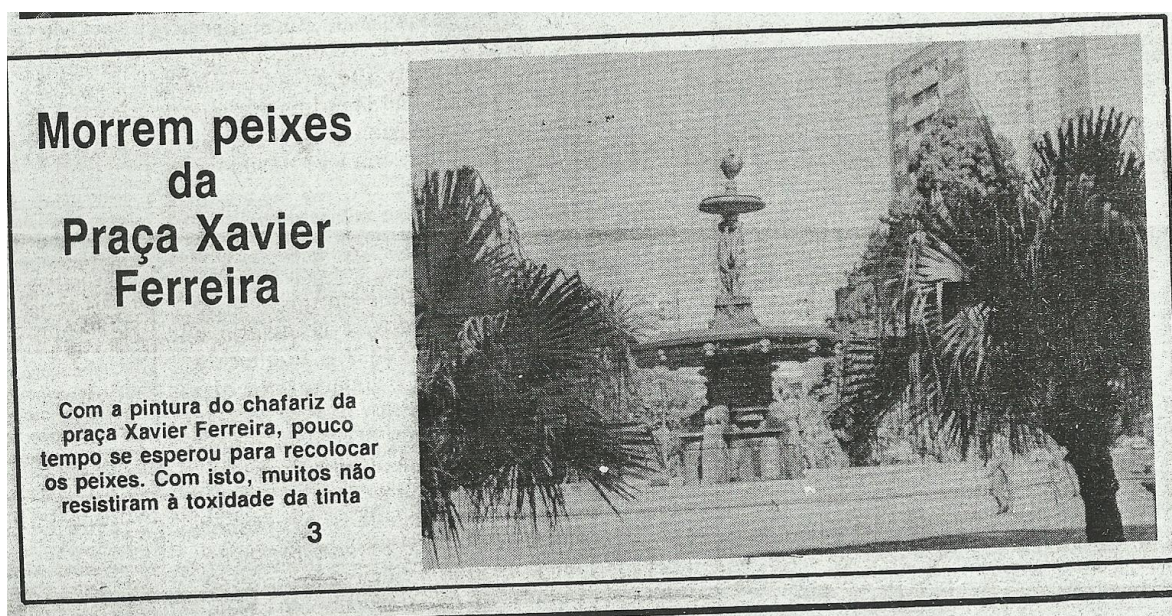


Figura 28: Jornal Agora, 06/10/1989, Ano XV, N. 4132, Capa.

Os reparos da praça que ocorriam de tempos em tempos, novamente voltaram à tona em 1992, desta vez já visando o retorno da Festa do Mar. Várias medidas foram adotadas para o embelezamento das praças da cidade. Dentre elas o conserto dos passeios públicos, o ajardinamento das praças que estavam bastante danificados pelas pessoas, não só crianças e adolescentes, mas também as pessoas que cruzavam a praça, passando pelo meio dos canteiros para “cortar” o caminho. E essas melhorias também foram noticiadas pelos jornais locais, conforme podemos ver:

Passeios da Xavier Ferreira são recuperados

Depois de realizar o trabalho de reforma das praças, transformando-as em jardins, com o aplauso da população, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos volta-se agora para a recuperação dos passeios públicos daqueles locais, com a colocação de tijoletas novas em substituição às quebradas e nos locais onde elas já não existem.

O secretário Mário Silveira informou que, a exemplo do que foi feito na Praça Tamandaré, onde foi realizada a recuperação de grande parte dos passeios, e no Canaletto da av. Major Carlos Pinto, o serviço está sendo efetuado agora na Xavier Ferreira, através de mão-de-obra especializada da empresa Riet & De la Torre. O material empregado é fabricado pela própria SMSU, que

também fiscaliza o trabalho da empreiteira. O titular dos Serviços Urbanos adiantou que estão sendo recuperados 550m² de passeios públicos, devendo o serviço ficar concluído em 30 dias úteis.

«Estamos cumprindo nossa parte, dentro do que se propôs o prefeito Paulo Vidal, ao assumir o Governo do Município, recuperando as praças e jardins públicos, bem como dedicando atenção especial às demais atribuições da pasta que administramos, como a limpeza e recolhimento do lixo e a iluminação pública. Esperamos que a população, que tão bem tem recebido nossa proposta, também faça a sua parte, recuperando as calçadas de suas residências e auxiliando no cuidado com as praças e canteiros», disse o secretário dos Serviços Urbanos.



Figura 29: Jornal Agora, 14/02/1992, Ano XVII, n. 4755, p.05.

Passado esse período, toda a cidade vivenciou novamente momentos de profunda estagnação. Muitas empresas fecharam, os investimentos pararam de ocorrer e a situação de toda a cidade - não só a das praças - ficou bastante precária. Somente no século XXI, que a cidade novamente pode contar com novos investimentos, gerando uma migração de pessoas de vários Estados, nos últimos anos, de forma que foram necessário investimentos em todos os setores, inclusive o de lazer.

Nas observações feitas da Xavier Ferreira, foi possível perceber que a mesma encontra-se muito bem cuidada. Cerca de dez funcionários trabalham diariamente em sua limpeza e conservação. Mesmo sendo um local de grande circulação, pois as pessoas que se deslocam de ou para a cidade de São José do Norte, sempre passam pela praça e as que ali ficam algumas horas do dia, o local permanece bem limpo. Outro ponto positivo para quem visita a Praça, é que nela encontramos muitas lixeiras, proporcionando um ambiente limpo.

Durante o dia a grande maioria do público que frequenta a Xavier Ferreira é composta por funcionários do comércio local que utilizam seus bancos para descansarem nas horas de folga. Também pudemos observar a presença de muitos casais de namorados, e pessoas idosas. Estas tem como preferência os bancos ao redor do chafariz, pois é onde passa a maior parte das pessoas. Muitos

ficam sozinhos observando o movimento, outros aproveitam as amizades antigas para conversar. Para muitos, a conversa na praça é a principal fonte de atualização dos acontecimentos da cidade, mesmo nos dias atuais, com toda a tecnologia disponível.

Conversando com o funcionário Adão Freitas, que desde o início do ano voltou a trabalhar na praça, ele contou que de um modo geral a população tem cuidado mais de seus espaços públicos. Ele já havia trabalhado na praça em décadas anteriores e afirmou que hoje as flores já não sofrem nenhum tipo de dano. Durante o dia não ocorre vandalismo nenhum. E além das presenças das pessoas que usam a praça como local de descanso, os mendigos também se utilizam dela, principalmente a noite, quando dormem ali. Mas apesar da presença deles na praça, o local praticamente não tem ocorrências de vandalismos como muito teve no passado.

Além dos funcionários que cuidam e limpam o local durante o dia, à noite a prefeitura dispõe de guardas que fazem a ronda na praça, zelando por sua preservação.

A praça Xavier Ferreira faz parte do roteiro turístico da cidade e atende as especificações previstas no Plano Diretor. Conta com mapa explicativo, rampas de acesso para cadeirantes e central de informações turísticas. De modo geral, apesar de não serem realizados eventos populares com frequência no local, podemos perceber que mesmo nos dias de hoje, muitas pessoas continuam utilizando a Xavier Ferreira como local de passeios e descanso, e principalmente para as pessoas de mais idade, ela continua sendo talvez a única fonte de informação.



Mapa 6: Mapa Explicativo da Praça Xavier Ferreira mostrando o Circuito de Praças da Cidade (autoria própria em julho de 2010).

3.2. De periferia à centralidade: a Praça Tamandaré

Localizada entre as ruas Luiz Loréa ao norte, General Neto a leste, General Vitorino ao sul e 24 de Maio a oeste, a Praça Tamandaré, durante muito tempo permaneceu fora dos limites do centro citadino, sendo denominada de “Geribanda”, constituindo importante ponto de abastecimento de água da cidade. Foi durante muito tempo frequentada por escravos que, além de carregarem esse líquido, promoviam ali a lavagem de roupas. Recebeu o nome de Tamandaré, em 1865, em homenagem ao militar brasileiro, e seu “embelezamento” progressivo se deu a partir do próprio processo de crescimento urbano naquela direção, de modo que, paulatinamente, também se tornaria num dos pólos comerciais da cidade. Na visão de um viajante no século XIX, foi vista da seguinte forma:

Ficou, dito, já, não haver aqui nenhum manancial de água doce, mas atrás da cidade, entre montículos de areia (em lugar denominado Geribanda) foram feitos poços onde a pequena profundidade se encontra muito boa água. Os negros vão á buscá-la em barris, apanhando-a por meio de

chifres de bois amarrados à ponta de varas compridas, instrumento esse a que dão o nome de gumpá⁷⁰.



Figura 30: Imagem da Praça Tamandaré e entorno (obs: norte alterado).
Fonte: Google Earth®

O entorno da Praça Tamandaré, como podemos verificar na figura acima, é bastante denso. Há uma confluência de zonas comerciais e alguns serviços. Temos pela rua 24 de Maio, uma agência do Banco do Brasil e várias lojas, na rua Luiz Loréa muitas lojas, banca de revistas e farmácias; na esquina das ruas General Neto e Luiz Loréa encontramos o prédio dos correios de um lado e um hotel de outro; no seguimento da rua General Neto, temos várias casas comerciais que prestam os mais variados serviços, desde lojas de confecções, óticas; cursinhos preparatórios; etc. E na última face da praça, voltada para a rua General Vitorino, temos a Igreja do Salvador e em seguida, o antigo Hospital da Beneficência Portuguesa, hoje ocupado em parte por uma clínica médica e também por um curso técnico em enfermagem. Assim, a Praça Tamandaré recebe muitas pessoas durante o dia, com os mais variados interesses.

⁷⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1974. P. 65

3.2.1. Origens

O local hoje é ocupado pela Praça Tamandaré, a maior praça do interior do Rio Grande do Sul, era um local mais afastado do centro da cidade, formada por terrenos muito arenosos, incapazes de promover seu povoamento e sequer constava na planta da cidade do ano de 1829.



Figura 31: Planta da Cidade em 1829 (extraído de: MARTINS, S. F. Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: FURG, 2006. p. 76.)

Somente em 1835, quando o General Soares de Andréa resolveu desenhar a planta onde ficou denominada como Praça do Hospital, já que o local deixava espaço para a construção de um hospital⁷¹.

No ano de 1842, Rio Grande recebeu a presença de padres missionários que ergueram no terreno da praça, uma Santa Cruz, dentro de um cercado, mas após a remodelação da Tamandaré, esta cruz foi enviada para a Igreja Matriz de

⁷¹ As informações acerca da criação da Praça Tamandaré, seus nomes e reivindicações, foram retiradas de: MONTEIRO, Antenor de Oliveira. *Ruas da Cidade do Rio Grande de acordo com a planta da mesma do ano de 1974*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1947 (datilografado). P. 79-81, demais informações coletadas de outros documentos, terão sua citação.

São Pedro. Em substituição a original, foi feita uma réplica de metal, em proporções menores que as originais e fixada junto a uma casinha que fica próxima a casa do guarda da Praça.

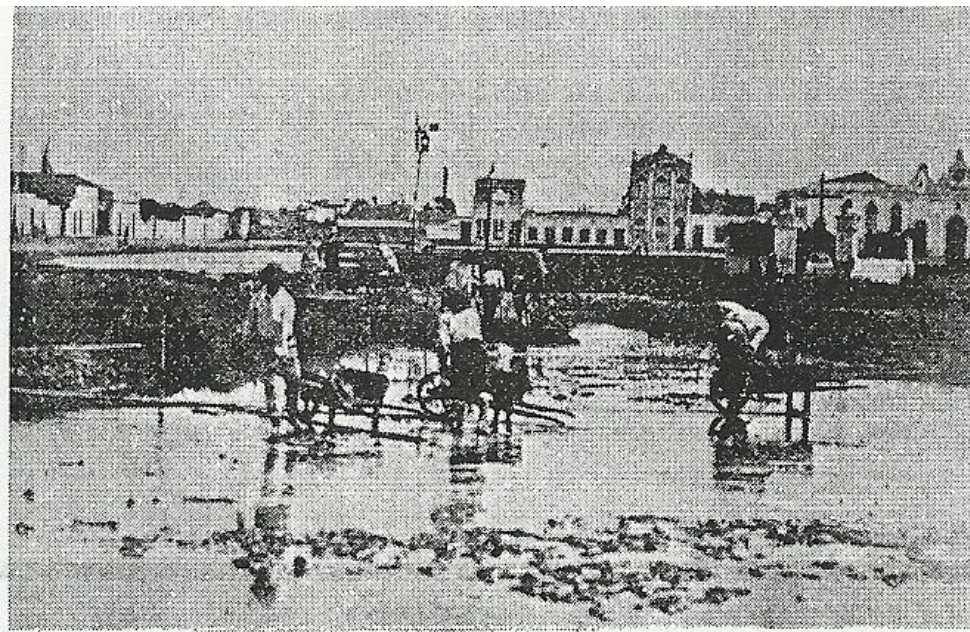


Figura 32: construção da Praça Tamandaré, com a Santa Cruz ao fundo (extraída do Jornal Agora, edição comemorativa aos 250 anos da Cidade do Rio Grande, 19/02/1987 p. 16).

Mesmo após receber o atual nome, a Tamandaré por muito tempo era lembrada e referenciada como sendo a praça da ‘Geribanda”. Este nome era em alusão a movimentação dos escravos, que diariamente se dirigiam até a praça onde retiravam a água das cacimbas para abastecer as casas e também lavavam as roupas.

No local, existiam cerca de cinco poços ou cacimbas que eram ótimas fontes de água potável. No ano de 1842, por ordem do Governo da Província, foi construído um chafariz, no local onde hoje encontra-se o monumento de Bento Gonçalves, que tinha sua água enchida por bomba pelos próprios negros que buscavam a água. Seu funcionamento se dava durante o dia e a noite era cuidado pelo zelador da praça. Mas este chafariz teve pouca duração e em 1874, a Companhia Hidráulica colocou um chafariz na face norte, da antiga rua

Uruguaiana, que importara da Inglaterra, e igual ao que se encontra na Praça Xavier Ferreira, funcionando até os dias de hoje, sendo as cacimbas aterradas em 1878.



Figura 33: Chafariz em meados do século XX (foto cedida por particular)

O lago da praça, que visto de cima lembra o desenho de uma serpente enrolada, foi construído no ano de 1876 com a finalidade de captar as águas da chuva. Esta idéia foi do então Presidente da Câmara, o senhor José Antonio da Rosa.

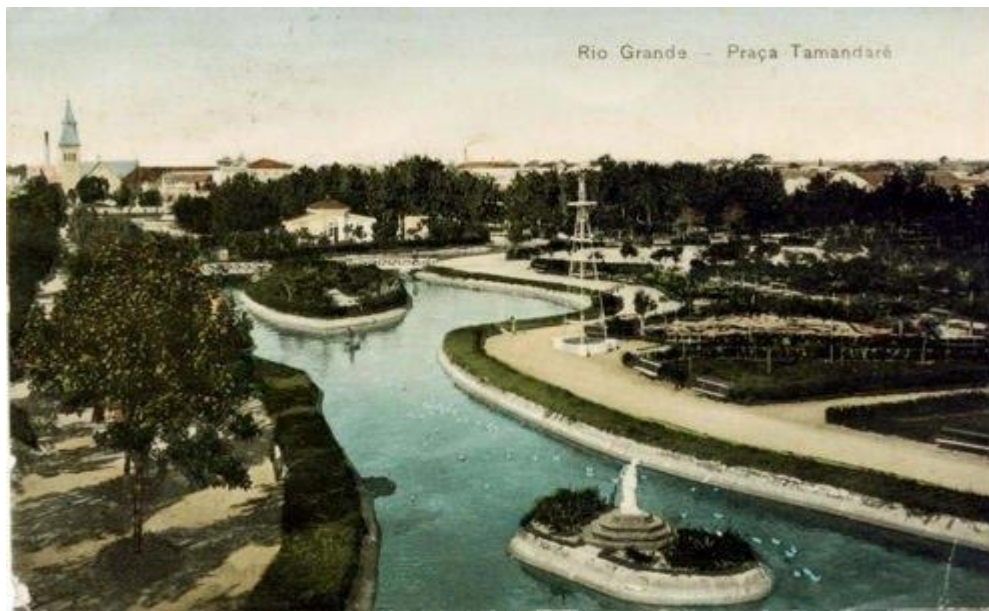


Figura 34: Lago da Praça Tamandaré, início do Século XX (foto cedida por particular).

Por várias vezes, no espaço em que a praça ocupa, na medida a cidade evoluía em termos urbanos, houve tentativas de ocupação daquele local, com diferentes finalidades. Dentre elas, a construção de quartéis, edifícios públicos, igrejas, capelas, hospitais, indústrias, teatros e até mesmo a sede da empresa dos correios, principalmente ao lado norte da Praça. Isto se deve ao fato de que o terreno ocupado pela Tamandaré, estava dentro do perímetro do Logradouro Público, comum em várias cidades nesta época. Um terreno reservado para funções de uso comum como abastecimento de água, lavagem das roupas e pastagem para animais, etc. Originalmente a área do Logradouro Público de Rio Grande compreendia as ruas General Neto e 24 de Maio, até onde está o prédio do 6.º Grupo de Artilharia e Campanha (GAC) indo até a rua Luiz Loréa. Essas tentativas se deram sucessivamente nos anos de 1849, 1864, 1882 e 1887.

Desta forma, para evitar que seu terreno fosse invadido, e que animais não estragassem os melhoramentos que aos poucos eram feitos no local, como arborização e plantio de grama, a alternativa encontrada foi seu cercamento por moirões e arame, assim permanecendo até 1890, quando foi ordenada sua retirada.



Figura 35: Lago da Praça Tamandaré 1908 (cedida por particular)

No relatório municipal da Câmara dos Vereadores do ano de 1862, podemos ver como foi ordenado o cercamento do local:

As praças da cidade precisavam ser, de alguma forma, embelezadas, e a Câmara não deixou de fazer alguma coisa em benefício delas. Resolveu que a praça da Geribanda fosse fechada por marcos e duas ordens de correntes, de modo a privar que o trânsito dos carros, e certos animais embarcasse a realização, logo que seja possível, dos melhoramentos, de que ela é suscetível, e a conservação entretanto de um tapete de relvas em vez de areias que tanto afetam. Esta resolução já estaria executada, se não fora a demora que tem havido na remessa das correntes que para esse fim encomendei; resolveu mais que, na praça municipal, se construísse um Recreio público, aceitando-se os donativos resultantes de uma subscrição aberta para as despesas desta obra que, vem preencher a falta que sente uma cidade, como esta, balda de distrações. Levantou-se a planta, que estão comprados alguns materiais, e trata-se já de principiar a construção debaixo das vistas de uma comissão para isso nomeada. **(Relatório Municipal da Câmara dos Vereadores do Rio Grande, data 21/08/1862).**

Foi no ano de 1865, que finalmente a praça passou a chamar-se Tamandaré. Nome este dado em homenagem ao Almirante Joaquim Marques

Lisboa, Marquês de Tamandaré, nascido nesta cidade a 13 de dezembro de 1807 e falecido no Rio de Janeiro a 29 de março de 1897. Pelos grandes feitos do Almirante, reconhecido por bravura no Brasil e fora dele, os governantes acharam justa a idéia de darem à maior praça da cidade, seu nome.

A partir do final da década de 1880, uma série de medidas é adota para que a praça fosse embelezada. Por ocasião da construção da estrada de ferro ligando Rio Grande a Bagé, em 1887 diariamente chegavam 135 vagões com areia para a construção do aterro do alagadiço terreno em que a praça foi construída. Em 1895, tiveram início as obras para a sua remodelação com a construção de calçadas no plano do engenheiro Fuller Boack.

A inauguração do imponente monumento de Bento Gonçalves, que ocupa local de destaque ao centro da praça, guardado por leões, foi feita em 1909. A bela obra é de autoria do escultor português Antonio Teixeira Lopes. A iniciativa para a construção deste monumento foi do historiador Alfredo Ferreira Rodrigues.

Também foi abrigada na Tamandaré, a herma de Carlos Gomes, no ano de 1914, mas anos mais tarde ocorreu sua transferência para a Praça Dr. Pio.

Desta forma, a Praça Tamandaré pouco a pouco crescia em importância na vida dos habitantes da cidade conforme a urbanidade ia chegando aqui, de maneira que;

Próxima ao centro, era um imenso parque iluminado e gradeado, muito bem arborizado e ajardinado, com passeios, monumentos, chafariz metálico, quiosques e um coreto onde se realizava retretas de bandas de música e comícios públicos. Um catavento captava água para os lago com pequenos barquinhos. O esquadrimento do antigo local e a construção de um parque organizado e limpo seguia o exemplo da Europa burguesa, que deveria ser seguido pela cidade em busca do progresso e inserido no ideal modernizador-higienizador-urbano pelo qual passavam os principais centros brasileiros. A cidade “modernizada” estimulava a família a usufruir do espaço público, circulando

em uma atmosfera saudável e forjando, assim, novas práticas urbanas adequadas aos “novos tempos”⁷²



Figura 36: Lago da Praça Tamandaré, século XX (cedida por particular).

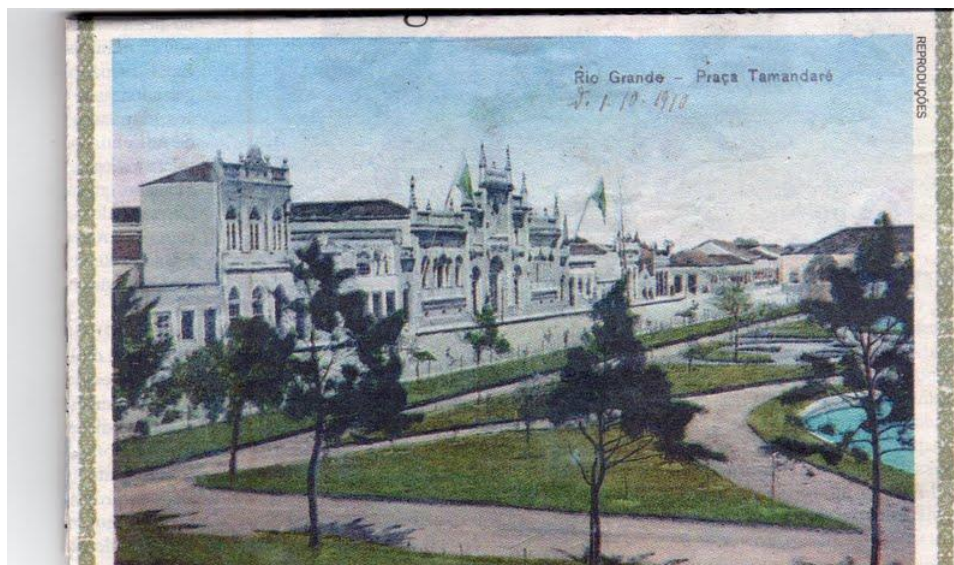


Figura 37: Praça Tamandaré, século XX (cedida por particular)

⁷² BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 82.



Figura 38: Monumento de Bento Gonçalves, início do século XX (cedida por particular).



Figura 39: Lago da Praça Tamandaré, século XX (cedida por particular)

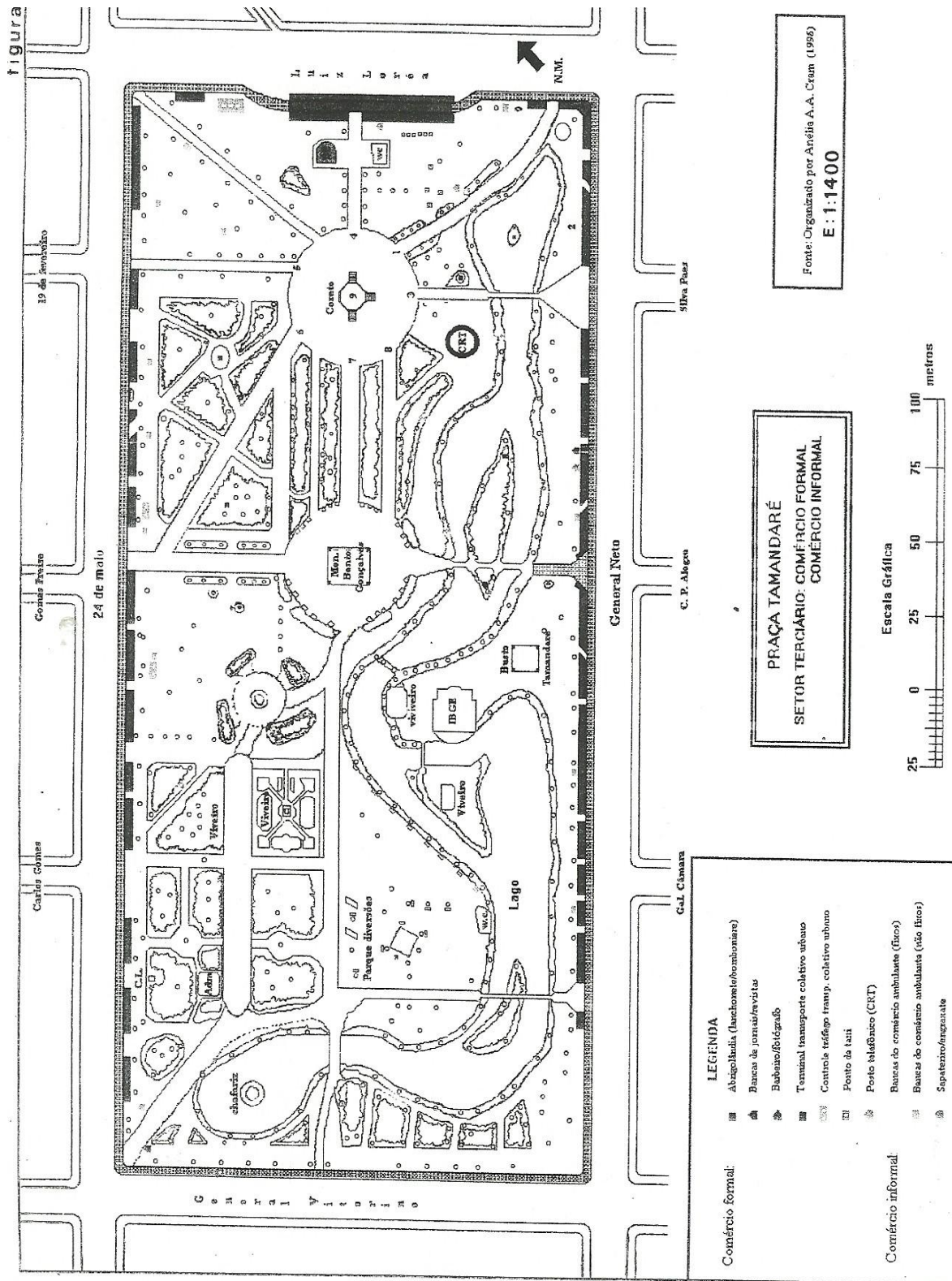
3.2.2. Atrativos da Praça Tamandaré

Como já mencionamos, a Praça Tamandaré é considerada a maior praça do interior do Estado. Por concentrar os pontos de ônibus que saem com destino a todos os bairros da cidade, diariamente milhares de pessoas passam por ali. Para aqueles que deixam a correria do dia-a-dia de lado e podem passar alguns minutos observando a Praça, podem perceber que ela reúne uma variedade muito grande de atrativos. A seguir, destacaremos seus principais pontos, exemplificando através das fotografias e fazendo as explicações necessárias.

Neste local, é possível encontrar uma variedade muito grande de estátuas e bustos de personalidades, que foram parar em praça pública como uma forma de serem sempre lembrados. Alguns ocupando local de extremo destaque e outros mais escondidos, apenas percebidos pelos observadores mais atentos.

A figura seguinte é uma planta da Praça Tamandaré com a localização de seus principais atrativos. Data de 1996, anteriormente a retirada do comércio informal dos *camelôs*, que ocupavam a volta da praça, tirando muito de seu charme e dificultando a circulação e acesso dentro da praça. Em nossa pesquisa, procuramos por uma planta atualizada, mas não encontramos. A mudança mais significativa foi a retirada das bancas de *camelôs*. Também foram incluídas algumas casinhas, todas no mesmo padrão, para o comércio de alguns produtos que já fazem parte da identidade do local. Mas trataremos deste assunto no próximo item deste capítulo⁷³.

⁷³ A planta da Praça Tamandaré foi extraída de: CRAM, Anélia Ana Alexandre. Praça Tamandaré: uma dicotomia espacial entre o lazer e a terceirização. Rio Grande, FURG, 1996. (monografia).



Mapa 7: Planta da Praça Tamandaré, 1996.

A Vênus no banho, representando a divindade romana, deusa do amor, está situada no interior do lago, na face da praça próxima a rua General Neto.



Figura 40: Vênus no Banho (autoria própria em abril de 2011).

Ainda pela mesma rua, mas nas proximidades com a General Vitorino, temos a figura de Napoleão Bonaparte, esculpido por Matheo Tonietti. Ele está na parte do lago que é ocupada pelos patos. A curiosidade sobre esta estátua, com data de 1900, é que antes de pertencer a ilha da praça Tamandaré, ela era propriedade de uma família que residia naqueles arredores, fazendo posteriormente doação para a colocação em praça pública⁷⁴.

⁷⁴ Os dados referentes aos monumentos e bustos localizados na Praça Tamandaré foram extraídos de: CRAM, Anélia Ana Alexandre. *Praça Tamandaré: uma dicotomia espacial entre o lazer e a terceirização*. Rio Grande, 1996. (monografia). p. 24 – 30, demais fontes terão sua devida identificação.



Figura 41: Estátua de Napoleão Bonaparte (autoria própria em junho de 2010).

O busto do Conde Guglielmo Marconi também possui um lugar de destaque, perto da ponte que dá acesso a rua Silva Paes. O inventor do telégrafo sem fio possui um busto feito em bronze e granito e foi doado pela colônia italiana em dezembro de 1938.



Figura 42: Busto do Conde Guglielmo Marconi (autoria própria abril de 2011).

O professor Luis França Pinto também tem sua imagem preservada, em homenagem aos serviços prestados na área da educação. Professor do Colégio Lemos Júnior, tem seu busto inaugurado em 1946, peça em bronze e granito doado por um grupo de ex-alunos. Sua localização, próxima a antiga sede do IBGE é obstruída pela vegetação de forma que só é possível enxergá-lo de perto.



Figura 43: Busto de Luiz França Pinto (autoria própria em junho de 2010).

Outra importante obra é a escultura de Jesus Cristo, do já falecido escultor Érico Gobbi. A obra está localizada no interior do lago, próximo a esquina na junção das ruas Luis Loréa e General Neto, mesmo local da Vênus no Banho. Em 1992 foi doada à Prefeitura Municipal do Rio Grande, e segundo relato do artista, foi esculpida em função de uma aparição que teve através de Nossa Senhora de Lourdes em 1976.



Figura 44: Jesus Cristo (autoria própria em junho de 2010).

Outro importante educador que recebeu não só um busto em sua homenagem, mas seu nome está na área do *play-ground* da Praça Tamandaré, é o Francês Irmão Isício (Octave Antoine Lhorme). Desenvolveu importante trabalho na escola marista São Francisco, dedicando muitos anos de sua vida na alfabetização e educação dos rio-grandinos. O parque infantil foi inaugurado em 1937 e o busto do irmão, em bronze e granito, foi inaugurado em 1964⁷⁵.

⁷⁵ Jornal Rio Grande, 22/02/1987, ano LXXIV, n.º 054, p. 1.



Figura 45: Irmão Isício (autoria própria em junho de 2010).

A figura de Almirante Tamandaré, não poderia deixar de ter um local de bastante destaque na praça que recebe seu nome desde a década de 60 do século XIX. Riograndino de nascimento, personagem épico das guerras do Rio da Prata e Paraguai. Em 1960, foi erguido um busto de bronze e granito para homenageá-lo que faz parte de um conjunto composto de uma âncora e um canhão. O monumento está localizado próximo ao terminal de ônibus da rua General Neto, com fácil acesso e visualização por todos que ali passam.



Figura 46: Almirante Tamandaré (autoria própria em junho de 2010)

Por ocasião do aniversário dos 250 anos da cidade do Rio Grande, em 1987 foi inaugurado o monumento a Deus, localizado próximo as parada de ônibus do início da Rua 24 de Maio, próximo ao ponto de táxi da rua General Vitorino.



Figura 47: Monumento as Leis de Deus (autoria própria em junho de 2010)

A imprensa também foi lembrada em mais uma bela obra do escultor Érico Gobbi. A imagem encontra-se no interior de um dos espaços destinados ao mini-zoológico.



Figura 48: Homenagem a Imprensa (autoria própria em junho de 2010).

Por último, temos o monumento que certamente é o mais visitado e fotografado por todos que visitam a Praça Tamandaré. Trata-se do monumento em homenagem ao General Farroupilha Bento Gonçalves. É o maior monumento da praça e ocupa também o lugar de mais destaque, em seu centro onde em épocas passadas, era o antigo chafariz de abastecimento de água.

O monumento construído todo em bronze e granito, que mede 10 metros de altura, foi esculpido por Teixeira Lopes e inaugurado em 1909. Além da imponência da obra erguida em praça pública, não podemos deixar de manifestar a grande contradição de sua localização, uma vez que durante a Revolução Farroupilha, nossa cidade manteve-se aliada ao Império, e décadas mais tarde, toda a comunidade rio-grandina não mediu esforços para arrecadar fundos para a sua construção. Independente das contradições históricas, e talvez sua localização seja uma forma de redenção pelo apoio prestado ao império e não ao General, este belo monumento encanta a todos até os dias de hoje.



Figura 49: Monumento de Bento Gonçalves visto de frente (autoria própria em junho de 2010).



Figura 50: Monumento de Bento Gonçalves visto de trás (autoria própria em junho de 2010).

Além dos monumentos, temos outros atrativos, como o lago da praça que no passado tinha a função de escoar as águas da chuva e no início do século XX, eram feitos Passeios Venezianos de barco. Hoje é habitado por vários patos, concentrados no lado sul da praça. Também temos o coreto, que era utilizado originalmente para apresentação de bandas de música e comícios municipais. A Torre de microondas de rádios também chama a atenção, por seu tamanho (62,5m). Passeando pelos caminhos no interior da praça Tamandaré, podemos observar as várias espécies de árvores, algumas centenárias. Dentre as principais: coqueiro real; jambo; salso-chorão; taquara do reino; oliveira; figueira; borracheira; álamo; plátano e outras mais.



Figura 51: Coreto (autoria própria em junho de 2010).



Figura 52: Lago esquina das ruas General Neto e General Vitorino (autoria própria em junho de 2010)



Figura 53: Torre de Microondas (autoria própria em junho de 2010)

Mas sem dúvida as principais atrações da praça e que reúnem vários admiradores e usuários diariamente, são o mini-zoológico e o parque infantil. O mini-zoológico foi inaugurado na década de 1940, por iniciativa do então prefeito, Roque Júnior. Já o parque infantil, é denominado “Recanto Infantil Irmão Isício”, foi inaugurado em 1964. Em seu interior, além dos brinquedos para a criançada, encontramos banheiros públicos e a “zorra” – carcaça de um bonde, do começo do século XX, que era utilizada no transporte de vagões que faziam o transporte da carne abatida de animais até os açougues da cidade.



Figura 54: Viveiros do mini-zoológico (autoria própria em junho de 2010).



Figura 55: Parque Infantil (autoria própria em junho de 2010).



Figura 56: Antiga “Zorra” usada para puxar os bondes (autoria própria em junho de 2010)

Outro ponto que podemos destacar na praça e que é muito procurado, principalmente por turistas, é a antiga sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua construção data de 1900 e já abrigou o Museu Oceanográfico até 1973 e a União Riograndina dos Estudantes (URES). A partir da década de 1990 foi cedida ao IBGE. Desde 2005, abriga a Casa do Artesanato, vendendo lembranças tradicionais de Rio Grande para os turistas que passam por aqui. O espaço também é dividido com a Associação dos Ex-Combatentes do Exército Brasileiro.



Figura 57: Casa do Artesanato (autoria própria em junho de 2010).

3.1.3. Qual é o papel social da Praça Tamandaré em Rio Grande?

Desde sua construção, a Praça Tamandaré ocupou importante função para os habitantes da cidade, primeiramente responsável pelo abastecimento de água e partir das décadas finais do século XIX, ganharia charme e vários freqüentadores que apreciavam suas belezas naturais.

Na década de 1940, já no século XX, a transferência da estação dos bondes para a Praça Tamandaré, fez com que o local tornasse-se o ponto de partida para os demais destinos da cidade. Abaixo temos algumas fotografias que mostram a construção da “abrigolândia”, como é conhecida até os dias de hoje.



Figura 58: Construção da Abrigolândia, final da década de 1930 (cedida por particular).

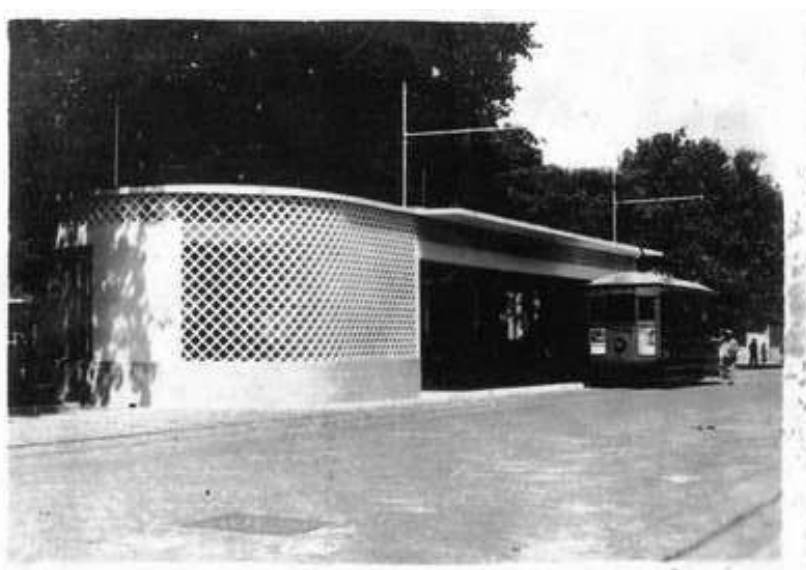


Figura 59: Abrigolândia concluída, década de 1940 (cedida por particular).

Com o crescimento urbano da cidade, a Praça Tamandaré ficaria encravada num dos centros comerciais rio-grandinos e se transformaria em verdadeiro terminal de transporte urbano (primeiramente bondes e depois ônibus). Na medida em que houve a substituição dos bondes elétricos que faziam o transporte público pelos ônibus, os terminais de partida continuaram sendo na Praça Tamandaré que, conforme a população aumentava e o desenvolvimento urbano ia se dando, cada vez mais contava com diferentes pontos de acesso aos bairros que foram surgindo, de forma que há paradas de ônibus não mais somente na Abrigolândia (rua Luiz Loréa), mas também na extensão da rua 24 de Maio e na rua General Neto. Ficando a rua General Vitorino, reservada para o ponto de táxi. Nota-se que o transporte urbano da cidade, fez com que o público fosse comprometido pelo uso privado, de forma que primeiramente a empresa de bondes elétricos e posteriormente o ônibus e táxis, utilizam aquele espaço para exercer suas atividades comerciais.

Desta forma, cada vez mais viria a ser ponto de passagem, de modo que suas “atrações”, como o mini-zôo, o coreto, os lagos, os cataventos, os brinquedos infantis, iriam se deteriorando, se esvaziando de conteúdo social e até desaparecendo, além da proliferação da própria violência, de modo que se passou a evitar seu interior durante a noite e chegou-se a cogitar, por diversas vezes o seu cercamento, o que lhe tiraria o fundamental caráter de espaço público.

Na década de oitenta, especialmente em meados dela, o estado em que a praça encontrava-se era deplorável. As notícias coletadas nos jornais da época denunciavam o abandono em que a Praça se encontrava. As reclamações eram constantes, e iam desde o péssimo estado de conservação das atrações como o minizoológico e principais monumentos, até a falta de iluminação, podridão do lago e ausência de iluminação, fazendo com que as pessoas se arriscassem à própria sorte se precisassem atravessar o interior da praça à noite, conforme podemos verificar:

2. O mini-zoológico da praça Tamandaré está ficando desprovido, restando, em realidade, apenas os macaquinhos para divertirem crianças e adultos com as suas proezas. Em matéria de aves sumiram as que poderiam aguçar a curiosidade, por raras e exóticas. Ficaram as caturritas e uma que outras das que atravessam qualquer estrada do município ou voam sobre as cabeças de toda a gente logo ali adiante. (**JORNAL RIO GRANDE, 19/04/1986 ANO LXXIII N.º 89 P. 3 – CORUJANDO**).

O passeio da praça Tamandaré está mais deplorável estado e quando chove é que se nota a infinidade de afundamentos em que a água empoça, e dificulta o trânsito. A situação não é muito diferente no calçadão da rua General Bacelar. (**JORNAL RIO GRANDE, 31/05/1986 ANO LXXIII N.º 123 P. 3 – CORUJANDO**).

3. O que falta de luminárias na praça Tamandaré não tem precedente. Sejam os postes aproveitados de antigos combustores de gás, sejam os novos que não passam de canos de plegada, inúmeros entre eles carecem das luminárias e, naturalmente, das lâmpadas. Assim, a iluminação da praça Tamandaré está cada vez pior, e o aspecto de abandono ressalta aos habitantes da cidade e certamente, mais ainda para os visitantes. Uma lástima! (**JORNAL RIO GRANDE, 06/06/1986 ANO LXXIII N.º 127 P. 3 – CORUJANDO**).

Após quase dois anos de total descaso, somente em 1988 que começam algumas reformas na Tamandaré. O pontapé inicial se deu pela limpeza do lago, que por várias vezes era adiada. O acúmulo de lodo, aliado às fezes dos animais que ocupam o seu interior, deixa um cheiro muito desagradável para aqueles que passam por ali. Já em março de 1988, tínhamos a notícia de que a praça passaria por reformas:

PRAÇA TAMANDARÉ PASSARÁ POR REFORMAS: a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos já adquiriu o material necessário para proceder as reformas na praça Tamandaré, cujas obras começarão ainda esta semana.

A parte da limpeza e consertos no leito e laterais de cimento do lado, a SMSU vai colocar nova tela ao redor do mesmo, objetivando não só proteger os animais que ali tem o seu habitat, como impedir que crianças venham indevidamente, a cair em seu interior. O secretário Volmer Lourenço disse que passarão por ampla reforma o mini-zoológico, o parque infantil e outros recantos da praça. Já foram adquiridas a tela, madeira, cimento e todo o material restante necessário àquela obra. (**JORNAL RIO GRANDE, 01/03/1988 ANO LXXV N.º 57 P. 1**)

Outro ponto que estava carente de reparos era o minizoológico da praça. Os animais eram mortos e roubados frequentemente, ou escapavam pelas grades que já estavam velhas ou até mesmo, não existiam mais em alguns pontos. Em fevereiro de 1988, o Jornal Agora publicou praticamente um dossiê, com várias páginas de sua edição n.º 3694 de 21/02/1988, relatando a precária situação em que se encontravam os animais.



Figura 60: Jornal Agora, n.º 3694 de 21/02/1988, p.3.



Figura 61: Jornal Agora, n.º 3769 de 21/05/1988, p.3

Dentre as principais funções sócias da Tamandaré, não podemos deixar de falar da questão política. Seu coreto, que desde a inauguração foi utilizado como palanque, também foi palco de calorosas manifestações políticas na década de 1980, em pleno movimento de diretas já, recebendo importantes figuras do cenário político brasileiro. Diante de seu importante significado social e político, em 1990 também passou por um processo de restauração, recebendo sistema de iluminação, de forma que seria possível fazer uso daquele espaço também à noite.

Após muita insistência por parte da população e dos meios de comunicação, que não se cansavam em denunciar o cenário de abandono da Tamandaré, é que a municipalidade, tomou algumas providências para começar a recuperar a praça e devolvê-la para a sociedade. Também no começo da década de 1990, o minizoológico passou por uma série de reformas, possibilitando a manutenção dos animais que ali estavam. Pois do jeito que ia, os que não morressem por falta de cuidados, morreriam pelos vândalos que agiam durante a noite matando vários animais.

Mas assim como o transporte urbano de certa forma “apropriou-se” um pouco daquele espaço público, durante praticamente toda a década de 1990, a praça conviveu com a presença do comércio informal, com a instalação de várias bancas com os “camelôs”, vendedores ambulantes que se apropriaram das calçadas da praça e comercializam seus produtos por ali. A presença desse comércio informal, enfeiava muito a praça e também contribuía para que as pessoas utilizassem aquele local somente como ponto de passagem, já que seu interior ficava bem perigoso, com a praça repleta de bancas e lonas.



Foto 10: Vendedores ambulantes fixos - camelôs

Figura 62: *Camelôs*, meados da década de 1990 (EXTRAÍDO DE: CRAM, Anélia Ana Alexandre. Praça Tamandaré: uma dicotomia espacial entre o lazer e a terceirização. Rio Grande, FURG, 1996. (monografia). P. 92).

As reclamações eram constantes. As banquinhas de vendedores ambulantes que começaram a surgir no fim da década de 1980, insistiam em ficar na praça, dificultando a circulação em seu interior:

3. A praça Tamandaré está se encaminhando para aparecer diante de todos com um mercado persa, pela proliferação de tendinhas com mercadorias, que a Prefeitura tem deferido nos últimos tempos. Já está ficando estreito o caminho em direção a ponte sobre o lago diante da avenida Silva Paes, de tantos expositores de mercadorias que ali se instalaram. **(JORNAL RIO GRANDE, 14/06/1988 ANO LXXV N.º 128 P. 3 – CORUJANDO)**

Mesmo com todas as reclamações, o jogo de empurra-empurra entre os políticos locais, fez com que durante mais de uma década a situação se perpetuasse até que em 2000, por iniciativa da Prefeitura Municipal, foi construído um centro de comércio informal na rua Val Porto, e finalmente os ambulantes foram removidos da Praça Tamandaré, ainda que sob protestos, pois temiam não faturar o mesmo que faturavam na praça, já que era um local de grande circulação

diária, tendo assim o local sido devolvido à comunidade e sua beleza novamente exposta para todos que por ali circulam.

Atualmente, apenas algumas pessoas tem licença para comercializarem produtos na Tamandaré. Ficaram por ali as bancas de ervas de chá, uma de propriedade de Lorena da Rosa, que há 15 anos vende várias ervas e outra de Dória Adriana Machado. Ambas já fazem parte do cenário da praça, sendo inclusive ponto de referência. Pois a Praça Tamandaré abriga alguns personagens conhecidos. Esses são dois exemplos. Mas para continuarem a trabalhar no mesmo local, foi preciso a remodelagem da antiga banca que tinham, passando a ocupar casinhas padronizadas pela administração municipal.



Figura 63: Banca de ervas de chá, localizada na esquina das ruas Luis Loréa e General Neto (autoria própria em junho de 2010).

Além do comércio das ervas de chás, as pessoas que trabalham com lanches, ao todo doze trailers, também tiveram que padronizar suas carrocinhas. Em conversa informal com uma das comerciantes que há 18 anos trabalha na Tamandaré, ela disse que a prefeitura prometeu o fornecimento de água e luz elétrica para eles, mas nunca cumpriu tais promessas.

Outra figura quase que folclórica da Tamandaré, é o senhor Adão Fernando dos Santos, que trabalha no mesmo local como engraxate há 50 anos. Sua casinha está localizada próximo à Abrigolândia. Seu Adão diz que nos últimos anos, diminuiu muito o seu serviço, chegando a atender apenas um “freguês”, como se refere, por dia no verão. Mas que mesmo assim, não deixará de abrir a sua casinha até quando puder. Essa diminuição na procura pelo serviço se deu porque muitos deixaram de usar esse tipo atividade e também porque muitos de seus clientes já faleceram. Enquanto eu conversava com ele, dois amigos seus estavam presentes e me confessaram que todos os dias eles vão ali para conversar, pegar o jornal na banca, ver outros conhecidos e saber das novidades. Um deles vem todos os dias a pé do bairro Getúlio Vargas e tem isso como um ritual.



Figura 64: “Seu Adão” - O Engraxate e seus fiéis amigos (autoria própria em junho de 2010)

Outro passatempo que não deixou de existir com o passar dos anos, é o jogo de xadrez e damas. Na foto a cima, podemos perceber as pessoas jogando nas mesinhas que ficam na praça. Na década de oitenta, muitos campeonatos de

xadrez eram realizados na Tamandaré, desde a inauguração das mesas, conforme notícia que segue:

DAMAS E XADREZ EM PRAÇA PÚBLICA: Como foi noticiado, a Petrobras brindou a cidade com tabuleiros de damas e xadrez instalados na praça Tamandaré e para utilização do público numa campanha de incentivo aos esportes mentais, que tantos aficionados contam entre nós. Pois no próximo dia 14, sábado, teremos uma grande apresentação também patrocinada pela empresa estatal de petróleo nacional, que trará tabuleiros móveis e as respectivas peças a fim de que, em praça pública, tenhamos uma simultânea do xadrez com o campeão sul-americano J. Trois. **(JORNAL RIO GRANDE, 08/05/1988 ANO LXXV N.º 103 P. 8).**

Também temos outras importantes atividades comerciais que resistem ao tempo na praça Tamandaré, como o salão de barbeiro. Hoje o proprietário Freitas, disse que já havia trabalhado ali por doze anos e resolveu levar seu comércio para outro local, mas arrependeu-se e agora já está de volta há também doze anos. Entre seus clientes estão pessoas que descem dos pontos de ônibus. Seus clientes só deixam de ir quando morrem e muitos dos atuais, eram filhos e filhas dessas pessoas que já faleceram. Encontramos ainda a banca de jornal e um fotógrafo que também presta o serviço de fotocópias. A boa localização e a intensa movimentação fez com que esses comerciantes não deixassem mais o lugar.

Do ponto de vista social, hoje a praça é frequentada por grupos distintos durante as diferentes etapas do dia. Temos os frequentadores assíduos, que vão conversar com os amigos e jogar damas. Normalmente idosos que cultivam velhos hábitos.

Também dentre os frequentadores diários, temos a “gurizada” dos colégios, que principalmente durante à tarde, tomam conta dos bancos próximos ao monumento de Bento Gonçalves. Em conversa com os guardas da praça, eles disseram que o pessoal das escolas são os maiores responsáveis por atos de

vandalismo. Na maioria das vezes, a pichação dos próprios bancos que ocupam diariamente.

De um modo geral, existem poucos assaltos e problemas na Tamandaré, já que a Prefeitura mantém a Guarda Municipal diariamente, em todos os turnos. Ao todo são quatro guardas, que durante à noite se revezam em grupos de dois. Alguns problemas ocorrem quando uma das duplas precisa fazer a ronda da Praça Xavier Ferreira, reduzindo o efetivo no local.

À noite, existem dois grupos distintos de ocupantes da praça. Os moradores de rua, que dormem próximos às taquaras da praça. No passado, alguns já causaram problemas aos comerciantes, mas hoje a relação está melhor, pois os comerciantes sempre dão alguma ajuda financeira para eles, e assim, evitam a depredação de seu patrimônio. Enquanto eu fazia a tomada de fotos das praças, encontrei um morador de rua na Xavier Ferreira e posteriormente na Tamandaré. Ele me disse que há dez anos mora na rua, e escolheu as praças da cidade para passar a noite. Curiosamente, as três praças que são objeto de estudo deste trabalho, de forma que ele passa algumas noites em uma e depois escolhe outra e assim passa seus dias. Sua principal fonte de sustento são as latinhas que junta nesses locais, que sem saber, acaba prestando uma função social, evitando a sujeira nas praças e, também alguns trocados que ganha das pessoas que passam por ali.

O outro grupo que frequenta a praça a noite, é o grupo dos travestis e michês. Ocupam o entorno do monumento de Bento Gonçalves e a face sul da praça, próximo ao ponto de táxi. No geral, não causam problemas, apenas brigas entre eles mesmos. Praticam a prostituição e tem a praça como ponto de encontro com clientes que vão até ali para buscá-los.

Além dos grupos distintos de frequentadores, ainda nos dias atuais muitas pessoas levam seus filhos na praça para brincarem no parque infantil, que

encontra-se em ótimo estado de conservação, e também para verem os animais do zoológico. Por sinal, o zôo encontra-se bem cuidado, com as grades em bom estado de conservação, limpo e os animais alimentados. Recebem comida pela manhã e à tarde, perto das 17h. Um fato curioso ocorreu durante uma de minhas visitas no local. Enquanto o tratador distribuía comida aos animais, uma senhora de uma empresa terceirizada que faz a limpeza dos banheiros, se aproximou da grade com uma caixa de sapato com a tampa cheia de furos e a entregou a ele. Quando eu perguntei do que se tratava, os dois desconversaram. Pelo que pude perceber, parecia que a senhora estava levando um porquinho da índia para casa!

Nos viveiros encontramos porquinhos da índia; coelhos; aves e macacos. No dia anterior a uma visita noturna que fiz esse ano no local, tive a notícia triste de que 18 coelhos haviam sido mortos. Alguém colocou um cão dentro do viveiro e o animal matou todos os coelhos, esse fato foi inclusive confirmado e divulgado pela mídia televisiva local. Parece que esta prática, infelizmente, também se perpetuou com o passar das últimas décadas.

Se por um lado temos a Praça Xavier Ferreira como ponto de referência para as comemorações cívicas, a Praça Tamandaré é utilizada para as manifestações das tradições Farroupilhas e durante esta semana em setembro, muitas atividades em homenagem à cultura gaúcha ocorrem. Temos um Centro de Tradições Gaúchas (CTG) dentro da praça, em frente claro, ao General Bento Gonçalves, funcionando junto a casa ocupada pelos guardas municipais.

Em nossa pesquisa sobre este local, podemos perceber que sua localização, perto dos principais comércios da cidade, influenciou de maneira significativa o aproveitamento e ocupação de seu espaço. Algumas tradições foram mantidas, outras perdidas e novos usuários apareceram com o passar dos anos, trazendo com eles também o reflexo das mudanças nos valores sociais e culturais que atravessamos.

3.3. Da historicidade à marginalidade: Praça Sete de Setembro

A Praça Sete de Setembro está localizada na área central da cidade, delimitada pelas ruas República do Líbano ao norte, Silva Paes ao sul, Andrade Neves a leste e Sete de Setembro a oeste. Seu primitivo nome foi Largo do Forte, para depois chamar-se Praça do Poço, tendo em vista importante fonte de água ali localizada, vindo a adquirir sua atual denominação, em homenagem à data da independência nacional, em 1858, a partir de quando passaria por vários projetos de melhorias, vindo a ser nela erigido o monumento ao diplomata Barão do Rio Branco. Saint-Hilaire assim a descreveu:

Nas duas ruas principais há lagedos em frente às casas, não sendo nenhuma delas calçadas. Os pés da gente afundam-se na areia dificultando o caminhar. A entrada da cidade existe uma pequena fortificação, construída há cerca de 25 anos e que se acha tão mal localizada que parece ser destinada somente ao ataque da cidade. Junto desse forte existe uma praça quadrangular, cercada de velhas casas separadas umas das outras, no centro da qual há um grande tanque de pedra que fornecesse boa água⁷⁶.



Figura 65: Imagem da Praça Sete de Setembro e entorno (Google Earth®)

⁷⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1974. P. 64

O entorno da Praça Sete de Setembro é pouco denso. Temos alguns casarões antigos e a Igreja da Conceição na face da rua Andrade Neves. Neste lado também observamos a presença de alguns comércios. Na face delimitada pela rua República do Líbano, apenas residências. Pelo lado da rua Sete de Setembro, temos residências, alguns comércios e uma quadra de *Paddle*, que garante o movimento de pessoas até umas 22:00h. Na face voltada para a rua Silva Paes, temos o Instituto de Educação Juvenal Miller. E com certeza o maior fluxo de pessoas que passam pela Sete de Setembro, se desloca pela Silva Paes, pois é a rua de mais movimento no seu entorno, dando mais segurança para aqueles que vão em direção ao centro da cidade, sendo as outras ruas evitadas, mesmo durante o dia. Há uma predominância de moradias em seu entorno.

3.3.1. Origens

A Praça Sete de Setembro está localizada numa das áreas mais antigas da cidade do Rio Grande, e encontra-se nas suas proximidades que foi erguido o ponto original da povoação rio-grandina. Durante muito tempo acreditou-se que o Forte que José da Silva Paes construiu na sua chegada ao Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1737, foi em terreno hoje fazendo parte desta Praça, mas em estudos posteriores e escavações arqueológicas, foi possível verificar que não era no local da Praça Sete de Setembro a localização desta construção.

Seu primeiro nome foi Largo do Forte. Passando posteriormente por várias nomenclaturas. Praça ou Largo do Poço, em razão da existência de um grande poço que abastecia os moradores daquela região. Praça da Conceição foi outra denominação que teve, já que em sua face leste encontra-se a Igreja da Conceição desde dezembro de 1874. Somente no ano de 1858, através de uma Resolução da Câmara é que passa a ser chamada de Praça Sete de Setembro, data da Independência do Brasil. O espaço hoje ocupado pela praça foi considerado o primeiro local de ocupação da cidade do Rio Grande.

A necessidade de transformar aquele lugar em uma praça era fruto de um processo que estava instaurado em todo o Estado naquela época, com a construção de espaços públicos que possibilitassem a prática de lazer e esportes. Seu público alvo era a burguesia que desfilava por ali mostrando todo o seu poderio econômico.

A partir de 1854, uma série de medidas foi adotada para que a praça fosse arborizada. Vários álamos e figueiras foram plantados ao seu redor, mas não se desenvolveram. Assim quatro anos depois foram plantados umbus. Com a finalidade de facilitar a retirada de água do local, no ano de 1873, a Companhia Hidráulica mandou colocar na praça o seu primeiro chafariz artístico, trazido da Inglaterra, sendo feito o aterramento do poço.

Os relatos de 1883 apontam que apenas a face norte da praça era provida de calçada e aludem a “verdadeiros charcos”. Visando resolver o problema, os senhores José Xambet e Sebastião Iriart apresentam um projeto a Câmara no ano de 1884, para que fosse feito o aterro do terreno, bem como calçamento e arborização. A partir de 1887, uma Comissão foi formada com o intuito de angariar donativos visando ajardinamento da Praça Sete. O piso conhecido como “lisboeta”, que circunda a Praça, foi feito em 1925.

PRAÇAS E JARDIM MUNICIPAL: Os postes da cerca da praça 7 de Setembro já necessitam ser substituídos, e pegar-se o arame que falta. Esta praça merece ser ajardinada e cuidada por outra forma, e se disso não curamos dentro deste quadriênio, foi por que de preferência empregamos os rendimentos da Câmara em serviços de calçamento que são sem dúvida de maior utilidade.**(Relatórios da Câmara Municipal, data 1880).**

PRAÇAS E JARDINS: As diversas mudas de arvoredo vindas de Montevideú, foram plantadas nas praças General João Telles, 7 de Setembro, Marques do Herval e Tamandaré. Apesar de ter sido resguardado por um gradil de madeira e convenientemente cuidado, só vingou o arvoredo plantado nas duas primeiras praças.**(Relatórios da Câmara Municipal, data 07/01/1887).**

PRAÇAS E JARDINS: Cuidadosamente tratados com solicitude carinhosa pelo respectivo administrador, Sr.

Adolpho Madruga, constitui cada um dos parque e jardins apreciável local de recreio, o que se verifica pelo crescente aumento da freqüência diária. Transformada a praça Sete de Setembro em um jardim, será ela, no próximo aniversário da independência Pátria, franqueada a visitação pública. Cabe-me agradecer aos srs. Coronel Crescentino Batista de Carvalho, Visconde Porto da Rocha, comendador J. A. da Silva Guimarães e Manoel José Funchal, a dádiva de aterro e cascalho para o levantamento das ruas das praças Tamandaré e Sete de Setembro, concorrendo por esse meio para o mais rápido prosseguimento do necessário aterro, afim de evitar as condições desfavoráveis em que ficavam esses logradouros nos dias invernosos. **(Relatórios da Câmara Municipal, data 1907).**

O monumento do Barão do Rio Branco foi inaugurado em 10 de fevereiro de 1925. Foi iniciativa de uma Comissão de Conselheiros desta cidade. A parte em bronze foi feita em Porto Alegre, pela firma H. Brachsler & Filhos, e o pedestal, de pedra, pelos senhores Cardorio & de Angeli. Foi colocado no local que era ocupado pelo chafariz Inglês (este hoje encontra-se na Praça Dante Alighieri, na cidade de Caxias do Sul).



Figura 66: monumento Barão do Rio Branco, início do século XX (cedida por particular).

Na praça eram realizados concertos musicais e por várias vezes esta recebeu os circos que se instalavam na cidade. Além disso, era um espaço que servia para o desenvolvimento do esporte local, já que existiu ali um velódromo, palco de várias competições entre os ciclistas locais e de outras cidades.

Segundo Mentz Ribeiro⁷⁷, a Praça 7 de Setembro passou por, no mínimo, três modificações, sendo a última na década de 1970, na administração do então prefeito Cid Scarone Vieira, quando foi erigido um monumento em memória ao Forte. Já sobre o conflito em relação ao local de origem do Forte Jesus, Maria, José, o mesmo pesquisador disse que:

Os debates historiográficos indicavam a localização do Forte Jesus, Maria, José na atual Praça 7 de Setembro. Mediante ampla escavação e análise do material, concluímos que, no local pesquisado, não se encontra o forte. Contudo, foi localizado um piso do século XVIII e, junto dele, um poço. Pressupõe-se que a população do período abastecia-se na cacimba, bem como os ocupantes do Forte Jesus, Maria, José, que está, provavelmente, nas proximidades. As informações históricas datam a destruição do forte entre os anos de 1826 e 1829, transformando-o em aterro para as ruas do Porto Velho. As evidências que indicam sua proximidade são a relativa grande quantidade de projéteis esféricos de chumbo, pedras de pederneira, moedas do século XVIII e uma baioneta⁷⁸.

⁷⁷ RIBEIRO, Pedro Mentz; PESTANA, Marlon Borges. Escavações arqueológicas na Praça 7 de Setembro e arredores – Rio Grande, RS, Brasil. *IN: Revista Biblos*, v. 20, Rio Grande: FURG, 2006.p. 30.

⁷⁸ RIBEIRO, Pedro Mentz; PESTANA, Marlon Borges. Escavações arqueológicas na Praça 7 de Setembro e arredores – Rio Grande, RS, Brasil. *IN: Revista Biblos*, v. 20, Rio Grande: FURG, 2006.p.30.

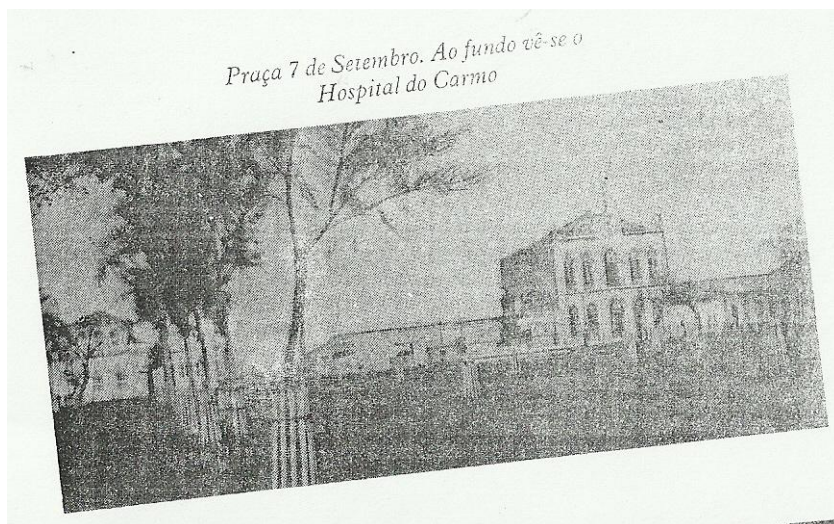


Figura 67: Construção da praça Sete de Setembro (jornal Agora, edição comemorativa aos 250 anos da cidade, 19/02/1987, p. 18).

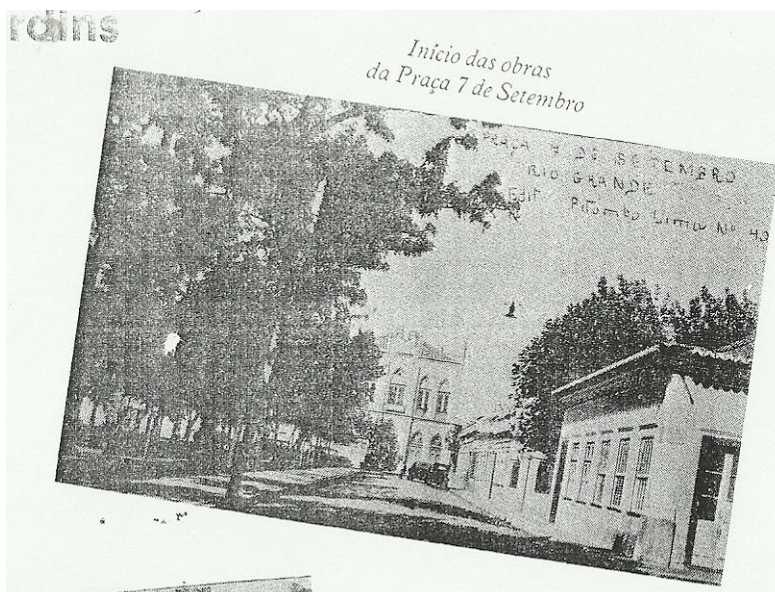


Figura 68: Construção da praça Sete de Setembro (Jornal Agora, edição comemorativa dos 250 anos da cidade, 19/02/1987, p. 18).

3.3.2. Atrativos da Praça Sete de Setembro

A Praça Sete de Setembro é a menor das praças com que trabalhamos e conseqüentemente, suas atrações também não são muitas. Mas embora com poucos atrativos, também é um local visitado por turistas e possui frequentadores

diários. Dentre esses, com certeza os jovens e crianças são sua maioria, já que a praça conta com um parque infantil e uma quadra de futebol.



Figura 69: Parque Infantil (autoria própria em junho de 2010).



Figura 70: parque infantil (autoria própria em junho de 2010).



Figura 71: Parque infantil (autoria própria em junho de 2010).



Figura 72: Quadra de Futebol (autoria própria em junho de 2010).

Além desses atrativos para o público infantil e jovem, também possui algumas árvores que servem à população que reside em seu entorno como sombra para o descanso no verão. Muitas delas já são bem antigas e estão podadas, evitando assim, que alguém possa se machucar em uma eventual queda.



Figura 73: Praça Sete de Setembro, junção das ruas Andrade Neves e República do Líbano (autoria própria em junho de 2010).

Além desses atrativos, podemos encontrar nesta praça, alguns bustos e monumentos que representam entidades ou personalidades. A face voltada para a Igreja da Conceição, foi escolhida para receber a Cruz que homenageia os 2000 anos do nascimento de Jesus Cristo (na época de sua fixação) e os 500 anos de evangelização do Brasil, inaugurada em 1999.



Figura 74: Cruz em homenagem aos 500 anos de evangelização do Brasil (autoria própria em junho de 2010)

A Sete de Setembro também foi o local escolhido para homenagear um importante político da cidade, o ex-deputado estadual Carlos Santos, que no ano de 2008 ganhou um busto também na face da praça voltada para a rua Andrade Neves. Carlos Santos foi o primeiro deputado negro eleito no Rio Grande do Sul, no ano de 1935 e dentre suas lutas naquela casa, estavam as questões ligadas à igualdade racial.



Figura 75: Busto em homenagem ao ex-deputado Carlos Santos (autoria própria em junho de 2010).

Outros dois monumentos que estão colocados na Sete de Setembro são a Pedra simbólica que remonta a fundação e ocupação da cidade, e o monumento de maior destaque na Praça, que é o Barão do Rio Branco, mais importante diplomata do Brasil. Embora os dois representem grandes acontecimentos de nossa história, encontram-se em péssimo estado de conservação, de forma que as inscrições da Pedra de Fundação não estão mais legíveis e o Barão do Rio Branco, monumento construído em bronze e que para a sua construção foi necessário que a comunidade participasse com donativos para que a obra fosse feita, hoje está com muitos rabiscos e pinturas feitas por vândalos.



Figura 76: Pedra de fundação da cidade (autoria própria em junho de 2010).



Figura 77: Monumento do Barão do Rio Branco (autoria própria em junho de 2010).

3.3.3. Qual é o papel social da Praça Sete de Setembro em Rio Grande?

A Praça Sete de Setembro tem sua localização numa área significativamente “marginalizada” no contexto do centro histórico rio-grandino, ainda que tenham havido algumas tentativas de revitalizá-la, notadamente como espaço para a recreação infantil, estas foram pouco frutíferas, proliferando-se ali um local de forte ocorrência de uso de drogas, prostituição e violência, sendo bastante evitado, principalmente à noite.

Durante as décadas finais do século XX, esta praça foi a que mais “sofreu” com as ações danosas de seus usuários. Embora existam poucas fontes relatando sua história, tenho em minha memória muitos aspectos bem vivos, visto que além de ter residido em suas proximidades, fiz a Primeira Comunhão na Igreja da Conceição e estudei até o ano de 1996 no Instituto de Educação Juvenal Miller, vivenciando diariamente as transformações deste local.

Durante a década de 80 e 90, havia uma “casa de tolerância” em frente à Praça Sete de Setembro, pelo lado da rua que leva o mesmo nome. A presença daquelas senhoras por si só, já deixava o ambiente da praça mal visto. No início do século XXI, as senhoras deixaram aquele local indo se estabelecer em uma casa próxima à sua antiga residência. O atendimento aos clientes funcionava o dia inteiro, e quando não estavam com eles, ficavam na beira da calçada. Além disso, a proximidade com as principais casas de prostituição da cidade, que neste período localizavam-se às quadras finais da Rua Silva Paes, fazia com que à noite garotas de programa e homossexuais usassem seu entorno como “ponto” para captar clientes.

Ao longo da nossa pesquisa, praticamente a totalidade das notícias que saíam eram para retratar o estado péssimo de conservação em que o local se encontrava. Não havia um aspecto positivo no local. Os brinquedos das crianças eram destruídos; o capim crescia muito e demorava a ser cortado; as lâmpadas

quase sempre estavam ou queimadas ou quebradas e sua troca, demorava às vezes um ano para ser feita, conforme este relato:

2. Em meio à escuridão reinante na cidade, há ainda quem conta o tempo de permanência de lâmpadas defeituosas. A respeito estamos com o depoimento de um feitor que afirma fazer um ano que duas lâmpadas não acendem, embora estejam no seu lugar. E indica a sua localização: rua República do Líbano, de frente a Praça Sete de Setembro. (**Jornal Rio Grande, 25/04/1990 Ano LXXVII N.º 93 p.3 – Corujando**).

De tempos em tempos, a Prefeitura encaminhava alguns funcionários para fazer algum tipo de reparo no local, mas a demora era tanta, que quando voltavam, estava tudo destruído e o último reparo feito, precisava novamente de conserto.

A violência também era muito grande por ali, e mesmo durante o dia em horários de menos movimento, quando o comércio local não ficava aberto ao meio dia, era arriscado passar por ali, pois muitos meninos de rua rondavam a praça em busca de mais uma vítima para furtar seus pertences. Por vezes, essas ações não ficavam limitadas apenas a pequenos furtos, como no caso desta tentativa de homicídio:

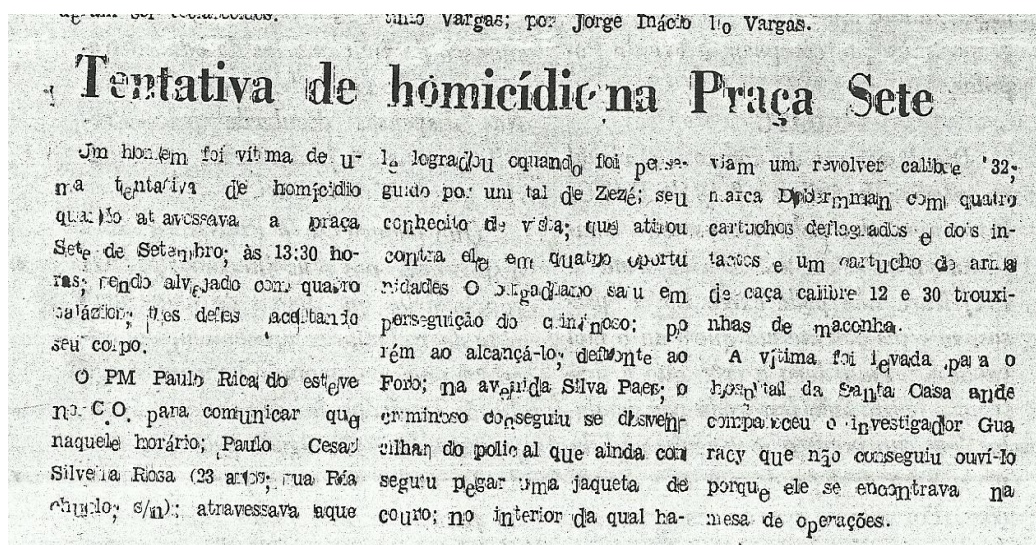


Figura 78: Jornal Rio Grande, 04/03/1989, Ano LXXVI, N.º 062, P. 6.

Embora em sua origem, algumas manifestações cívicas aconteciam ali, muito raramente este fato se repetiu nos dias mais atuais. Temos notícias de dois momentos em que a praça foi lembrada para este propósito: uma homenagem a Rio Branco, feita no dia do Diplomata (20 de abril) e outra ocasião pela comemoração da Semana Farroupilha, com o acendimento do Fogo Simbólico por grupos escoteiros da cidade, junto a Pedra que representa a fundação da cidade.

Homenagem a Rio Branco e Tiradentes: O dia da Diplomacia brasileira – 20 de abril – será comemorado nesta cidade, onde se ergue o maior monumento ao seu Patrono, o Barão do Rio Branco, por iniciativa da Liga da Defesa Nacional. Na segunda-feira, pela manhã, o diretor presidente da Diretoria local da entidade, Olavo de Albuquerque, fará uma oferenda floral ao pé do monumento erguido na praça Sete de Setembro. (**Jornal Rio Grande, 17/04/1987 Ano LXXIV N.º 091 p. 1).**



Figura 79: Jornal Rio Grande, 26/04/1988, ano LXXV, n.º 094, p.1.

Além dos grupos “marginais” que freqüentavam a praça, algumas atividades da escola Juvenal Miller eram executadas ali. Tive a oportunidade de participar de

uma aula de História ao ar livre e vez por outra, alguns professores levavam os alunos para discutirem as aulas do curso de magistério no local e também algumas práticas de Educação Física.

O parque infantil e a quadra de futebol sempre foram bem requisitados, mesmo na época em que a casa de prostituição em frente a praça, onde algumas crianças eram levadas por seus pais e outras brincavam sozinhas.

No início dos anos 90, a praça também foi beneficiada por obras e melhorias, recebendo pintura nos bancos, recuperação dos brinquedos, corte de grama e poda das árvores e limpeza do monumento do Barão do rio Branco. Sua rede hidráulica também foi recuperada, já que por falta de manutenção, os canos que ali existiam não funcionavam mais, impossibilitando a irrigação das flores e árvores que ali estavam.



Figura 80: Jornal Agora 05-06/10/1991, ano XVII n.º 4687, p. 1.

Pode-se dizer que até o início dos anos 2000, as manutenções feitas na praça foram paliativas, de forma que a praça nunca esteve totalmente revitalizada

e com um aspecto apresentável para as pessoas que a frequentavam ou a visitavam.

No ano de 2001, pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande fizeram escavações no local, com a finalidade de descobrir vestígios do Forte Jesus, Maria, José:

Uma pedra. Isso foi tudo o que restou do forte Jesus, Maria, José, primeira edificação do Município do Rio Grande, situada onde hoje existe a Praça Sete de Setembro. A expectativa é que, com a restauração da Igreja da Conceição, alguns indícios das fundações do prédio possam ser encontrados pela equipe de arqueólogos. Por enquanto, seria bom se a pedra derradeira fosse, também, recuperada, porque já não é mais possível ler o que nela está gravado. O monumento demonstra o esquecimento. Do princípio da cidade mais antiga do Estado só resta uma pedra, e sem descrição. **(JORNAL AGORA 17 E 18/02/2001 ANO XXVI N.º 7061, P. 5).**

Esta atividade movimentou a vida das pessoas que residem perto da praça e também de seus frequentadores, principalmente a garotada que utiliza a quadra de futebol, visto que as escavações ocorriam lá. No início, as crianças ficaram revoltadas por seu único divertimento estava impossibilitado de ser executada, mas depois, acabaram envolvidos com a pesquisa, e todos os dias iam para o local das escavações para ajudar a procurar por objetos que pudessem dar as coordenadas da localização da fortificação. Esse trabalho de envolver a comunidade com o objeto de estudo foi muito bem passado pelo professor Pedro Mentz Ribeiro, uma pessoa muito carismática e querida por seus conhecidos, de forma que com sua simpatia conseguiu converter uma situação que a princípio era conflituosa, em uma harmoniosa convivência:

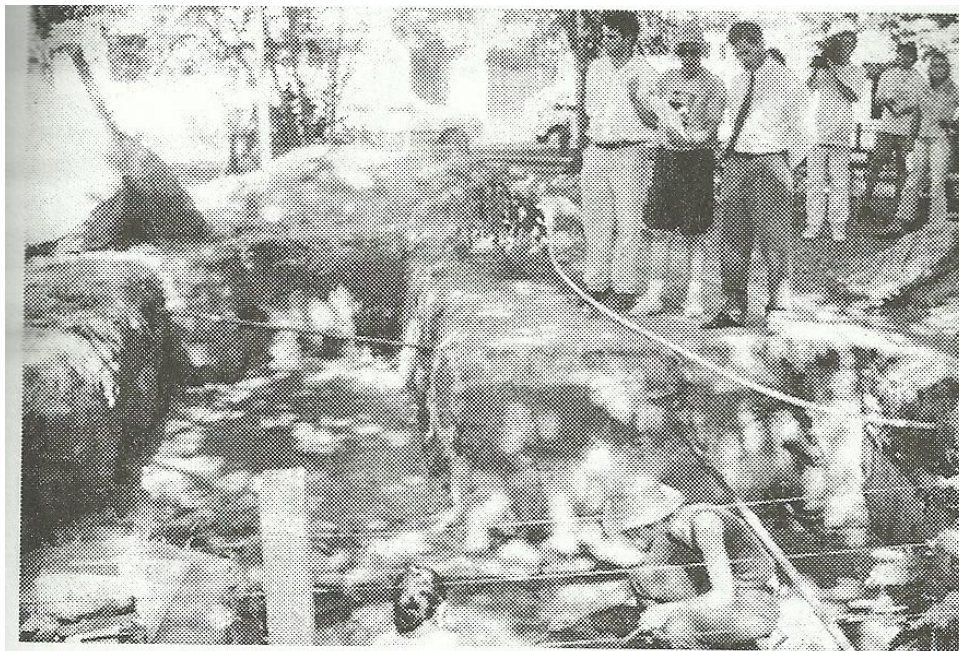


Figura 81: Escavações arqueológicas na Praça Sete de Setembro (extraída de: RIBEIRO, Pedro Mentz; PESTANA, Marlon Borges. Escavações arqueológicas na Praça 7 de Setembro e arredores – Rio Grande, RS, Brasil. In: *Revista Biblos*, v. 20, Rio Grande: FURG, 2006.P. 35).



Figura 82: Escavações arqueológicas na Praça Sete de Setembro (extraída de: RIBEIRO, Pedro Mentz; PESTANA, Marlon Borges. Escavações arqueológicas na Praça 7 de Setembro e arredores – Rio Grande, RS, Brasil. In: *Revista Biblos*, v. 20, Rio Grande: FURG, 2006.P. 35).

A partir desse momento, a Prefeitura Municipal dedicou mais atenção à Praça Sete de Setembro, e hoje ela encontra-se praticamente em um bom estado de conservação. No ano de 2010, passou por uma boa reforma. As proteções dos canteiros foram trocadas, os brinquedos recuperados. As árvores foram podadas. Apenas o campinho de futebol, como é chamado pela garotada que joga lá, é que está sem a grade de proteção que impedia a saída da bola, fazendo com que a criança tenha que ir pegá-la no meio da rua ou no interior da praça. Os monumentos também estão relativamente preservados. Apenas o Barão do Rio Branco continua com algumas inscrições que não foram apagadas e a pedra de fundação que não teve uma nova placa colocada, sendo praticamente impossível ler o que nela está escrito.

Apesar de nunca ter tido um guarda municipal que ficasse no local durante a noite, pois segundo o relato de um senhor que faz a limpeza, quando perguntei sobre a presença de guarda, ele riu e disse “aqui é tão perigoso que nem o guarda quer ficar”. Infelizmente continua sendo um local evitado durante a noite. Até mesmo a antiga banca de jornais e revistas hoje encontra-se fechada, em razão dos inúmeros assaltos sofridos durante a madrugada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho, constatamos que mesmo nos dias atuais, com todas as transformações sofridas pela sociedade, as praças como espaços públicos de uso coletivo são fundamentais para a experiência social e o desenvolvimento urbano. E como visto nos estudos de caso em Rio Grande, as praças assumem formas e tamanhos diferenciados, mas estão vinculadas às atividades cidadinas proporcionando a liberdade de expressão e a convivência dos “diferentes”, variando de intensidade de acordo com a frequência maior ou menor.

A cidade do Rio Grande contou, desde os primórdios de sua urbanidade, como pudemos ver em sua história, com a atuação de administradores preocupados com a concepção dos espaços públicos de uso coletivo. Desde a possibilidade de oferecer locais para o passeio público até o projeto de suas praças. Na sua formação, esses espaços foram concebidos visando à atividade pública de seus habitantes.

Discorreremos sobre a questão do público e do privado; passando brevemente pelas mais diferentes funções que as praças tiveram ao longo de nossa História; até chegarmos na gênese da praça brasileira tendo como ponto inicial a chegada dos portugueses e o processo de colonização adotado; suas transformações históricas, unidas ao desenvolvimento político da nação; e, como ponto de ruptura, a divulgação dos princípios modernistas e a experiência de consolidação da cidade moderna brasileira, para assim, podermos entender como surgiram às praças no Brasil e quais foram suas funções iniciais.

A praça era vista como um espaço multifuncional. Que ao mesmo tempo podia representar o espaço político, cívico, religioso e social. E como elemento urbano, definia um importante centro irradiador reconhecido no âmbito global da cidade. Esse modelo representou a estrutura da praça principal presente em diversas cidades da época e em cidades atuais de pequeno porte, cuja morfologia organiza-se em torno de um único centro, a “pracinha”. Mas ao negar, em alguns casos, a possibilidade de sobreposição de funções, esses espaços se tornaram empobrecidos se comparados à riqueza de uso estabelecida em épocas passadas.

Tratando-se de um tema multidisciplinar, procuramos trabalhar com uma leitura do espaço que, além de abordar o seu desenvolvimento formal como desenho, apresentou também sua trajetória do ponto de vista funcional, associado às principais mudanças no uso e na apropriação da praça, ao desenvolvimento do seu papel no contexto urbano, bem como ao seu caráter simbólico.

Atualmente, as praças abordadas neste trabalho atendem de forma diferenciada as necessidades da cidade e de sua população. Pois verificamos que a cidade do Rio Grande “especializou” seus espaços públicos. Assim, temos na Praça Tamandaré, o espaço das manifestações populares, sejam com os cultos religiosos, homenagens às tradições gaúchas; apresentações musicais, e hoje com menos expressão, políticas. Na Praça Xavier Ferreira, apesar de muitas pessoas utilizarem-na para descanso, ela é lembrada como a praça que recebe todas as atividades cívicas da cidade. E por último, a Praça de Setembro tem as atividades de lazer e prática de esportes como suas funções principais.

Em nossas pesquisas de campo, através da observação desses locais ou em conversas com os frequentadores, foi possível verificar as diferentes formas como eles utilizam esses locais, e percebemos que mesmo nos dias atuais eles são ainda bastante frequentados e acabam por misturar hábitos do passado com

hábitos atuais, mesclando as diferentes gerações, classes sociais e gêneros em um único espaço.

Isto pode ser resultado da própria forma como as praças foram utilizadas para homenagear figuras de representatividade nos mais diversos segmentos, como educação, política, religião, etc. Em um comparativo dos monumentos encontrados em cada uma das praças estudadas, chegamos as seguintes observações:

A Praça Sete de Setembro conta com apenas quatro monumentos. Cada um com um significado bem específico. Temos o Barão do rio Branco, representando nacionalmente a política brasileira; o ex-deputado rio-grandino, Carlos Santos, representando as figuras políticas da cidade; a pedra de fundação da cidade e o monumento em homenagem aos 2000 anos do nascimento de Jesus Cristo, única homenagem religiosa. Com predomínio do gênero masculino e ambos representando a política.

A Praça Xavier Ferreira conta com 10 monumentos, divididos entre os personagens históricos de Silva Paes; Getúlio Vargas e Duque de Caxias, militar, político e militar respectivamente, ambos com reconhecimento nacional. A Estátua da Liberdade representando, um acontecimento histórico, que foi a abolição da escravidão, e ainda os monumentos representativos de classes, como jornalista e historiador Alfredo F. Rodrigues; o monumento em homenagem aos consulados; os “guris” e o monumento às mães. E um monumento representando a religião que é a bíblia. Podemos observar também um predomínio de gênero masculino e de figuras com representatividade nacional.

Já na Praça Tamandaré, conta com 10 monumentos os quais três representam a religião como Jesus Cristo; Vênus no Banho e o monumento às leis de Deus; três militares nas figuras de Tamandaré; Bento Gonçalves e Napoleão Bonaparte, uma homenagem ao imigrante italiano na figura de Guglielmo Marconi

e três representações de classe, no monumento em homenagem a imprensa e dois educadores lembrando a educação no município, nas figuras de Luiz de França Pinto e Irmão Isício. Mais uma vez um predomínio do gênero masculino, mas nesta praça um empate entre representações religiosas e militares. Talvez por esta razão, a praça Tamandaré seja muito usada por grupos religiosos que fazem cultos no coreto. Já com relação às representações militares, na Semana Farroupilha muitas homenagens são prestadas junto ao monumento de Bento Gonçalves e no Dia do Marinheiro, Tamandaré sempre é homenageado pela Marinha do Brasil.

Em termos turísticos, as praças estão relativamente bem apresentadas, com sinalização, acesso aos cadeirantes, limpas e quase em sua totalidade, com seus monumentos bem apresentados. Com exceção da Praça Sete de Setembro, cujos dois principais monumentos estão riscados com tinta ou com a placa de identificação praticamente ilegível.

Acreditamos que este trabalho contribuiu para a própria história da cidade, destacando os aspectos mais importantes de cada um desses locais, e como se deu a *(trans) formação* dos mesmos, e também para o próprio Mestrado em Geografia, pois destacamos a urbanidade da cidade, e como se deu a ocupação de Rio Grande neste perímetro das praças.

Rio Grande passa por mais uma onda de migração em razão de seu próspero momento econômico, e sua população vem aumentando significativamente. Mas a vida cultural da cidade deixa muito a desejar, limitando as pessoas a frequentarem os mesmos e poucos locais privados, quando temos espaços públicos no centro histórico da cidade, que ficam vazios.

Por esta razão, acreditamos que esses espaços públicos ainda podem ser mais bem aproveitados, já que são áreas bem consideráveis no centro da cidade, com fácil acesso e que principalmente durante a noite, ficam quase vazios. Seria

interessante ver o poder público implementar ações, ainda que com parcerias privadas, que proporcionassem aos moradores, mais possibilidades de atividades culturais e de lazer, investindo também em uma melhor qualidade de vida, a exemplo de várias outras cidades do país que usam seus espaços públicos para promoverem este tipo de atividade.

Por outro lado, apontamos uma outra razão para as praças não receberem mais atrações, é a ligação com a falta de especulação imobiliária. Pois a qualidade de vida e sustentabilidade, frequentemente são oferecidas como moeda de troca na publicidade de imóveis. Mas em nossa cidade, apesar de termos essas grandes áreas verdes, são locais que impossibilitam a construção civil, pois muitos prédios são tombados e inventariados, razão pela qual, talvez, a iniciativa privada não tenha tanto interesse em promover ações que possibilitem um melhor aproveitamento de nossas praças já que não teria um proveito financeiro.

Assim, a nova apresentação dos espaços do cotidiano, mostra que na escala gregária, as praças perdem totalmente o caráter monumental. Temos agora novas funções privilegiadas, como as de encontro, de aglomeração, de convívio social. De forma semelhante, essa praça restitui a função tradicional de espaço comercial, ponto de sociabilidade. São espaços deslocados do sistema viário, que desenvolvem um papel essencial como espaço coletivo e ponto de referência, priorizando o caráter de permanência para os pedestres que frequentam a área. Abrigando o “burburinho” dos centros, movidas pela presença constante e diária da população, no período comercial.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. *O Discurso Político- Partidário Sul-Rio-Grandense sob o prisma da imprensa Rio - Grandina (1868 – 1895)*. Rio Grande: FURG, 2002.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *A Cidade do Rio Grande estudos históricos*. FURG/SMEC: Rio Grande, 1995.

_____. *A Cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica*. Rio Grande: FURG, 1997.

ALVES, Francisco das Neves; FUÃO, Juarez José Rodrigues. *Estatutária na cidade do Rio Grande nos primórdios da república velha (1889-1990)*. Coleção Pensar a História, n.31. Rio Grande: FURG, 2005.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Universitária LTDA, 1993.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel, Povoamento e urbanização do rio Grande do Sul IN: WEIMER, Günter (org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1992.

BRAVO, Camila Fernandes et alli. Crônicas folhetinescas: a subjetividade, modernidade e circulação da notícia. IN: FERREIRA, Tânia M. B; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia M. B. P. (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora e FAPERJ, 2006.

BETTAMIO. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BITTENCOURT, Ezio. *Da rua ao teatro os prazeres de uma cidade, sociabilidades & cultura no Brasil Meridional (Panorama da história de Rio Grande)*. Rio Grande: FURG, 2001.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CALDEIRA, Júnia Marques. *A Praça Brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade*. Campinas: 2007. (Tese de Doutorado).

CARLOS, Ana Fani. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. (Org.) *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

CARLOS, Ana Fani. (Org.) *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana de Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.122, p. 43-68, 1982.

CRAM, Anélia Ana Alexandre. *Praça Tamandaré: uma dicotomia espacial entre o lazer e a terceirização*. Rio Grande, FURG, 1996. (monografia).

FERREIRA, Tânia M. B; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia M. B. P. (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora e FAPERJ, 2006.

FERRARI, Celson. *Dicionário de Urbanismo*. São Paulo: Disal Editora, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Curitiba: Ed. Positivo Livros, 2010.

GASPARINI, Graziano. *Classicismo e Modernismo da Cidade Colonial Hispano-Americana*. Disponível em: http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/barroco_amhis_gasparini.html

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989.

LANNA, A. L. D. *Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contrapontos*. In *IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro, 27-29 nov. 1996.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEITE, Aline Gouvêa. *História, sociedade, planejamento urbano e suas configurações e vivências na espacialidade pública de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. (Dissertação de Mestrado).

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 – 1990)*. Rio Grande: FURG, 2006.

MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. *Ruas da Cidade do Rio Grande de acordo com a planta da mesma do ano de 1974*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1947 (datilografado).

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*, 2.º tomo. Rio Grande, 1987.

OLIVA, Jaime Tadeu. A cidade como ator social – a força da urbanidade. IN: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs). *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, Pedro Mentz; PESTANA, Marlon Borges. Escavações arqueológicas na Praça 7 de Setembro e arredores – Rio Grande, RS, Brasil. IN: *Revista Biblos*, v. 20, Rio Grande: FURG, 2006.

REZENDE, V. “Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965” in LEME, M. C. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP; FUPAM, 1999.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie Macedo, (Coordenação Geral e revisão de conteúdo). *Plano Diretor Participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. Ministério das Cidades. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). Brasília: Tipografia The Sans, 2004.

SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica Danova Colonia do Sacramento do Rio da Prata, repartida entres livros e que se contem as tres vezes que se pou-o, e exidio, e as heróicas acçoens, que ali obrarão os Americanos Portugueses Escrita por Ordem do Ilmo. Eexmo. Governador e Capitão General do Rio de Jnro. Gomes Freire de Andrade Conde de Bobadella pello Doutor Simão Pereira de Sá no anno de 1737*. Porto Alegre: Arcano, 17, 1993

SALVATORI, Elena et all. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 51. n. 1, p. 27-71, 1989.

SANTOS, Milton. *Por uma nova geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do Público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade*. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SIGGER, Marco Paulo; TRENTINI, Edson Bertuol; FREITAS, Maitê Venuto de. Parques públicos, sociabilidades urbanas e políticas de lazer. IN: FRAGA, Alex Branco (Org.). *Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos*. Porto Alegre: Gênese, 2009.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842) IN: FERREIRA, Tânia M. B; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia M. B. P. (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Editora e FAPERJ, 2006.

SINGER, Paul. *Karl Marx : economia*. São Paulo: Ática, 1982.

SITTE, Camillo. *A Construção de Cidades Segundo Princípios Artísticos*. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Rio Grande do Sul – do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1830 – 85). In: GERTZ, R.; BOEIRA, N.; GOLIN, T.. (Org.). *Historia Geral do Rio Grande do Sul - República*. 1 ed. Passo Fundo: Meritos, 2007, v. 4, p. 291-313.

SPOSITO. Maria Encarnação B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1989.

TEIXEIRA, Manuel (cord.). *A praça na cidade Portuguesa. Colóquio Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

ZUCKER, Paul. *Town and Square: from the Agora to the Village Green*. New York: Columbia, 1959.

WEIMER, Günter. *Arquitetura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

DOCUMENTOS

Relatórios Municipais da Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande, anos 1861-1910.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, Rio Grande, 1986.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, Rio Grande, 2006.

Jornal Rio Grande, cidade do Rio Grande, período 1986 – 1994.

Jornal Agora, cidade do Rio Grande, período 1986-2006.

SITES CONSULTADOS

<http://mkatz.web.wesleyan.edu/grk201/GRK201.Agora.400.html>

http://4.bp.blogspot.com/_mAnfkqgT4jc/Ss6f4pDxjII/AAAAAAAAASTc/cfuZj_F1b-w/s1600-h/MAPA+FORUM+ROMANO.bmp

<http://txptag.net/>

<http://luiz-eleno.blogspot.com/2010/10/os-intocaveis-de-siena.html>

<http://www.dicaseturismo.com.br/piazza-della-signoria/>

<http://notasurbanas.blog.com/page/16/>

http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/barroco_amhis_gasparini.html

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pissarro,_Camille_-_Boulevard_Monmartre_in_Paris.jpg

<http://ocatarrodaformiga.blogspot.com/2010/05/larc-du-triomphe.html>